



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**X Legislatura**

**Número: 139**

**IV Sessão Legislativa**

**Horta, quinta-feira, 12 de maio de 2016**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.*

A sessão iniciou-se com uma [sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre o “Funcionamento do Serviço Regional de Saúde”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Ricardo Cabral (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Domingos Cunha (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), José San-Bento (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Luís Maurício (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*) e ainda a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) para interpelar a Mesa

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 149/X – “Abertura de cursos nas Escolas Profissionais de Povoação e Nordeste”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Participaram no debate os/a Srs./a Deputados/a Joaquim Machado (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão

(PPM), José San-Bento (PS) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Posteriormente seguiu-se o debate do **Projeto de Resolução n.º 151/X – “Criação de um grupo de trabalho para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho, nos órgãos da administração pública autónoma e autarquias”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares (BE), iniciou-se o debate que contou com a participação dos/a Srs./a Deputados/a Paulo Estêvão (PPM), Aníbal Pires (PCP), Graça Silveira (CDS-PP), Joaquim Machado (PSD), José San-Bento (PS).

Usaram ainda da palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila).

A requerimento da proponente do diploma, o Projeto de Resolução baixou novamente à Comissão. O requerimento de baixa à Comissão foi aprovado por maioria.

Sobre o [Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X – “Estabelece o aumento da Remuneração Complementar Regional”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (PCP), para justificar a urgência, Francisco César (PS), Paulo Estêvão (PPM) e Joaquim Machado (PSD).

O pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Seguiu-se o [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 159/X – “Pagamento Único aos Produtores Açorianos de Leite”](#), apresentado pelo Grupo

Parlamentar do CDS-PP, o qual foi aprovado por unanimidade após a justificação da urgência pela Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Novamente por unanimidade foi aprovado o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 69/X – “Eleva a povoação de Porto Judeu à categoria de vila”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Usou da palavra para justificar a urgência e dispensa de exame em Comissão a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

No debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 69/X – “Eleva a povoação de Porto Judeu à categoria de vila”](#), usaram da palavra a Sra. Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Novamente, após justificação da Sra. Deputada Zuraida Soares, foi aprovado por unanimidade [o pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 160/X – “Criação de Comissão Científica para elaboração dos objetivos e competências do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Sobre as [perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#), apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, usaram da palavra para questionar os Srs. Deputados Renato Cordeiro (*PSD*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Para responder usaram da palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Por fim foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de maio de 2016.

*Os trabalhos terminaram às 20 horas e 44 minutos.*

**Presidente:** Bom dia a todos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Para proceder à chamada tem a palavra o Sr. Secretário.

*Eram 10 horas e 12 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Arlinda Maria Focha Nunes**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cecília do Rosário Farias Pavão**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

Maria da **Graça Oliveira Silva**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Nuno Miguel Aguiar de Meneses**

**Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António Augusto Baptista Soares Marinho**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Cláudio Borges Almeida**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas**

**Humberto Trindade Borges de Melo**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

José **Joaquim Ferreira Machado**

**José Maria de Medeiros Andrade**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

Maria **Judite Gomes Parreira**

**Paulo Henrique Parece Baptista**

**Paulo Jorge da Silva Ribeiro**

**Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro**

**Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos**

**Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

**Ana Carina Alberto Espínola**

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Maria da Graça Silveira**

**Bloco de Esquerda (BE)**

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

**Partido Comunista Português (PCP)**

**Aníbal da Conceição Pires**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e srs. Deputados.

Significa que temos quórum, declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A manhã de hoje, conforme tinha sido anunciado na passada terça feira, está reservada ao ponto 2 da nossa Agenda: **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre o “Funcionamento do Serviço Regional de Saúde”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Rege esta matéria os artigos 180.º e 181.º do nosso Regimento e a Conferência de Líderes deliberou que o tempo global para esta sessão de perguntas seria de três horas.

O proponente retirou dois dos objetos propostos pelo que estarão apenas para se poder fazer perguntas os objetos 1 e 2 do requerimento.

O requerente e o PS têm a possibilidade de fazer duas perguntas por objeto, sendo que os restantes partidos apenas podem fazer uma.

Também como tem sido habitual o entendimento da Mesa relativamente ao n.º4, do art.º 181.º é que apenas o requerente tem direito à réplica.

Cada pergunta dura o tempo de três minutos. As respostas a primeira 5, à réplica 3.

Sr. Deputado Paulo Estêvão vamos iniciar o debate.

Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira questão que quero colocar surge no âmbito da deslocação de médicos dentistas à Ilha do Corvo.

Vou fazer aqui, para introduzir a pergunta, uma breve resenha dos requerimentos que enviei sobre esta matéria e que demonstram, na minha perspetiva, a forma negligente como o Governo Regional trata esta matéria.

No dia 14 de março de 2013, remeti um requerimento a perguntar qual era o número de deslocações efetuadas entre novembro e março de 2013, ou seja, desde o início da Legislatura até à data em que remeti o requerimento.

A resposta foi de que apenas se tinha efetuado a deslocação de um médico dentista nesse período.

No dia 11 de junho de 2014, volto à questão e pergunto: “Solicito uma listagem dos médicos especialistas que se deslocaram à Ilha do Corvo de abril de 2013, a maio de 2014”.

A resposta foi, que se deslocou apenas um médico dentista, apenas se efetuou uma deslocação ao longo destes 13 meses.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que vergonha!

**O Orador:** Esta é a resposta a um requerimento de 11 de junho de 2014 em relação ao período compreendido entre abril de 2013 e maio de 2014. Apenas uma deslocação durante 13 meses!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que vergonha!

**O Orador:** Depois, a seguir coloco um outro requerimento datado de 8 de fevereiro de 2016, em que pergunto novamente quais as deslocações que se efetuaram ao longo do ano de 2015 e a resposta foi que se deslocaram três médicos dentistas durante este período, ou seja, três deslocações no âmbito da medicina dentária.

Também, coloco a questão em relação ao que é que está previsto para 2016?

A resposta foi que estão previstas cinco deslocações no âmbito da medicina dentária.

**Presidente:** Tem de fazer a pergunta, Sr. Deputado.

**O Orador:** Até este preciso momento, estamos em maio de 2016, destas cinco que os senhores diziam que estavam previstas, os senhores não efetuaram nenhuma deslocação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que vergonha!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não acredito!

**O Orador:** Portanto, Sra. Presidente, coloco a questão.

A questão é a seguinte: é óbvio que isto não funciona! É óbvio que o Sr. Secretário tem conhecimento desta matéria! É óbvio que o Governo tem conhecimento desta matéria através da resposta que deu a sucessivos requerimentos que remeti sobre esta matéria.

**Deputado José San-Bento (PS):** Então por que é que pergunta?

**O Orador:** Por isso a questão é: o que é que o Sr. Secretário Regional pensa fazer em relação a esta questão e por que é que não age no sentido de tornar este serviço eficiente e de dar a resposta que os utentes do Corvo merecem?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário da Saúde.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, relativamente a essa questão uma resposta muito simples: a partir de segunda feira o Corvo terá em permanência um médico dentista na Unidade de Saúde de Ilha.

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Já percebi que o Sr. Deputado Paulo Estêvão quer usar do direito à réplica.

Tem a palavra Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é uma brincadeira!

**Deputado José Ávila (PS):** Não gostou da resposta!

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por aqui com esta resposta, com esta boa notícia se demonstra que vários requerimentos sobre esta matéria, demonstrando a incompetência e negligência do Governo, ao longo de anos, finalmente se resolve por pressão de requerimentos sucessivos e por pressão da sessão de perguntas que aqui agendei. Só por isso já valeu a pena ter marcado esta sessão de perguntas.

Portanto, neste sentido é evidente que os corvinos estão de parabéns, agora os senhores o que é pena é que só resolvam a questão sob pressão política e só resolvam a questão a poucos meses das eleições.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Em permanência.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, deduzo que a réplica é para manter no fundo o teor da primeira questão.

Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não! Não é essa a forma de atuação do Governo ...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Foi coincidência!

**O Orador:** .. até porque se assim o fosse, Sr. Deputado, como sabe, não seria possível, já na próxima segunda feira termos lá um médico dentista.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Qual é o tipo de contrato!

**O Orador:** Isto é um trabalho que é feito de uma forma consistente ao longo deste mandato.

Por isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão, seria completamente impossível ao Governo, mesmo que o Governo tivesse essa tentação, de responder de uma forma efetiva àquilo que era o debate desta semana, nós não teríamos capacidade do ponto de vista contratual para fazê-lo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Teria, teria! Eu arranjo 10 médicos amanhã!

**O Orador:** Por isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão, é errada a assunção que o senhor faz de que foi por sua pressão que isto aconteceu e eu vou explicar-lhe porquê.

Teria que ser por via de todas as pressões que foram feitas ao Secretário Regional da Saúde neste Parlamento que se teriam contratado mais médicos

para o Serviço Regional de Saúde; mais enfermeiros para o Serviço Regional de Saúde; ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas o senhor não faz nada para isso!

**O Orador:** ... mais Terapeutas da Fala para o Serviço Regional de Saúde; mais Terapeutas Ocupacionais no Serviço Regional de Saúde. Todos os profissionais que foram contratados ao longo destes 4 anos, teriam sido por pressão desta câmara e não por ação do Governo.

Penso, Sr. Deputado, que é exagerar um pouco naquilo que é a importância desta questão e diminuir de uma forma muito clara aquilo que é a ação executiva do governo.

Por isso, sr. Deputado, aquilo que lhe posso dizer: não! Não tem a ver diretamente com a pressão que foi feita, tem a ver com uma decisão lógica de aumentar os recursos da Unidade de Saúde de Ilha do Corvo, como aumentar os recursos de todas as Unidades de Saúde de Ilha da Região de uma forma programada, ao longo de um mandato de quatro anos, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta tem agora a palavra o sr. Deputado Ricardo Cabral.

(\*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A deslocação de especialistas às ilhas sem hospital, foi e é uma medida estratégica de grande importância planeada e implementada pelo PS dos Açores para melhorar a acessibilidade dos açorianos aos cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores.

Passados uns meses desde a implementação da Portaria n.º 4/2014, de 29 de janeiro, alterada pela Portaria 33/2014, de 24 de junho, que regulamenta a deslocação de especialistas às ilhas sem hospital e dos importantes

entendimentos estabelecidos com os representantes das ordens profissionais de saúde para o necessário e contínuo aperfeiçoamento da política, qual a avaliação que a Secretaria Regional de Saúde faz?

Uma das clarificações da implementação da portaria, foi a eliminação da duplicação de funções e de vencimentos em termos públicos dos técnicos de saúde deslocados.

Quais as outras clarificações que a nova portaria trouxe em benefício dos utentes do Serviço Regional de Saúde, dos profissionais de saúde envolvidos e das instituições públicas de saúde da região? Quais as melhorias efetivas que resultaram desta importante reestruturação na saúde iniciada no princípio desta legislatura?

Agradeço antecipadamente a resposta do Sr. Secretário Regional da Saúde.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário da Saúde.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Deputado Ricardo Cabral, todos sabemos que a alteração que foi introduzida pelo Governo em janeiro de 2004, não foi pacífica dentro da classe médica e que isso levou a que os números das deslocações em 2004 não tenham sido efetivamente aqueles que pretendíamos na sequência dos números que tinham vindo a ser registados nos anos anteriores.

Os números de 2015 demonstram já, e após o esclarecimento que foi feito junto dos sindicatos médicos em julho de 2014, os números de 2015 demonstram já uma retoma da normalidade relativamente a esta matéria, não só das deslocações de especialistas e das consultas em deslocações de especialistas, mas de algo que me parece muito importante para a população açoriana que tem a ver com os exames complementares de diagnóstico que são feitos nas próprias ilhas dos utentes.

Devo dizer-lhe de uma forma muito clara que de cerca de 1911 exames que foram registados e feitos nas Unidades de Saúde de Ilha ao abrigo deste protocolo em 2013, passamos em 2015 para 6 662 exames. Um crescimento muito significativo de exames complementares de diagnóstico que os próprios médicos de família hoje em dia pedem nas suas ilhas, o utente realiza na sua ilha e o médico de família tem a resposta e a interação com o médico imagiologista, na sua própria ilha relativamente àquele utente.

Penso que esta mais valia para os utentes, deve ser devidamente registada relativamente a esta nova modalidade e só é permitida porque além das alterações negativas que muitas vezes são apontadas e que na nossa perspetiva vieram apenas clarificar que não deveria haver um duplo vencimento dentro do horário de trabalho normal dos médicos, foram acrescentados dois regimes adicionais à portaria de deslocação de especialistas, isso é algo que nunca é aqui explorado, é algo que nunca é falado porque também proporciona estes números e obviamente não será do interesse de todos divulgá-los além do Governo e naturalmente agradeço ao PS.

O regime de produção acrescida, em que o médico mantém o mesmo vencimento, ou seja, o mesmo pagamento pelas consultas adicionais, mas tem que fazê-lo fora do seu horário normal de trabalho, foi um regime também muitas vezes utilizado e permitiu o quê? Permitiu, não só manter a rentabilidade dos médicos nessas deslocações, mas manter a rentabilidade dos médicos também no seu hospital de origem, porque antes saíam em dia normal de trabalho do seu hospital de origem para fazer as consultas na Unidade de Saúde de Ilha e ganhavam esse vencimento nas Unidades de Saúde de Ilha. Agora para o fazerem têm que cumprir o seu horário de trabalho normal no seu hospital e de forma adicional, quer em folgas, quer aos fins de semana, quer após o horário normal de trabalho, permitimos-lhes que possam ter essa rentabilidade,

mas de uma forma acrescida àquilo que seria o seu normal desempenho no sistema público.

Permitiu também algo que me parece muito importante e que nunca é aqui destacado, que é o regime convencionado.

O regime convencionado abriu a porta para que médicos fora do Sistema Regional de Saúde, quer médicos no exercício da medicina privada na Região, quer médicos no exercício de sistemas públicos ou privados a nível do continente, se deslocassem à Região Autónoma dos Açores, para poderem fazer consultas em áreas em que nós temos efetivamente algumas limitações dentro do sistema público. Estou a lembrar-me como é o caso, e todos nós sabemos porque é um caso que é muitas vezes ilustrado a nível nacional, da dermatologia em que tínhamos não só listas de espera consideráveis a nível dos hospitais, mas também listas de espera dentro das Unidades de Saúde de Ilha e com este regime convencionado, fruto desta portaria de deslocação de especialistas, foi possível que um médico do continente, quer em sistema de telemedicina, quer em sistema presencial porque esteve esta semana na Ilha de Santa Maria a retirar os sinais que tinha identificado como potencialmente malignos pela telemedicina, tendo já feito cerca de 100 consultas este ano de dermatologia na Ilha de Santa Maria, mais as devidas pequenas cirurgias, ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Secretária.

**O Orador:** ... mas é este regime que foi introduzido por esta portaria que permitiu também que isto acontecesse.

Esta portaria garante às Unidades de Saúde de Ilha os instrumentos necessários para resolver as suas questões e para resolver o atendimento aos seus utentes, independentemente dos hospitais de referência mais próximos que tenha.

Eu acho que isso para os utentes, para o funcionamento das Unidades de Saúde de Ilha foi um ganho extraordinário.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

A mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Nem por acaso, chegou ao meu conhecimento uma situação de uma doente da Ilha de Santa Maria, portadora de uma doença cutânea, portanto uma doença da pele, que tinha sido observada no âmbito de uma teleconsulta e que feito o seu diagnóstico e eventualmente teria sido orientada.

Esta doente teve um agravamento do seu estado de saúde, um agravamento da sua situação e foi transferida para o Hospital de Ponta Delgada porque não tinha dermatologista em regime presencial naturalmente no Centro de Saúde de Vila do Porto.

Veio a verificar-se que o Centro de Saúde de Vila do Porto estabeleceu um contrato com a CUF, uma entidade privada no continente para que o seu coordenador de consulta, o Dr. Miguel Correia, que o Sr. Secretário Regional conhece muito bem, fizesse teleconsulta para a Ilha de Santa Maria.

Indaguei também que a Diretora do Serviço de Dermatologia do Hospital de Ponta Delgada, portanto ela própria dermatologista, se tinha disponibilizado há cinco meses à Direção Clínica do Hospital de Ponta Delgada para fazer teleconsulta para o Centro de Saúde de Vila do Porto.

A minha pergunta é: o que é que o levou a optar pela prestação de consultas de telemedicina por um médico da CUF e que condições de pagamento é que estão a obedecer a essas consultas?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário da Saúde.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, agradeço-lhe a pergunta porque é efetivamente necessário talvez deixar claro e hoje aqui de uma forma pública alguns dos boatos que correm sobre esta matéria ou algumas ideias erradas que existem relativamente à seleção dos médicos para esta matéria.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, a Secretaria Regional da Saúde tem sobre esta questão influência zero. Não somos nós que decidimos se abre convenção ou não na Unidade de Saúde Ilha; não somos nós que decidimos se o médico A, B, C ou D concorre à convenção que foi aberta pela Unidade de saúde de Ilha.

Agora, somos nós sim, e para responder ao Sr. Deputado Artur Lima, ...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** O senhor está a responder é a mim?

**O Orador:** Respondendo a um aparte do Sr. Deputado Artur Lima, que também tenho tempo isso.

... somos nós sim que havendo dificuldades ou havendo interferências naquilo que são os mecanismos que foram criados pela Secretaria Regional da Saúde, nomeadamente nesta área de deslocação de especialistas ou na área do estabelecimento de convenções, havendo interferência diretas sobre os médicos convencionados ou havendo algum tipo de pressão relativamente a quem faz ou não faz esse tipo de deslocação ou esse tipo de convenção, somos nós sim, como Secretaria Regional da Saúde que interferimos diretamente sobre essa matéria.

Ou seja a Secretaria Regional de Saúde e para lhe esclarecer Sr. Deputado Artur Lima, a Secretaria Regional de Saúde criou os mecanismos para que as Unidades de Saúde Ilha vissem finalmente o seu problema resolvido, porque muitas delas estavam reféns daquilo que era a vontade ou não dos hospitais mais próximos de referência nessa matéria, por isso como Secretário Regional da Saúde aquilo que fiz foi criar mecanismos para que as Unidades de Saúde de Ilha, quer com os hospitais de referência mais próximos porque não foi mudada

essa possibilidade, mas adicionalmente com os outros hospitais regionais ou no sistema convencionado tivessem capacidade de resposta.

Por isso, Sr. Deputado, se a utente aguardava consulta em S. Miguel, essa consulta não lhe era proporcionada porque o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, temos dificuldades na gestão do serviço de dermatologia do Hospital de Ponta Delgada, nomeadamente no número de recursos médicos que lá trabalham, se a Unidade de Saúde de Ilha encontrou outra solução para a doente em que lhe proporcionou uma resposta muito mais rápida, como sabe perfeitamente que houve notícias a nível nacional do Hospital de Bragança que tinha 550 dias de espera para consultas de dermatologia e que através do sistema de telemedicina as reduziu para zero, se a Unidade de Saúde de Ilha o faz, eu acho que só o devemos louvar e nem sequer devemos pôr em causa se é porque o médico que é o A, se é porque o médico que é o B, ou se é porque o médico que é o C.

O Sr. Dr. Miguel Correia, tal como todos os outros médicos, concorreu a uma convenção que está aberta. Qualquer médico neste momento pode convencionar (dermatologista obviamente, porque tem que ser especialista) com a Unidade de Saúde de Ilha para fazê-lo.

Os médicos que trabalham dentro do Serviço Regional de Saúde, a antiga Diretora do Serviço, podia de uma forma muito clara, fazer as consultas de telemedicina dentro do seu horário normal de trabalho.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** E disponibilizou-se par a isso!

**O Orador:** Isso seria o ótimo, o funcionamento ótimo do Serviço Regional de Saúde!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Foi isso que eu afirmei, Sr. Secretário!

**O Orador:** A antiga diretora do serviço de dermatologia do Hospital de Ponta Delgada, poderia num modelo de deslocação acrescido, ir até à Ilha de Santa Maria, fora do seu horário normal de trabalho, ao fim de semana, o que fosse,

fazer consultas e ganhar dinheiro por isso, ou seja os dois mecanismos estavam abertos e continuam abertos e obviamente a Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, teria todo o gosto e preferencialmente gostaria que fosse o seu hospital mais próximo a fazer essas consultas.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** A Direção Clínica disponibilizou-se para fazer!

**O Orador:** Se isso não acontece, Sr. Deputado, não é por falta de vontade da Secretária, não é por falta de vontade da Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria. É com certeza por alguma falta de capacidade de organização, talvez, presumo eu, vamos pôr as coisas desta maneira, ...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Disponibilizou-se a Direção Clínica para fazer!

**O Orador:** ... do próprio serviço de dermatologia em fazê-lo, porque a plataforma existe, está disponível e se a Sra. Diretora o quisesse, o login era criado no dia seguinte.

A organização e a legislação toda que a permite está criada. A senhora diretora do serviço a única coisa que teria que fazer sobre essa matéria era criar uma *swat* de consultas para Santa Maria, marcar essas consultas e utilizar uma plataforma que já é existente e que já está paga pelo Serviço Regional de Saúde e que não tem qualquer tipo de limitação, quer para o hospital, quer para qualquer outra entidade regional, nacional ou internacional.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Não respondeu!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, sras. e Srs. Deputados, Sra. e srs. Secretários:

Em primeiro lugar queria felicitar o Sr. Deputado Paulo Estêvão por ter conseguido fixar um médico dentista no Corvo. É um feito histórico, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que a sua sessão de perguntas tenha conseguido este feito, já que na resposta ao requerimento que tinha feito este Governo tinha previsto cinco deslocações de médicos dentistas ao Corvo.

Afinal de contas não estava programado há muito tempo porque se o senhor já tivesse isso programado há muito tempo não ia contratá-lo naturalmente agora, Sr. Secretário.

Mas, felizes dos corvinos que vão ter a melhor assistência de saúde oral do mundo! Não é da Europa, é do mundo! Um médico dentista para 460 pessoas, o que quer dizer que em dois meses dá a volta à população do Corvo, se fizer doze consultas por dia, vezes vinte dias, é fazer a continha, num mês viu toda a população do Corvo.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão está de facto de parabéns por essa questão.

Sr. Secretário, mas permita-me já que se alargou o âmbito da questão para a fixação de médicos e foi V. Exa. que falou no assunto, eu gostaria de lhe perguntar relativamente às outras ilhas, qual é o rácio da população médico/dentista? Quantos tem nas Flores? Quantos tem no Pico? Quantos tem no Faial? Quantos tem em S. Miguel? Quantos tem em Santa Maria contratados no Centro de Saúde.

Sr. Secretário qual é o vínculo contratual desse médico dentista que o senhor acabou de contratar para o Corvo?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário da Saúde.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, talvez esclarecer que dentro daquilo que é a nossa capacidade de poder executivo, obviamente temos que arranjar soluções para aquilo que são os problemas que vão surgindo no dia a dia e temos que encontrar formas de ultrapassar algumas limitações que temos naquilo que é uma previsão que gostaríamos que acontecesse e que muitas vezes não está a acontecer por via de algumas dificuldades, quer de recursos humanos, quer na própria realidade específica da ilha do Corvo.

Devo dizer que esta questão do médico dentista da ilha do Corvo ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Da médica dentista!

**O Orador:** Médica dentista! Sim senhor! Muito obrigado! Afinal o Sr. Deputado está mais informado do que eu.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Até sei as condições em que está lá!

**O Orador:** Eu digo-lhe as condições. Essas condições são muito simples.

Sr. Deputado na sequência daquilo que tem sido uma dificuldade também da ilha do Corvo em constituir um corpo ...

*(Apartes inaudíveis)*

**O Orador:** Certo! Eu explico-lhe aquilo que o Sr. Deputado está a tentar dizer por meias palavras.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** São insinuações graves!

**O Orador:** Não! Não são insinuações graves! Está a tentar por meias verdades chegar a alguma conclusão.

Aquilo que lhe posso dizer de uma forma muito concreta é que na sequência das dificuldades que também temos sentido na capacidade de constituir um Conselho de Administração para a Unidade de Saúde da ilha do Corvo e para garantir um normal funcionamento de todos os seus órgãos, considerando que a ilha do Corvo tem quatro funcionários, a USI Corvo, foi por nós decidido que

seria importante acrescentar mais um elemento clínico à Unidade de Saúde da ilha do Corvo, também para colaborar naquilo que são as necessidades do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Grande decisão!

**O Orador:** Por isso, de uma forma muito clara, Sr. Deputado, a senhora médica dentista neste momento está a fixar-se na ilha do Corvo com uma prestação de serviços e a proposta que nós temos de uma forma muito concreta depois em termos posteriores, para a manter a funcionar na ilha do Corvo, é que fique como vogal do conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Está a dizer tudo!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Já todos nós estamos a ver o sorriso brilhante de todos os corvinos!

**O Orador:** ... e assim garantimos mais um posto de trabalho na ilha do Corvo e alguém que nos irá ajudar não só naquilo que é uma função, e concordo consigo, a população da ilha do Corvo irá ficar com a melhor saúde oral da Região, esperemos nós e assim o seja.

Além disso, no tempo adicional que tem na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, irá ajudar-nos a garantir que também a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, como um conjunto será a melhor Unidade de Saúde de Ilha, da Região Autónoma dos Açores.

Por isso, aquilo que lhe posso dizer é: considerando que houve dificuldades em garantir aquelas cinco deslocações regulares à ilha do Corvo, encontramos uma solução mais definitiva para aquilo que era o problema que tínhamos à nossa frente.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** E o resto? E as outras ilhas? E o Faial?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Então para a segunda pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Grande Paulo Estêvão! A Ordem dos Dentistas vai homenagear-te!

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O povo é sábio quando diz: “Não há fome que não dê em fartura!”.

Aqui podemos comprovar novamente o acertado que está este adágio popular.

Eu espero que a resposta seja, vamos contratar um fisioterapeuta na sexta feira ou na segunda feira porque a questão que vou colocar é em relação ao fisioterapeuta.

A questão é esta: eu remeti um requerimento também no dia 15 de fevereiro de 2016, em relação às seguintes declarações em relação a uma comunicação do Governo: “O Governo dos Açores, reunido a 23 de julho de 2015 na Vila do Corvo, no âmbito da visita estatutária à Ilha do Corvo, decidiu autorizar a abertura do processo concursal para a admissão de um fisioterapeuta para a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, permitindo dar resposta às prescrições de fisioterapia na ilha, evitando assim a deslocação de utentes para tratamentos nesta área.

Esta medida permitirá a melhoria de acesso da qualidade e eficiência dos cuidados de saúde prestados à população do Corvo”.

Isto foi assumido pelo Governo Regional a 23 de julho de 2015, pessoalmente transmitido por parte do Presidente do Governo Regional.

Portanto, a questão que eu aqui coloco é a seguinte, como eu não vi a abertura do processo concursal, coloco o requerimento e pergunto: onde é que para o processo concursal? Isto a 15 de fevereiro de 2016, uma vez que o Governo tinha assumido perentoriamente e o próprio Presidente do Governo Regional tinha assumido perentoriamente este compromisso.

Como as atas que eu também pedi da Unidade de Saúde de Ilha do Corvo estabelece e refere que foram adquiridos os serviços para o funcionamento do serviço de fisioterapia, foram adquiridos um conjunto de materiais (a marquesa, o colchão elevado, o aparelho ultra som, tudo isto está aqui descrito numa ata de 9 de janeiro de 2015) a partir daí o que se esperava é que o Governo de facto estivesse atento ao cumprimento do seu compromisso perante a população da ilha do Corvo nesta matéria que valorizava tanto.

**Presidente:** Tem de fazer a pergunta.

**O Orador:** Termina, Sra. Presidente.

Bem, a resposta do Governo Regional foi a seguinte, e termino Sra. Presidente, porque a resposta é muito breve é só duas linhas, diz que: “está em estudo a execução de obras no Centro de saúde para a criação de espaço, assim que estiverem também preenchidas as condições necessárias para que seja adquirido o material que em princípio já estaria adquirido, de acordo com a ata.

Bem, a pergunta que eu coloco é: Sr. Secretário, aqui claramente o Governo não cumpriu a sua palavra!

Espero que me diga, já está contratado, vamos contratar na próxima segunda feira.

Eu que eu lhe pergunto é: o que é que o senhor fez, uma vez que tem responsabilidades de coordenação, de fiscalização, de ação das Unidades de Saúde de Ilha, o que eu lhe pergunto é o que é que o senhor fez em relação ao incumprimento claro de um compromisso do Governo nesta matéria?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é um escândalo Luís Maurício!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pelo que eu presumo, não saímos ainda do âmbito da questão das deslocações de especialistas.

A resposta mais óbvia que lhe daria sobre essa matéria: o Governo não vai promover uma deslocação de especialista na área da fisioterapia para a Unidade de Saúde de Ilha do Corvo, considerando aquilo que é o âmbito da questão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O Conselho de Administração já está completo?

**O Orador:** Eu percebo que com a latitude do debate e passando já provavelmente para o objeto seguinte nós possamos ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, mas o que é isto? Passar ao objeto seguinte!

**O Orador:** ... de alguma forma abordar este tema e eu explicarei esta questão sem qualquer dificuldade.

Penso que ainda estou dentro dos meus cinco minutos de resposta e tenho a capacidade de fazê-lo. Depois do fim dos meus cinco minutos se o senhor achar que não respondi àquilo que me perguntou, aí pode interpelar a Mesa e dizer que eu não respondi aquilo que perguntou.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isto tem regras!

**O Orador:** O Sr. Deputado também faz as introduções que quer às perguntas e eu não questiono. Eu estou a fazer a introdução que quero à minha resposta e peço-lhe que também o faça da mesma maneira.

Sr. Deputado, relativamente ao fisioterapeuta na Unidade de Saúde de Ilha do Corvo, a questão põe-se exatamente como nós a respondemos no nosso último requerimento.

Como sabe o fisioterapeuta está a proporcionar aquilo que são cuidados domiciliários numa contratação pela Câmara Municipal da Ilha da Corvo, aos utentes da Ilha do Corvo.

Aquilo que foi por nós identificado foi que não é possível exercer um bom serviço de fisioterapia na Ilha do Corvo, sem ter um espaço disponível para tal.

Nós contávamos e porque foi essa a nossa perspetiva inicial, mais uma vez dentro daquilo que são as prerrogativas do nosso poder executivo, poder estabelecer ou uma parceria com a Santa Casa para utilização de espaço na Santa Casa considerando que a maior parte dos utentes até eram os utentes da Santa Casa, seria lógico que assim o fosse, ou estabelecer uma parceria com a Câmara Municipal no sentido de utilização do pavilhão multiusos que também poderia ser utilizado para estas questões.

Quer a Santa Casa, por motivo de estar neste momento a iniciar um processo de obras, quer o pavilhão multiusos que está em obras neste momento como bem sabe e não tem espaço depois necessário para fazer a adequação e o arrumo dos equipamentos, foram-nos negadas essas duas possibilidades, pelo que o Governo Regional, dentro daquilo que é a sua capacidade de decisão sobre essa matéria decidiu: “Não senhor, dentro da Unidade de Saúde de Ilha vamos construir um espaço que nos permita proporcionar os cuidados de fisioterapia adequados”, porque os corvinos não devem ser tratados melhor ou pior. Não é pelo facto de ser no Corvo e ser a realidade dos 460 habitantes que os cuidados de fisioterapia podem ser aligeirados ou podem ser feitos de uma forma diferente. Não! Os cuidados de fisioterapia tal como os cuidados médicos, de enfermagem, todos os outros, são feitos de igual forma em todas as ilhas.

Por isso, estamos nesta fase a criar as condições na Unidade de Saúde de Ilha do Corvo para que possam ter um serviço de fisioterapia, um pequeno ginásio na parte da frente do edifício e que esse ginásio possa proporcionar as condições necessária para a contratação de fisioterapeutas. É esse o ponto de situação, Sr. Deputado, quer nós gostemos, quer não gostemos foram essas as contingências encontradas e foi essa a solução que o Governo encontrou para resolver este problema.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, a sua resposta não foi tão satisfatória como em relação á pergunta anterior.

Seja como for, Sr. Secretário, eu presumo que o Governo se informa destas questões todas quando diz perentoriamente “autoriza a abertura do processo concursal”.

A partir do momento em que autoriza a abertura do processo concursal, eu parto do princípio que já acautelaram as condições em termos de materiais que vão ser utilizados e do espaço que vai ser utilizado.

Eu parto do princípio que quando o Governo afirma perentoriamente “autorizar a abertura do processo concursal para a ilha do Corvo” e o faz desta forma, que previamente verifique se tem condições para poder fazê-lo em termos de utilização de espaços, em termos de materiais.

Portanto, já se viu que não o fez.

Agora a questão que eu lhe coloco é muito simples: então para quando está prevista a construção deste espaço, quando é que estará concluído e quando é que nós podemos então passar a contar com a abertura deste concurso e solucionar este problema em relação à população do Corvo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, sem qualquer tipo de introdução para não ficar irritado comigo, a Legislatura o senhor sabe que acaba em outubro.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** A Legislatura só acaba em novembro!

**O Orador:** Mais ainda, ainda temos mais um mês para poder fazer.

Considerando que foi um problema identificado aquando da nossa vista estatutária à ilha do Corvo e que eu próprio me mobilizei durante essa vista para encontrar as soluções, deve perceber e deve ser claro para si que não pode ser apenas o Secretário Regional a dizer: “Olhe construa-se aqui um edifício para albergar o ginásio!”.

Pareceu-nos que havia, do ponto de vista político, as condições para o fazer, agora os técnicos têm que fazer o projeto, têm que fazer o estudo de viabilidade de construção naquele espaço.

Parece-me que não será algo de complicado e que teremos todo o gosto, Sr. Deputado, ao longo desta legislatura, de lhe dizer de uma forma muito concreta, depois de ter o projeto feito, o projeto está em fase de elaboração, de lhe dizer muito concretamente quando é que será iniciada a construção, quando será terminada a construção e quando é que esse processo terminará.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário, Srs. Secretários Regionais:

A deslocação de médicos especialistas às ilhas é, como sabem, património do PS e do seu Governo, a partir do momento que foi publicada a Portaria 43/97, de 26 de junho.

A partir daí a deslocação de médicos especialistas está regulamentada pela Portaria n.º 4 que teve já a alteração com a 33/2014 e a pergunta que lhe coloco Sr. Secretário é: mediante as alterações introduzidas, desde o início do processo até ao atual, qual é a evolução que tem ocorrido no último ano, quanto ao número de deslocações e número de consultas efetuadas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada. Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, tal como já tive oportunidade até no fundo de revelar a esta Assembleia, através de alguns requerimentos que nos foram colocados sobre esta matéria, nós tivemos aqui uma variação significativa do número de deslocações e exames complementares de diagnóstico ao longo deste mandato.

Talvez para ser justo relativamente a esta matéria, iria recuar ao ano de 2013, que é o ano em que ainda não tinha havido qualquer tipo de alteração legislativa sobre a deslocação de especialistas e começar a dar-lhe os números desde essa altura, ou seja em 2013 nós tivemos 150 deslocações, com 8 331 consultas e 1991 exames complementares de diagnóstico; em 2014, no ano em que foram introduzidas as alterações e tivemos todas as limitações inerentes a essa situação, tivemos 104 deslocações, com 3 866 consultas e 1250 exames; 2015, que é o primeiro ano pós estabilização ou seja o primeiro ano depois destas medidas terem sido devidamente assimiladas e terem sido por exemplo feitas as convenções, as unidades terem aberto as convenções nas áreas em que não conseguiram obter reposta, tivemos 181 deslocações, com 7 390 consultas e 6 662 exames complementares de diagnóstico; no ano de 2016 e dados preliminares obviamente que ainda vamos muito no início do ano temos 50 deslocações já efetuadas, com 1 916 consultas e 1570 exames complementares de diagnóstico.

Ou seja, comparando, que acho que é o que deve ser comparado sobre esta matéria que é o ano imediatamente antes das alterações e o ano de 2015 que é o ano em que finalmente houve uma estabilização deste regime, penso que é justo dizer que o número de consultas está praticamente equiparado, temos de 8 331

para 7 400, mas acho que é de notar aquilo que me parece importante que é a acessibilidade melhorou significativamente ...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Isso é só teoria!

**O Orador:** ... porque de 1911 exames complementares de diagnóstico passamos para 6 662 exames de diagnóstico efetuados em cada uma das ilhas.

Ou seja, os dados e eu acho que é isso que é importante para todos, independentemente das questões políticas aqui inerentes, independentemente do período eleitoral em que estamos, penso que é importante dizer de uma forma muito clara que os dados revelam que há uma estabilização relativamente ao número de consultas, fruto desta nova portaria, mas há um crescimento significativo dos meios complementares de diagnóstico no decurso desta portaria.

Se tivesse que fazer o balanço hoje era esse o balanço que faria tendo em conta os números que tenho os números que tenho à minha frente.

Obviamente, eu percebo que se possam querer fazer outro tipo de interpretações nesta matéria, mas os números são os números, por isso agradeço-lhe também a pergunta relativamente a essa matéria, os números são os números e são estes os números relativamente à deslocação de especialistas que nós temos: uma estabilização das consultas e um aumento significativo dos meios complementares de diagnóstico.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não temos dúvidas que esta questão que estamos a discutir é ...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** É importante sim, deslocação de especialistas! Certo? Pronto!  
Deslocação de especialista, sim senhor!

Se não temos dúvidas que a deslocação de especialistas a todas as nossas ilhas, até pelas características ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Idiossincráticas!

**O Orador:** ... organizacionais do Serviço Regional de Saúde, mas sobretudo pelas nossas características geográficas, é muito importante.

Será um transtorno grande para um cidadão que está debilitado e que necessita de uma consulta de especialidade ou de exames de especialidade, um transtorno, digamos, ter que se deslocar numa situação até por vezes de grande fragilidade do seu local de residência para uma ilha onde existam especialistas para poder ser avaliado, enfim, em termos de especialidades médicas.

É evidente que nalguns casos essa deslocação do doente tem de acontecer inevitavelmente.

Mas, a questão é a seguinte: independentemente de algumas questões que já foram colocadas aqui relativamente à deslocação de médicos especialistas para todas as nossas ilhas, há aqui um aspeto que na opinião do PCP ...

**O Orador:** Sem hospital! Exatamente!

... não deixa de ser importante. Nem todas as nossas ilhas são iguais e algumas delas têm hospital mas têm um conjunto de Centros de Saúde nos nossos concelhos.

E se é verdade, e vamos dar o exemplo da Ilha de S. Miguel, que deslocar determinadas especialidades, por exemplo ao Centro de Saúde no Nordeste não é aconselhável, não é possível, nem sequer será desejável, mas outras especialidades médicas faria algum sentido na opinião da Representação Parlamentar do PCP, que se deslocassem dentro da própria ilha para os Centros de Saúde da Lagoa, de Vila Franca, enfim, do Nordeste, centrando-nos aqui em S. Miguel.

A pergunta é: se de facto ...

**Presidente:** Tem de fazer a pergunta sr. Deputado.

**O Orador:** Vou terminar já, Sra. Presidente.

A pergunta é, Sr. Secretário, se efetivamente há algumas especialidades médicas que se deslocam aos Centros de Saúde, por exemplo, dentro da ilha de S. Miguel e se há, que especialidades, com que frequência? Se não há, se V. Ex. considera ou não que essa medida era importante, até pela questão da proximidade do serviço público de saúde junto das populações e se eventualmente isso não era importante.

Obrigado, Sra. Presidente pela tolerância.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires agradeço-lhe a questão, penso que realmente é uma questão importante porque muitas vezes nos focalizamos nesta área da deslocação de especialistas apenas nas ilhas sem hospital e dentro das ilhas com hospital é um dos desígnios que me parece importantes, não só pela proximidade da utente mas também para garantir que os recursos são bem utilizados, ou seja que por exemplo situações como a consulta externa do Hospital de Ponta Delgada possam diminuir a sua afluência de forma a descentralizar as referidas consultas.

Acho que é um dos temas importantes, tenho debatido por isso de uma forma muito direta quer com o Conselho de Administração do Hospital, quer com o Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha.

Neste mandato aquilo que foi feito de concreto sobre esta matéria foi na área da medicina física e reabilitação, ou seja em vez de considerarmos o serviço de medicina física e reabilitação do Hospital de Ponta Delgada apenas o espaço

físico do próprio edifício hospitalar, o serviço de medicina física e reabilitação neste momento do Hospital de Ponta Delgada é aquele espaço físico e os outros quatro espaços físicos de fisioterapia que existem já em cada um dos Centros de Saúde. Os médicos do serviço de medicina física e reabilitação têm uma escala semanal que fazem a rotação por cada um dos Centros de Saúde para acompanhar os utentes e também os fisioterapeutas que antes estavam isolados e que agora se veem integrados neste funcionamento em equipa do próprio Centro de Saúde.

A psiquiatria também já manifestou vontade, há um elemento que acabou recentemente a formação e que uma das suas áreas de eleição, uma das suas áreas de afinidade, infelizmente é assim que á vezes acontece, tem que haver um elemento motor desta abertura, tem que haver um elemento que se responsabilize diretamente dentro de um serviço por esta abertura e felizmente no serviço de psiquiatria temos um elemento que neste momento se mostrou disponível, em vez de fazer as consultas dentro do hospital, fazer as consultas nas Unidades de Saúde de Ilha de forma rotativa. Isso é um projeto que está em vias de ser lançado.

Outra área também que me parece importante, por exemplo a pedopsiquiatria, até por alguma limitação do espaço que havia, aquilo que foi acordado com a Unidade de Saúde de Ilha é que irá funcionar dentro da Unidade de Saúde de Ilha, até para tirar aquela imagem clássica da bata branca e de um contexto hospitalar, a pedopsiquiatria achou que seria o ideal no fundo trabalhar neste contexto mais de comunidade e estamos abertos em várias outras áreas a fazê-lo, por exemplo temos um projeto interessante com a cardiologia que já fez uma primeira fase e que agora se pretende que se passe para a segunda fase que é o controlo dos INR ou seja os doentes que estão anticoagulados poderem fazer seu controlo da anticoagulação nas Unidades de Saúde de Ilha com

acompanhamento também por parte da cardiologia, ou seja existem várias áreas em que se está a trabalhar de uma forma ativa nisso.

Devo dizer que apesar de ser um dos pontos de discórdia que nós temos com os sindicatos, nomeadamente esta capacidade de o local de trabalho definido em ACT ser a ilha e não o concelho, criou os mecanismos legais para o fazer.

No entanto, como é um assunto que tem sido por diversas vezes alvo de alguma negociação com os sindicatos, nós optamos por não forçar essa ida dos médicos aos Centros de Saúde, porque poderíamos fazê-lo, mas para não haver aqui qualquer atrito relativamente a essa matéria, tem sido através desta mobilização individual de serviço a serviço e no fundo reforçar desta nossa vontade a cada um dos serviços que isto tem acontecido.

Parece-me já com bons exemplos tal como eu lhe disse e certamente havendo mais interessados e nós continuaremos a fazê-lo, outras áreas poderemos abarcar. Há sempre a questão da limitação dos exames complementares e das técnicas muito específicas de cada uma das especialidades mas há muitas áreas em que a consulta pode ser feita de forma descentralizada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 onze horas e quarenta minutos.

*Eram 11 horas e 11 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 11 horas e 48 minutos.*

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições no âmbito do objeto 1?

Julgo não haver.

Vamos então passar para o objeto 2: “Coordenação, orientação, avaliação e fiscalização do funcionamento dos órgãos das Unidades de Saúde de Ilha, por parte do Governo Regional dos Açores”.

Tem a palavra o sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou agora colocar uma questão que eu rezei para que não a tivesse que colocar, assim que saiu o anterior médico.

Acontece que as circunstâncias levam-me a ter que colocar frontalmente esta questão no Parlamento.

Como sabem a Ilha do Corvo é uma ilha com uma localização ultraperiférica, com apenas três ligações aéreas por semana durante o inverno, em que existe até um forte constrangimento durante uma parte do ano. Vejam que por exemplo desde sexta feira só ontem é que se conseguiu fazer uma ligação devido às más condições atmosféricas.

É um ambiente relativamente isolado e um ambiente com um contexto difícil nalgumas circunstâncias nomeadamente em termos de ligações e a questão da saúde é uma questão absolutamente fundamental para todos, mas em especial as circunstâncias são absolutamente extraordinárias para quem está tão isolado como nós estamos na ilha do Corvo e aqui o médico tem um papel absolutamente fundamental e principalmente se é o único da ilha.

Isto significa que existe um forte constrangimento. Obviamente que ninguém gosta de se dar mal com o médico. Já pensaram o que é que é não ter um bom relacionamento com o único médico da ilha, principalmente para os mais vulneráveis ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mais um médico para o Corvo!

**O Orador:** ... para os mais velhos, para aqueles que se encontram em situações mais vulneráveis.

Portanto, aqui há uma questão essencial.

O que tem vindo a acontecer, e eu vou colocar a questão muito rapidamente Sra. Presidente, que me tem chegado ao meu conhecimento é um grande conjunto de queixas por parte da população em relação à atuação do atual clínico, nomeadamente em relação à não prescrição de medicamentos recomendados por outros especialistas; em relação às enormes dificuldades colocadas à deslocação de doentes, às enormes dificuldades que são colocadas, pessoas que se encontram em grandes dificuldades e que a Unidade de Saúde e o médico em particular impedem a deslocação dessas pessoas e até situações que me foram referenciadas de ameaças a alguns utentes no sentido de serem afastados do Serviço Regional de Saúde.

Eu sei que aquilo que aqui estou a dizer é grave, mas aquilo que eu aqui estou a dizer pode ser comprovado através de queixas escritas que o Sr. Secretário e os serviços que tutela têm conhecimento.

Portanto, há uma situação de ameaças a vários utentes

Nem todos fazem queixa tendo em conta as circunstâncias em que se encontram, mas algumas queixas por escrito já foram remetidas para o serviço que tutela.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é grave!

**Presidente:** Agradeço que formule a pergunta.

**O Orador:** Nesse sentido sr. Secretário, o que eu lhe pergunto é perante estas circunstâncias que são do seu conhecimento, algumas são escritas, o que é que fez em relação a esta questão? Que procedimentos adotou?

Eu penso que nesta matéria é necessário agir com muito sentido de responsabilidade e é necessário agir também com coragem, procurar a verdade acima de tudo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Dr. Faustino, tem um nome, é o médico do Corvo, felizmente no Corvo existe essa proximidade e é com essa proximidade que temos que contar quando analisamos esta questão, é efetivamente o único médico da ilha do Corvo mas não está isolado do mundo, da mesma forma que a ilha do Corvo não está isolada do mundo.

Não só nas situações urgentes em que o apoio do médico regulador do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, através da telemetria, da telemedicina que já existe na ilha do Corvo e que existe em todas as ilhas da Região, como nas outras situações que há uma rede de contatos inter par, em que os médicos com a afinidade que têm com os seus colegas em determinadas especialidades vão esclarecendo algumas das suas situações, o Dr. Faustino naturalmente tendo essa capacidade irá, vai e tem-no feito, eu sei que o tem feito, se aconselhando e encontrando a melhor solução dentro do âmbito da sua especialidade que é de medicina geral e familiar na ilha do Corvo.

**Deputado Ricardo Cabral** (*PS*): Muito bem!

**O Orador:** É importante perceber que esta história da prescrição de medicamentos, principalmente pelos médicos de família e recentemente tive oportunidade de receber uma carta de um médico de família sobre esta questão, não é como as pessoas querem, isto é feito mediante um conhecimento técnico científico apurado, quer durante o curso, quer durante a especialidade por cada um dos clínicos e os médicos de família não servem apenas para passar as receitas dos outros médicos.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Mas se não há médicos especialistas no Corvo!

**O Orador:** Os médicos de família são médicos especialistas, tal como todos os outros especialistas e que têm o poder de mediante as prescrições das diferentes especialidades alterar ou conjugar a medicação de forma a que não haja interações medicamentosas, de forma a que medicamentos similares não sejam prescritos ou que não haja duplicação de medicamentos como às vezes acontece porque se olharmos só para as especialidades poderá haver um especialista que considera que é precisa um medicamento A, outro especialista que também precisa o medicamento A e o doente estaria a tomar duas vezes o medicamento A e é por isso mesmo que o médico de medicina geral e familiar tem um papel importante e deve na minha perspetiva, como médico, como Secretário Regional da Saúde, alterar as prescrições que bem entender de forma a salvaguardar o seu utente porque é o único que conhece o seu utente como um todo, ao contrário dos médicos especialistas que muitas vezes se preocupam com a parte do sistema da sua especialidade.

Por isso, se há alterações de prescrição de medicamentos eu só o louvo e digo-lhe que deveria haver esse tipo de comportamento em todo o sistema de saúde nacional e regional.

Em relação à dificuldade de deslocação de doentes, parece-me que há aqui um certo equívoco e talvez vou socorrer-me dos números da deslocação de doentes relativamente a esta matéria e dizer-lhe que a Unidade de Saúde de Ilha do Corvo em 2012 deslocou 75 doentes; em 2013 deslocou 80 doentes; em 2014 deslocou 83 doentes e em 2015 deslocou 167 doentes.

Se há aqui algum problema não é no sentido em que o Sr. Deputado o indica, é exatamente no sentido oposto. Houve uma maior deslocação de corvinos para fora da ilha e era isso que talvez o senhor quisesse dizer ou quisesse referir. Não aquilo que referiu que é a falta de deslocação de alguns corvinos.

Devo dizer-lhe, e o senhor sabe tão bem como eu, que esta questão de proximidade com os médicos também gera alguma conflitualidade não só na relação médico/doente, mas na relação diária entre pessoas.

Nós tínhamos e recebíamos com alguma frequência, também na Secretaria, queixas do anterior médico, o Dr. Cardigos, também chegavam algumas queixas dos corvinos, da mesma forma que já me chegou uma situação de conflito com o Dr. Faustino.

Essas queixas são analisadas pelos órgãos competentes, quer pela Direção Regional de Saúde que faz a averiguação que tem que fazer na componente técnica para perceber se há alguma falha do ponto de vista técnico nesse atendimento e esta em concreto foi analisada também pela Inspeção Regional de Saúde.

A Inspeção Regional de Saúde fez uma análise muito concreto se a relação médico/doente tinha sido prejudicada ou não ao ponto de um médico por pressuposto ético do seu código deontológico, poder dizer que naquela situação a relação médico/doente estava prejudicada, pelo que ele não se sentia à vontade a atender aquela utente.

É importante que nós, independentemente dos julgamentos todos práticos que quisermos fazer ou dos julgamentos públicos que quisermos fazer sobre essa matéria, tenhamos a noção que temos que respeitar códigos deontológicos médicos, temos que respeitar códigos do procedimento administrativo, temos que respeitar códigos de normas de orientação clínica e cada queixa que nos vem sobre essa matéria é analisada mediante essas três perspetivas.

Em relação a essa situação, Sr. Deputado, posso dizer-lhe que não foi encontrado da minha porque analisei as três vertentes, qualquer situação de culpa relativamente ao Dr. Faustino.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para usar do direito à réplica tem a palavra o sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As questões que eu aqui lhe trouxe são as questões que têm a ver com questões que me foram referenciadas.

O facto de existirem mais deslocações não quer dizer que não se coloquem dificuldades. Há um conjunto de pessoas que me fizeram essas referências e que me contaram os episódios e que eu achei absolutamente credível, inclusivamente posso fazer-lhe chegar por escrito a situação e verificará que a situação é credível.

**Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral)**: O senhor é médico!

**O Orador**: Também lhe quero dizer que em relação às deslocações de doentes há muitos utentes que lhe poderão testemunhar que têm que pagar para ir a um determinado especialista, para enfrentar dificuldades urgentes têm que pagar do seu bolso, na ilha do Corvo e as pessoas que me estão a ouvir na ilha do Corvo sabem que é verdade! Que estas dificuldades são reais!

Mais do que isso, eu posso descrever-lhe esse tipo de situação e posso documentar-lhe esse tipo de situações.

Em relação às questões de queixa e de incompatibilidade como o Sr. Secretário acabou de reconhecer, chegaram-lhe algumas queixas por escrito, mas eu quero dizer-lhe que muitas outras não estão a ser remetidas pela situação extraordinária em que nos encontramos porque é o único médico.

Nesse sentido uma incompatibilidade com um médico numa ilha como a ilha do Corvo, é algo que é muito constrangedor e é uma situação muito difícil.

Mas estas situações, de facto, existem! Eu estou aqui a dizer-lhe frontalmente, não estou a dizer-lhe nos corredores, não lhe estou a dar esta informação sem a assumir publicamente perante todos os açorianos que me estão a ouvir. Portanto, estou a dizer-lhe com a maior clareza!

Nesse sentido o que eu lhe quero dizer é que estas situações são situações reais e que o Sr. Secretário deveria investigar, ...

**Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** E investigo!

**O Orador:** ... no sentido de verificar junto de todos os utentes, não é aqueles relatórios de satisfação que os senhores fazem em que quem escolhe os utentes que são ouvidos é o serviço. Obviamente escolhem uns 20, 30 ou 40.

**Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** A escolha é aleatória!

**O Orador:** O que eu acho que o Sr. Secretário tem que fazer é perante a exposição pública que eu lhe estou a fazer destas situações, o Sr. Secretário o que tem que fazer é uma investigação.

Olhe, ou faz a investigação ou eu vou agir junto doutras entidades porque a questão é a seguinte: ...

**Presidente:** Agradeço que termine.

**O Orador:** ... eu estou a relatar este tipo de situação e estou a solicitar-lhe que investigue e que investigue com imparcialidade como é sua obrigação. Eu não estou a verificar que o Sr. Secretário tenha essa atitude de imparcialidade. Está a parecer-me que não a tem!

Portanto, nessa questão eu considero que o Sr. Secretário deve investigar com imparcialidade este conjunto de questões que estou a expor-lhe e mais do que isso estou na disposição de lhe documentar. Documentar!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o médico de família, o especialista de medicina geral e familiar não é um mero polícia sinaleiro nas Unidades de Saúde de Ilha.

O médico especialista de medicina geral e familiar não é um mero polícia sinaleiro nas Unidades de Saúde de Ilha.

Não é um mero passador de atestados ou de encaminhamentos para especialistas.

Um médico especialista de medicina geral e familiar que nós temos a felicidade de ter no Corvo tem a sua competência técnica para decidir se o doente precisa, ou não, ir a uma especialidade e não é por critérios do próprio doente (obviamente isto é conversado com o doente) mas não é por critérios do próprio doente, ou seja: “Eu quero ir ao cardiologista porque acho que tenho que ir ao cardiologista!”.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas acha que as pessoas são ingénuas assim?

**O Orador:** Não! Tem que haver um critério técnico, científico para que isso seja feito.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas acha que as pessoas são assim?

**O Orador:** Da mesma forma que um doente que seja seguido de forma regular pelo cardiologista, como por exemplo uma hipertensão, o médico de família tem toda a legitimidade de dizer: “Olhe nesta situação muito específica eu tenho formação para seguir a sua hipertensão, passo eu a fazer esse seguimento da sua hipertensão!”.

A Unidade de Saúde de Ilha não está para fazer a vontade a todos os utentes, quer seja no Corvo, quer seja nas Flores, Santa Maria ou qualquer outra ilha dos Açores.

A Unidade de Saúde de Ilha está para prestar cuidados de saúde de uma forma tecnicamente competente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Como é seu dever!

**O Orador:** É esse o objetivo da Unidade de Saúde de Ilha e é isso que felizmente até agora tenho visto que tem acontecido na Unidade de Saúde de Ilha do Corvo também, porque tanto daquilo que me diz a Secretaria, em relação às queixas, eu tive conhecimento delas porque me foram dirigidas, tal

como disse, investigamos e chegamos à conclusão que não havia qualquer tipo de crime ou qualquer tipo de problema relativamente à atuação do médico do Corvo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** As afirmações foram, proferidas junto dos funcionários!

Há testemunhas!

**O Orador:** Da mesma foram que qualquer outra queixa que me faça chegar, Sr. Deputado, aqui estou (às vezes é para isso que também servem os Deputados Regionais, às vezes na incapacidade ou no receio dos utentes em fazê-lo pessoalmente podem servir-se dos Srs. Deputados Regionais para poderem fazer essas queixas) ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Há testemunhas!

**O Orador:** ... agora muitas vezes, eu vou explicar-lhe isso porque é importante que isto seja dito exatamente desta forma: muitas vezes as queixas que nos chegam transmitidas de forma verbal, quando são pedidas para serem postas por escrito, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** As pessoas têm medo!

**O Orador:** Não é medo, Sr. Deputado e eu vou explicar-lhe o que é que acontece.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Têm, têm!

**O Orador:** Quando as pessoas fazem as queixas de forma verbal, quando lhes é pedido para porem por escrito a versão já não é bem aquela. Já há ali uma questão que não foi bem a forma com que foi percecionado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** As pessoas são mentirosas, Sr. Secretário?

**O Orador:** As pessoas não são mentirosas. Há sempre duas versões para um facto e o que a Secretaria Regional da Saúde faz é avaliar uma das versões, avaliar a outra versão e fazer um julgamento sobre as duas versões, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas há testemunhas!

**O Orador:** ... não apenas sobre aquilo que o sr. Deputado me pede que é fazer um julgamento popular de uma das versões do facto.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não! Peço-lhe que investigue!

**O Orador:** O Sr. Deputado, como Deputado também tem o direito e devia ter o dever de investigar também algumas dessas situações e com a proximidade que lhe é permitida na Ilha do Corvo, talvez uma reunião com o Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha lhe permitisse resolver muitas destas questões que muitas vezes na verdade não o são.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Secretário Regional da Saúde, as Unidades de Saúde de Ilha são uma estrutura de planeamento, coordenação e prestação de cuidados de saúde integrados.

Nesse sentido consideramos que o Plano Regional de Saúde é um documento estratégico que tem o mesmo horizonte temporal do Plano a Médio Prazo e a da competência a sua elaboração, apreciação e avaliação através da Direção Regional da Saúde.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Eu gostaria de colocar-lhe a seguinte questão: **como está a ser avaliado ou como vai ser avaliado a aplicação e implementação do Plano Regional de Saúde?**

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, penso que a sua questão revela algo que é importante para todos nós e acho que devia ser um objeto de reflexão, relativamente à discussão que se tem gerado à volta do Sistema Regional de Saúde.

Isto porque muitas vezes estamos aqui preocupados com uma visão política de se o Conselho de Administração é formado pela pessoa A, pela pessoa B, se naquela situação específica esteve bem ou esteve mal, se a queixa foi bem encaminhada, se foi mal encaminhada, se foi bem analisada pelos órgãos de governação ou não e esquecemo-nos de uma forma muito concreta daquilo que é o objetivo do Serviço Regional de Saúde, daquilo que deve ser o papel do Serviço Regional de Saúde, que é garantir a saúde da população e muitas vezes a avaliação que é feita do Serviço Regional de Saúde, tal como o Sr. Deputado Luís Maurício há pouco referiu, é de um caso pontual, de uma situação em que terá corrido menos bem; de um caso pontual em que a resposta que foi dada à pessoa não foi a resposta eficaz; em que um profissional errou porque é normal. É normal que um profissional de saúde erre!

Isso é algo que me parece que é fundamental todos nós termos essa consciência porque são pessoas. Os profissionais de saúde às vezes erram. O serviço Regional de Saúde tem falhas, isso é o normal no desenvolvimento do serviço de saúde por pessoas.

São esses pequenos pormenores, são essas falhas que devem ser devidamente enquadradas e nas quais nós devemos ter uma visão muito clara se se trata de negligência, se se trata de descuido, se se trata de crime, do que seja, e que são devidamente acompanhadas. São esses pequenos pormenores que muitas vezes marcam aquilo que é o normal funcionamento do Serviço Regional de Saúde, aquilo que é o regular funcionamento do Serviço Regional de Saúde, aquilo que são as consultas que hoje estão a ser dadas, as cirurgias que hoje estão a ser feitas, os meios complementares de diagnóstico que hoje estão a ser feitos.

Por isso, desculpe ter-me atravessado um pouco em relação à resposta, mas em relação ao Plano Regional de Saúde é também importante destacar aquilo que foi o trabalho da Secretaria Regional de Saúde nesta matéria.

O Plano Regional de Saúde 2014/2016, extensível a 2020 muito recentemente foi alterado e foi desenvolvido de forma a olhar para as pessoas, a olhar para a saúde da população, a olhar para os indicadores de saúde da nossa população.

Penso que deveria ser esse o principal instrumento para julgar positivamente ou negativamente aquilo que é a política do Governo ao longo destes quatro anos.

De uma forma muito transparente para responder mais diretamente à sua questão, nós em 2014 fizemos o primeiro inquérito regional de saúde que foi aplicado de forma transversal a todas as ilhas, numa parceria com o Instituto Nacional Ricardo Jorge, seguindo também um pouco a política que tem sido feita dos inquéritos e acompanhando os inquéritos nacionais sobre essa matéria e estamos a preparar este ano, 2016, a aplicação do formulário do inquérito regional de saúde que é pela primeira vez a nível nacional um estudo longitudinal em que se percebe o estado da saúde da população em 2014 e se irá perceber o estado da saúde da população em 2016 e a sua evolução em termos de indicadores e que será para nós um instrumento valiosíssimo para perceber se a política de saúde foi boa, foi má, se houve programas que correram bem, se

houve programas que correram mal, qual foi a interferência que o Governo teve na saúde da população.

Por isso penso que teremos na avaliação do Plano Regional de Saúde, nessa sim, um bom motivo para crítica ou para no fundo de congratulação relativamente às políticas do Governo nesta matéria.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu julgo que a questão aqui colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão é muito pertinente, é pertinente não só no Corvo como de resto em todas as ilhas e ela tem uma direção que é, digamos, biunívoca.

Fala-se do caso do médico único, como também lhe falo do caso do especialista único que existe em alguns hospitais da Região.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**O Orador:** Portanto, a pergunta que lhe faço é muito específica, como também pode haver o contrário em que um médico tenha uma incompatibilidade pessoal com um utente, isso também acontece e não possa ou não queira, fundamentalmente, não ver esse utente; como também acontece e em vários casos acontece e é facto que o medo existe e é facto que as pessoas não falam porque têm medo, no Hospital de Angra isso passa-se, no caso do especialista único.

Portanto, eu pergunto-lhe: o que é que faz um doente desses? Quem é que o defende para não ser, digamos, maltratado, para não ser insultado, para não ser perseguido. Quem é que o defende? Quem garante o seu anonimato? Quem é

que o encaminha para outro especialista depois dele descrever o que se passa com a sua situação?

Há casos de incompatibilidade grave entre utente e médico, como haverá um ou outro na inversa.

O médico está protegido. A pergunta é: quem protege o indefeso?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, agradeço-lhe a questão e como sabe é uma questão de ordem do ponto de vista técnico, bastante melindrosa e que entra de uma forma muito intrínseca com aquilo que são os pressupostos éticos deontológicos do relacionamento médico/doente.

Eu devo dizer-lhe que, felizmente, que me recorde assim sem uma pesquisa aprofundada sobre esta matéria, ao longo destes quase quatro anos devo ter tido cerca de três, quatro situações como as que descreve, ou seja situações em que houve uma queixa formal à Secretaria ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ouça, Sr. Deputado José San-Bento!

**O Orador:** ... do relacionamento médico/doente, da incompatibilidade do relacionamento médico/doente que pode ser e deve ser também não só advogado por parte do médico na quebra de confiança médico/doente, mas pode ser também alegado por parte do utente e que nessas três ou quatro situações aquilo que foi a decisão que me lembre do processo, porque esses processos são depois analisados do ponto de vista técnico e depois do ponto de vista deontológico, as decisões foram sempre encaminhar o utente para outro especialista. Na ausência desse especialista na Região e eu lembro-me de uma

situação específica no Hospital de S. Espírito da Ilha Terceira, o encaminhamento desse utente para um hospital nacional.

Ou seja, sempre que chega à Secretaria alguma denúncia sobre essa matéria, e devo dizer que três, quatro, de todas as vezes tem sido alterado o local de tratamento desse utente por via da queixa que nos chega.

Agora, eu não lhe posso garantir que todas as situações me chegam porque algumas pessoas que no fundo se sentem constrangidas a fazê-lo, aquilo que podemos fazer todos e que deveremos fazer todos é assegurar a essas pessoas que não será por falta de acompanhamento que elas não poderão fazer as suas queixas.

Ou seja, nós temos que assegurar às pessoas que fazendo uma queixa e isso sendo no fundo analisado como sendo realmente ...

Uma das situações que me lembro tinha a ver com processo de litígio de divórcio, ou seja tinha havido um divórcio, ou seja era o ex-marido da médica em causa...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Onde isto já vai!

**O Orador:** ... e com a legitimidade que lhe é conferida foi atribuído outro médico.

Ou seja, às vezes não é só uma questão de conflito de mau tratamento, fui buscar este caso porque às vezes não é só uma questão de conflito de mau tratamento ou de mau entendimento, é uma questão de legitimidade até do próprio relacionamento, não sentia confiança nisso, por isso foi-lhe encontrada outra alternativa.

Aquilo que peço e peço a todos se houver situações em que isso se verifique, nós estamos cá para garantir uma alternativa.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ouvia, Sr. Deputado José San-Bento?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Marinho, pede a palavra para?

**Deputado António Marinho (PSD):** Era para solicitar um intervalo de trinta minutos.

**Presidente:** Peço ao líderes e à Sra. Secretária, o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o PSD requereu um intervalo regimental, naturalmente vai ser concedido e vamos também interromper os trabalhos para o almoço.

Regressamos às 15 horas para concluirmos a sessão de perguntas.

*Eram 12 horas e 18 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 09 minutos.*

Continuamos no ponto 2 da nossa Agenda, nomeadamente a sessão de perguntas requeridas pelo PPM.

Continuam também abertas as inscrições para o objeto 2.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

É já a sua segunda pergunta no objeto 2.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sim, Sra. Presidente e a última infelizmente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha última questão é sobre um assunto que aqui se falou ontem no âmbito de um outro diploma e que em primeiro lugar quero exprimir a minha concordância com a criação no âmbito da legislação dos conselhos consultivos em vários órgãos.

O Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo prevê a seguinte composição: dois representantes da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal, um representante de cada uma das Misericórdias, um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, etc., etc..

Esta questão é uma questão que permite ainda por cima na Ilha do Corvo, uma participação muito mais ampla, da comunidade no âmbito da gestão da Unidade de Saúde. Isso é positivo, para mais quando o Conselho de Administração é constituído apenas por duas pessoas e para mais quando não existem outros médicos.

Portanto, a participação da comunidade é algo que eu valorizo muito e acho que é absolutamente fundamental, para mais naquele contexto específico ainda se torna mais importante.

Eu preocupo-me com esta questão e no dia 13 de novembro de 2012 (vejam bem 13 de novembro de 2012!) perguntei ao Governo através de um requerimento (os requerimentos eu acho que é um instrumento político fantástico, consegue resultados ótimos) qual é a composição nominal do Conselho Consultivo?

Sabem qual foi a resposta?

A resposta foi que a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo entrou em funcionamento no dia 23 de janeiro, ou seja oito meses antes e que ainda não tinham tido tempo.

Bem, deixei passar mais algum tempo e voltei novamente à questão e já vou terminar Sra. Presidente e pergunto no dia 11 de junho de 2014, qual é a composição nominal e técnico dos conselhos consultivos?

A resposta do Governo qual é?

“Constata-se que a constituição dos referidos Conselhos ainda não está efetivada uma vez que se tem dado prioridade à prestação de cuidados de saúde aos corvinos e às tarefas administrativas”.

Um simples Conselho Consultivo, dois anos e tal depois não tinham tido tempo, estavam muito atarefados e ainda não tinham constituído o Conselho Consultivo.

Deixei passar mais algum tempo, dada a dimensão da tarefa que é enviar um ofício para a Câmara Municipal no sentido de indicar qual é o seu representante, enviar um ofício para a Santa Casa da Misericórdia, para indicar qual é o seu representante, isto dá muito trabalho, demora mais ou menos cinco minutos a fazer, mas eu dei mais dois anos e pergunto outra vez, em 8 de fevereiro de 2016, o Conselho já está constituído, ainda estão a desenvolver tarefas no sentido de constituir o Conselho Consultivo.

É evidente que isto é risível mas é preocupante porque o Conselho Consultivo de facto, tem um papel importantíssimo por isso é que está previsto na legislação e permite a participação da comunidade, no fundo permite o aprofundamento da democracia, Sr. Secretário.

Isto é admissível? O que é que o Sr. Secretário fez, porque o senhor é que tem a responsabilidade de tutela e de chamar a atenção, e sabe porque responde aos requerimentos, o que é que fez ao longo destes quatro anos para resolver esta questão?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, no âmbito da coordenação, orientação, avaliação e fiscalização do funcionamento dos órgãos das Unidades de Saúde de Ilha, por

parte do Governo Regional, este Governo interrogou nas diferentes vezes em que recebeu o seu requerimento e aí talvez lhe reconheça a importância desta figura, tal como a reconheceu, entregou à Unidade de Saúde de Ilha sobre essa matéria e formalizou junto da Unidade de Saúde de Ilha a importância da constituição desses conselhos técnicos e conselhos consultivos.

Como sabe, infelizmente, o conselho técnico são os mesmos elementos da própria Unidade de Saúde de Ilha ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Agora já não!

**O Orador:** ... mas não teria uma validade tão grande como a questão do Conselho Consultivo e desta última vez, tal como o Sr. Deputado sabe muito bem, pela forma com que o expressou, tem conhecimento do que se passou em termos de diligências na Ilha do Corvo, foram já enviados os ofícios, quer para a Câmara Municipal, quer para a Santa Casa da Misericórdia para que sejam nomeados e encarregar-me-ei eu, como Secretário Regional, até ao final desta Legislatura, muito provavelmente já nos próximos meses que esse Conselho Consultivo reúna pela primeira vez.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais um adágio popular “mais vale tarde do que nunca” e por isso é evidente que foram quatro anos a perguntar sucessivamente sobre o Conselho Executivo para que a gestão da saúde seja democratizada na Ilha do Corvo e que possa abranger o conjunto da comunidade e a participação da comunidade. Vejo que desta vez o problema parece estar em vias de resolução. Espero que assim seja.

**Presidente:** Penso que o Sr. Secretário Regional não vai responder porque não foi propriamente uma pergunta.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Sra. Presidente, sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate decorre numa fase da Legislatura onde já é possível constatar melhorias e avanços significativos no Serviço Regional de Saúde decorrentes da reestruturação encetada em setembro de 2014.

Restringindo-me aqui ao objeto que está em causa e portanto não podendo dissertar nem divagar sobre outras áreas e outros exemplos concretos de reformas que nos parecem muito importantes mas não deixando de salientar porque tem a ver com o objeto, com o grande progresso ao nível da cobertura de cuidados de saúde no que diz respeito a médicos de família em que nós terminaremos este ano com uma cobertura com mais 15 médicos, com mais 28 mil e 400 utentes que terão esse apoio ao nível dos cuidados primários, eu gostava de mesmo assim registar que quase toda a oposição permanentemente crítica, o que é perfeitamente legítimo, diga-se de passagem, mas crítica e manifesta as maiores reservas sobre o Serviço Regional de Saúde, nunca sendo capaz de registar pelo menos uma melhoria. Eu acho que nenhum açoriano compreende isso, pelo menos que reconhecessem um benefício, uma melhoria, certamente que existiriam, mas isso não se constata.

**Deputado Luís Garcia (PSD)**: E a pergunta é?

**O Orador**: Sr. Secretário perante este quadro político, perante este cenário político, eu questiono se a Secretaria tem algum elemento, tem algum estudo, tem algum instrumento que permita que nós aqui neste Parlamento e de certa forma todos os açorianos possam ter uma ideia de qual é a opinião que os próprios utentes do Serviço Regional de Saúde, têm sobre o serviço porque é bom que não se esqueçam, estas reformas que o PS fez na área da saúde, tiveram uma única preocupação central, colocar os utentes do Serviço Regional de Saúde no centro do sistema e como os grandes beneficiários de todas as

mudanças, de todas as transformações e de todas as reformas que encetamos na saúde.

Portanto Sr. Secretário, penso que a pergunta é clara, há algum instrumento, há algum elemento que nos permita conhecer a opinião dos nossos utentes?

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente tal como aqui já tinha sido anteriormente por mim dito, penso que muitas vezes notamos mais aquilo que são os problemas, aquilo que são as demonstrações pontuais do mau funcionamento do Serviço Regional de Saúde e aquilo que é a perceção política que temos sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, mais do que aquilo que é opinião concreta dos açorianos nesta matéria.

Tal como o Sr. Deputado Paulo Estêvão há pouco já referiu, houve uma medida muito concreta que foi desenvolvida Sr. Deputado, permita-me também esclarecer, não no sentido de termos dados positivos sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde mas porque os sistemas de acreditação em curso nas Unidades de Saúde, que felizmente aqui na Unidade de Saúde da Ilha do Faial já temos uma Unidade acreditada e iremos ter mais duas Unidades acreditadas até ao final da Legislatura, o sistema de acreditação exige que sejam feitos inquéritos de satisfação aos utentes, ou seja, é uma exigência própria da qualidade dos serviços que os serviços façam esses inquéritos de satisfação.

Nós no mês passado realizamos um inquérito de satisfação a todas as Unidades de Saúde de Ilha, ao qual responderam 1780 utentes ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Quantos foram questionados?

**O Orador:** Foram questionados 1780 utentes.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** E responderam todos! Que coisa brilhante! Deve ser o único inquerito do mundo que todos os inqueridos responderam!

**O Orador:** Era suposto termos uma resposta ... em cada médico de família tinha que ter pelo menos 15 utentes que respondessem ao questionário.

Eu percebo que esteja incomodado, Sr. Deputado e eu vou explicar-lhe porquê, eu vou explicar-lhe porque é que o Sr. está incomodado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não estou incomodado! Os senhores é que andam a brincar com as pessoas!

**O Orador:** Ao contrário daquilo que a oposição vê relativamente ao serviço Regional de saúde, na componente de cuidados médicos, na componente interpessoal os utentes do Serviço Regional de Saúde, classificaram o serviço em 42% como excelente; 31% como muito bom; 15% como bom; 4,5% como razoável e 2,3% como mau.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Qual era a pergunta?

**O Orador:** Na componente técnica, 37% dos utentes responderam que era excelente; 30,8% responderam que era muito bom; 16% responderam que era bom; 5,2% responderam que era razoável e 2,8% responderam que era mau.

Sr. Deputado Paulo Estêvão também lhe posso dizer que estes ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não é que fiz a perguntar!

**O Orador:** O senhor não fez a pergunta mas tem direito a replicar e eu vou já dar-lhe uma boa notícia que é no Corvo 62,2% das pessoas responderam que na componente técnica os seus cuidados eram excelentes.

A questão que há pouco me colocou sobre a componente técnica do médico, é avaliada como 62% dos utentes corvinos como excelente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, eu estou a ser questionado e não posso responder!

**Presidente:** Sr. Secretário, penso que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem razão, não lhe está a responder diretamente, portanto não deverá interpelar.

**O Orador:** Vamos aos cuidados de enfermagem, 46,5% classificam os cuidados de enfermagem como excelentes; 33,1% classificam os cuidados de enfermagem como muito bom;

Técnicos de saúde, 30,4% excelente; 30,7% muito bom,

Secretariado clínico, 41% excelente; 34,1% muito bom.

Em termos de acessibilidade, que é uma das questões que muitas das vezes é colocada aqui ...

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, é preciso que possamos fazer algum silêncio para se ouvir o Sr. Secretário Regional.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Está a gozar com os açorianos!

**O Orador:** Eu percebo que seja incómodo.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional faça favor de continuar.

**O Orador:** Em termos de acessibilidade, 23,2% dos açorianos consideram que o serviço é excelente; 27,4% dos açorianos considera que é muito bom; 23,1% dos açorianos considera que é bom.

No Corvo, 78,7% dos corvinos consideraram que o serviço tinha uma excelente acessibilidade.

Em relação aos serviços prestados 31,1% excelente; 33,8% muito bom; 19% do serviço como muito bom.

Qualidade das instalações que é um dos critérios que também é avaliado, 34,1% responderam que as instalações eram excelentes; 33,5% disseram que as instalações eram muito boas; 20,7% disseram que as instalações eram boas,

apenas 6,3% disseram que eram razoável e 4% responderam que as instalações eram más.

Por isso Srs. Deputados, esta dissociação que a oposição tem em relação à perceção do funcionamento do Serviço Regional de Saúde demonstra claramente o desfasamento da realidade que a oposição tem em relação ao que se passa no dia a dia no serviço.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é um insulto a 40 mil açorianos que não têm médico de família!

**O Orador:** Digo-vos também que muito sinceramente, isto é um pronúncio, isto será um excelente pronúncio do choque da realidade que a oposição terá em outubro quando forem os açorianos a avaliar o desempenho deste executivo

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é um insulto a quem há anos espera por uma cirurgia! Isso é um insulto para quem morre à espera de uma consulta!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Srs. Deputados ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Vamos continuar com o debate.

Sr. Deputado José San-Bento, pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, muito rapidamente eu gostava, se fosse possível que a Mesa solicitasse ao Sr. Secretário Regional a distribuição das estatísticas que aqui apresentou.

Eu tomei nota de dados aqui muito importantes, não os conheço Sr. Deputado ...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Devia conhecer!

**O Orador:** Não os conheço! Não tenho! Fui aqui confrontado com números ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**O Orador:** Oh, Sra. Presidente, eu estou a tentar ter ....

**Deputado Francisco César (PSD):** É uma falta de respeito permanente!

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, eu não compreendo o que é que uma interpelação vos faz ter este nível de ruído e este free som que sinceramente é totalmente desadequado e desajustado.

Sr. Deputado José San-Bento, por favor conclua a interpelação.

**O Orador:** Oh, Sra. Presidente, eu procuro sempre incluindo obviamente nas intervenções que faço sobre a saúde, abordar os temas de uma forma edificante e que permita esclarecer as pessoas.

Portanto, Sra. Presidente, eu fui confrontado aqui com uma avalanche de estatísticas e de números que eu não conheço, que são muito positivos, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, mas isto é uma interpelação ou é uma intervenção? É que se é uma intervenção eu quero inscrever-me para uma intervenção!

**O Orador:** ... surpreenderam-me genuinamente pela estatística e pela expressão de uma opinião muito positiva que os açorianos têm sobre o Serviço Regional de Saúde e o que eu estou a pedir é que esses dados sejam distribuídos.

Se os partidos da oposição não pretendem, Sra. Presidente, eu agradecia que fosse facultado ao Grupo Parlamentar do PS, por e-mail, esses dados e era nesse sentido que fiz a interpelação sem procurar qualquer outro tipo de polémica nem de questão.

Muito obrigado e que fique claro.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Se o Sr. Secretário assim o entender que faça então chegar à Mesa para poder ser distribuído.

O Sr. Deputado Joaquim Machado, também pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, srs. Membros do Governo Regional:

É para interpelar V. Exa. no sentido de pedir ao Sr. Secretário Regional que conjuntamente com todos aqueles dados, faculte também os números relativos à amostra dos questionários; quem realizou os questionários; quando foram esses questionários realizados; qual foi a taxa de resposta negativa ao questionário ...

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** E a hora? Não quer saber a hora?

**O Orador:** ... e as perguntas que foram feitas aos utentes.

**Deputado José Ávila (PS):** Quanto pior melhor!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Pior é impossível!

**Deputado José Ávila (PS):** É uma tristeza estabelecer uma estratégia dessa!

**Deputado Berto Messias (PS):** A sua falta de educação já é conhecida!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente também o Sr. Secretário há de fazer chegar à Mesa para depois poder ser distribuído.

Vamos continuar com as perguntas.

Sr. Deputado Artur Lima para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Exatamente no sentido da interpelação edificante do Sr. Deputado José San-Bento, eu também queria solicitar a V. Exa que pedisse ao Sr. Secretário que fizesse distribuir quantas pessoas responderam a esse inquérito.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente que espero que o Sr. Secretário esteja a tomar nota de todos estes requerimentos para que depois os documentos possam ser distribuídos.

Sras. e srs. Deputados, vamos continuar com o debate.

Está inscrito o sr. Deputado Luís Maurício.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos numa fase da Legislatura em que no que diz respeito aos cuidados primários de saúde é altura de fazer um balanço, mas um balanço sobretudo relativamente aos compromissos assumidos e não cumpridos.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Em fevereiro de 2013, o Sr. Secretário Regional da Saúde afirmava no jornal Açoriano Oriental, que era compromisso deste Governo, no final desta Legislatura, dar médico de família a todos os açorianos.

Chegamos assim à conclusão que promessa feita, foi promessa não cumprida.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Não foi a oposição que assumiu esse compromisso, foi o Governo de livre vontade que o fez e não cumpriu.

Sabia que não havia médicos de família na altura ...

**Deputado André Bradford (PS):** Mas agora há!

**O Orador:** ... continuam a não existir neste momento.

Propusemos em devida altura novas formas de organização da prestação de cuidados que o Governo sempre recusou.

Mas relativamente aos inquéritos de satisfação que foram aqui apresentados, Sr. Secretário, faz-me lembrar aqueles inquéritos que o anterior Secretário Regional da Saúde, Dr. Miguel Correia fazia, sentando-se nas salas de espera dos Centros de Saúde, para saber quantos diabéticos, qual era a prevalência da diabetes nos Açores.

Ou seja, a amostra era feita com base naqueles que procuravam os serviços e não naqueles que nunca tinham acesso aos serviços.

Com isso eu quero dizer, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo que essas estatísticas não me impressionam, impressionam sim os 50 000 açorianos que continuam a não ter médico de família; ...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... os mais de 10 000 açorianos que continuam a não ter acesso a uma cirurgia porque os senhores continuam a contemplar o céu estrelado à espera que os anestesistas cheguem sem que consigam assumir uma alternativa de organização e prestação de cuidados à população.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)*

**O Orador:** A esse inquérito não responderam os milhares de açorianos das Flores, do Pico, da Graciosa, de S. Jorge e de Santa Maria, que continuam nos seus centros de saúde à espera que um especialista lá se desloque, quando o senhor acabou em janeiro de 2014 com os incentivos a essa deslocação. Esses certamente não responderam a esse inquérito.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)*

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Ó José grande tarefa!

**Deputada Catarina Moniz Frutado (PS):** Qual tarefa! O senhor é que levou um carro com os números do inquérito!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, calma!

Sr. Deputado Luís Maurício, já tem muito pouco tempo peço-lhe mesmo que faça a pergunta.

**Deputado Berto Messias (PS):** Depois de dar o carrote...

**O Orador:** Depois de dar o carrote? Eu não tomei carrote nenhum! Se o senhor acha! Foi o Sr. Deputado Berto Messias é que o referiu, não fui eu!

Mas quero dizer ao Sr. Deputado Berto Messias, que há coisas em relação às quais eu me satisfaço, sobretudo aprender com o Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É verdade!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**O Orador:** Mas queria dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados, fazendo uma pergunta muito simples e citando um colaborador do Jornal do Pico, que eu tive o prazer de conhecer pessoalmente e provavelmente muitos das Sras. e dos Srs. Deputados conhecem ...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem mesmo de fazer a pergunta.

**O Orador:** ... Rui Pedro Ávila.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem é esse homem?

**O Orador:** Escrevia ele no Jornal do Pico: “Vem hoje à estampa uma notícia no Diário dos Açores segundo a qual o Sr. Secretário promete tecnologias na saúde, são a oportunidade para aproximar as ilhas”.

Diz o Sr. Rui Pedro Ávila: “O Sr. Secretário Regional tem razão, eu concordo se não fosse, cito, a prática”.

Portanto, a prática difere muito da teoria.

Pergunta concreta, Sr. Secretário Regional: os doentes do Pico, os que são portadores de doenças renais e de doenças oncológica, não têm possibilidade de realizar as suas análises de rotina na sua ilha, tendo necessidade de se deslocar na véspera ou na antevéspera ao Hospital da Horta para as realizar.

Há muitos que não têm a possibilidade de ficarem alojados no Faial e têm que regressar à sua ilha para voltar novamente ...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem mesmo de abreviar. Já ultrapassou em largo tempo.

**O Orador:** ... no dia seguinte ao Hospital da Horta. Pergunto-lhe Sr. Secretário, que diligencias é que fez junto da Unidade de Saúde de Ilha do Pico, no sentido de evitar a dupla deslocação dos doentes renais e dos doentes oncológicos do Pico ao Hospital da Horta por incapacidade dos laboratórios de análises clínicas no Pico, satisfazerem os pedidos dessas duas especialidades.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** A Sra. Secretária Regional pediu a palavra, penso que para uma interpelação?

Tem a palavra Sra. Secretária.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma interpelação porque segundo o que compreendi do acompanhamento que tenho estado a fazer do debate estamos neste momento no segundo objeto: coordenação, orientação, avaliação e fiscalização do funcionamento dos órgãos das Unidades de Saúde de Ilha por parte do Governo Regional.

Portanto, sem prejuízo do Sr. Secretário responder à pergunta que foi feita e compreendendo que o Sr. Deputado Luís Maurício continuará hoje certamente na senda do entusiasmo da Conferência de Imprensa de ontem, ...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): A Sra. Presidente da Assembleia está a par de tudo isso!

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Isso é uma interpelação?

**O Orador**: ... queria perguntar em que medida é que a matéria dos médicos de família se enquadra neste objeto e relativamente à deslocação de doentes tanto quanto eu me lembre foi tratado no primeiro objeto.

Tudo isto naturalmente sem prejuízo do Sr. Secretário responder à pergunta que foi colocada.

**Presidente**: Sra. Secretária, registei a sua interpelação.

Naturalmente que o enquadramento às perguntas ...

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente**: Sras. e Srs. Deputados, eu preciso de silêncio para poder esclarecer.

Naturalmente que o enquadramento às perguntas é sempre lato, como tem sido habitual neste tipo de debate.

No caso concreto da pergunta que foi colocada eu entendo que se relaciona com a questão da coordenação das Unidades de Saúde de Ilha e portanto permiti que ela pudesse ser feita.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Respeito o seu entendimento, Sra. Presidente!

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Que remédio!

**Presidente**: Sr. Secretário Regional para responder.

(\*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, o Governo apenas pode exercer o seu poder de coordenação, orientação, avaliação e fiscalização do funcionamento dos órgãos das Unidades de Saúde de Ilha, se tiver conhecimento concreto e formal das situações que possam estar menos bem ...

**Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Desconhece essa situação, Sr. Secretário?

**O Orador**: ... e teremos com certeza várias situações em que as coisas não estão a acontecer da maneira que nós gostaríamos que acontecesse.

A situação da colheita das análises na Unidade de Saúde de Ilha do Pico e a complementaridade daquele laboratório que como sabem é um laboratório de uma Unidade de Saúde e não um laboratório hospitalar, é feita pelo Hospital da Horta, ou seja todas as análises que não sejam possíveis executar na Unidade de Saúde de Ilha do Pico, são colhidas no Pico e enviadas para a Horta.

É esse o pressuposto que esta Secretaria e este Governo têm relativamente a essa questão, ou seja não vamos estar a deslocar doentes quando podemos colher o sangue e fazer deslocar a amostra, até porque numa situação entre o Pico e a Horta, existem barcos regulares e as colheitas podem ser feitas de forma a virem no barco e serem processadas no Hospital da Horta.

Por isso, aquilo que lhe digo de uma forma muito concreta é que na nossa perspetiva e em conversas que tive regulares ao longo destes três anos com a Unidade de Saúde de Ilha do Pico sempre foi dito, quer dentro do Pico, porque também havia em algumas situações a colheita de doentes de S. Roque e das Lajes a serem obrigados a vir à Madalena para fazer a colheita, sempre foi dito que a colheita é feita em maior proximidade, o que pode ser feito em qualidade e a amostra é que vem até ao laboratório.

Neste caso específico se há um problema com os doentes renais ou oncológicos, a amostra terá que vir para o laboratório, como existem amostras como sabe e bem até no Hospital de Ponta Delgada, que são colhidas no Hospital de Ponta Delgada e o sangue é processado em Lisboa.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Tem que investigar isso, Sr. Secretário!

**O Orador:** Não há necessidade do doente se deslocar a Lisboa para fazer essa colheita, por isso nesta situação muito concreta é isso que deve acontecer, Sr. Deputado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, sr. Secretário.

Não há mais inscrições pelo que vamos dar como concluído este ponto da Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 7: **Projeto de Resolução n.º 149/X – “Abertura de cursos nas Escolas Profissionais de Povoação e Nordeste”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A qualificação dos recursos humanos deve ser uma prioridade no quadro do desenvolvimento regional.

A existência de cursos que conferem qualificação profissional concorre determinantemente para atenuar os fenómenos do insucesso e do abandono escolar precoce.

Nesse âmbito as escolas profissionais em funcionamento nas zonas mais despovoadas do arquipélago assumem especial relevância por propiciarem um percurso sequencial e articulado aos alunos no seu próprio território educativo.

Tais escolas contribuem também para a sempre problemática fixação de jovens em concelhos demograficamente envelhecidos.

Ora, considerando que os contingentes populacionais dos concelhos da Povoação e do Nordeste são no seu volume e dinâmicas em tudo semelhantes aos de outros concelhos da Região com saldo fisiológico negativo e considerando também que nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo é requisito para a oferta de curso profissional a previsível inscrição de dez alunos, o PSD através desta Resolução recomenda ao Governo Regional que aplique esse mesmo critério às escolas profissionais dos concelhos de Nordeste e Povoação.

Aquilo que é bom, necessário e eficiente nas chamadas ilhas da coesão, deve também ser um instrumento disponibilizado nestes dois concelhos com vista a superarem os seus constrangimentos naturais e demográficos.

Isto que aqui fazemos é, por fim, também uma aspiração com vários anos das escolas profissionais que funcionam nesses mesmos concelhos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Alguém tem que ser o primeiro, já sabem é sempre assim.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Ou não!

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Necessariamente não tem!

**Presidente:** Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(\*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Alguém tem que abrir o debate e não me importo de ser eu mais uma vez.

Os cursos profissionais são um dos percursos do nível secundário da educação caracterizado por uma forte ligação com um mundo profissional, tendo em conta o perfil pessoal de cada aluno, a aprendizagem realizada nos diferentes cursos oferecidos pelas escolas profissionais, valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão.

Para além de contribuírem para a realização pessoal dos jovens, as escolas profissionais contribuem para a criação de modalidades de ensino, alternativas às do sistema formal do ensino, bem como promovem a aproximação entre o ambiente escolar e o mercado de trabalho contribuindo assim para uma melhor preparação dos jovens com vista à sua integração na vida ativa, não deixando de proporcionar oportunidade, prosseguimentos de estudos superiores.

Nos Açores, uma região geograficamente descontínua e ultraperiférica, com os condicionalismos económicos e sociais daí decorrentes, as escolas profissionais desempenharam e desempenham um papel importante na instrução dos formandos conferindo-lhes capacidades e conhecimentos de modo a que fiquem aptos a enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

É necessário aqui mencionar o papel importante quer a nível económico, quer a nível social que as escolas profissionais têm nos meios onde estão inseridas sobretudo nas ilhas menos populosas.

Ao longo dos últimos anos o ensino profissional dos Açores era exclusivo das escolas profissionais cujo aparecimento foi incentivado e apoiado pelo Governo Regional com a utilização dos fundos comunitários.

É preciso também lembrar que as escolas profissionais existentes prepararam-se ao longo do tempo para dar resposta diferenciada dedicando-se ao ensino e formação de profissões, acumulando experiência, meios e credibilidade nesta

missão e de momento para o outro ao mesmo tempo em que se assiste a uma diminuição do número de alunos, foram alteradas as regras a meio do jogo no que diz respeito ao ensino profissional, entrando as escolas públicas do ensino regular em concorrência direta e desleal com as escolas profissionais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tinha uma questão para lhe colocar, Sr. Secretário Regional da Educação:

Tanto quanto me foi possível perceber em relação aos financiamentos por fundos comunitários dos cursos profissionais, o regulamento comunitário é claro quanto à garantia do financiamento desses cursos sendo que é necessário que as turmas tenham que ter um mínimo de vinte alunos, sendo certo também que o Governo Regional, abriu a exceção e bem, para as ilhas de coesão permitindo que os cursos abrissem apenas com dez alunos.

A minha questão é a seguinte: como é que é garantido o financiamento total desses cursos e questionava-o se é garantido pelo Orçamento da Região.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(\*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretário, Srs. Secretários:

O ensino profissional nos Açores tem realizado um percurso de qualificação dos açorianos que nos deve orgulhar a todos.

Esta qualificação de recursos humanos tem sido uma prioridade do Governo Regional dos Açores e os números comprovam-no.

Ora vejamos em todo o universo escolar, no ano letivo de 95/96 eram de 2% as matrículas; em 2004/2005 já eram de 21%; em 2014/2015 já eram de 37%, ou seja a qualificação no ensino profissional é hoje efetivamente uma realidade.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Projeto de Resolução apresentado aqui pelo PSD, vem propor que se equipare as escolas profissionais dos concelhos da Povoação e do Nordeste, às escolas com sede nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Pico, Flores e Corvo, ou seja que se altere a Portaria n.º 75/2014, alterando os requisitos para a abertura de cursos profissionais, isto é passar de vinte alunos matriculado, para apenas dez.

Sucintamente é este o corpo e objeto do Projeto de Resolução apresentado aqui pelo PSD.

As razões apresentadas pelo PSD para a diminuição do número de alunos não são suportadas por duas razões:

Primeiro, porque viver na Povoação ou no Nordeste, não é propriamente o mesmo que viver numa ilha da coesão, precisamente pela descontinuidade territorial que estas apresentam, assim como o grande investimento nas acessibilidades na Ilha de S. Miguel, que não é propriamente como a Sra. Deputada Ana Espínola fez no seu argumentário, uma das ilhas menos populosa, como é óbvio.

Aliás, podemos todos afirmar que o Nordeste já não é a 10.<sup>a</sup> ilha.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Segundo, porque o financiamento ultrapassa as competências diretas e específicas da Região Autónoma dos Açores, até porque as escolas das ilhas da coesão que eu aqui já referenciei, agem nesta matéria de forma muito cautelosa e responsável, não arriscando a perda de financiamento.

Sendo assim o PS irá votar contra esta iniciativa.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se algum mérito tem esta proposta é a demonstração da falência das políticas de coesão.

Um dos pilares que sustenta a autonomia regional tem a ver com o desenvolvimento harmonioso da Região Autónoma dos Açores, no seu todo, ou melhor dizendo tem a ver com a coesão em várias dimensões: na dimensão social, na dimensão económica, na dimensão territorial, na dimensão cultural.

A verdade é que, e isso é inegável, nós temos na Ilha de S. Miguel as mais profundas assimetrias ao desenvolvimento. Há de facto uma grande concentração de investimento público na Ilha de S. Miguel, mas particularmente no concelho de Ponta Delgada. O concelho de Ponta Delgada tem o maior índice de poder de compra ...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** As SCUTS de Ponta Delgada!

**O Orador:** Quando eu estiver a dizer alguma coisa que não corresponda à verdade, façam o favor de dizer que não é verdade.

**Deputado Berto Messias (PS):** Isso não corresponde à verdade!

**O Orador:** Portanto, a verdade é esta: na ilha de S. Miguel é onde comprovadamente as políticas de coesão, e aqui não há descontinuidade territorial, aqui não há dispersão, falharam! Falharam!

**Deputado José San-Bento (PS):** E a responsabilidade é da autarquia?

**O Orador:** É onde temos o concelho com maior índice de poder de compra, mas é onde temos o concelho com o pior índice do poder de compra.

Se compararmos a população jovem de concelhos como os referidos na iniciativa que estamos a apreciar, verificamos que há algumas ilhas da coesão que têm mais população jovem do que estes dois concelhos.

Portanto, se algum mérito tem esta proposta que estamos a analisar é exatamente ...

**Deputado André Bradford (PS):** É gastar dinheiro em piscinas!

**O Orador:** ... a demonstração de que as políticas de coesão do Governo Regional têm falhado, aliás estamos à espera, pelo menos há 8 anos, de um famoso plano designado por PECA, Plano Estratégico para a Coesão dos Açores que teve sucessivos anúncios, o último que tenho memória aconteceu na ilha da Graciosa ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Na Ilha Graciosa!

**O Orador:** Na ilha Graciosa, peço perdão aos graciosenses aqui presentes e a todos aqueles que nos estão a ouvir, a ilha Graciosa, ou melhor na ilha Graciosa, pela boca do Sr. Vice-Presidente.

Continuamos à espera do PECA mas a verdade é que com PECA ou sem PECA, a coesão é de facto um dos grandes falhanços da nossa autonomia, a partir de determinada altura esqueceu-se completamente a coesão nas suas diferentes dimensões.

Quanto ao objeto desta iniciativa ela sendo bondosa e até eventualmente procurando dar resposta, digamos, às características daqueles dois concelhos contém, e é bom que tenhamos consciência disso, alguns perigos que lhes estão associados, porque como todos nós sabemos nas ilhas de coesão onde esta exceção, que agora se pretende alargar aos concelhos do Nordeste e da Povoação, as escolas têm cuidado relativamente à formação das turmas porque se perderem alunos ao longo da vigência dos cursos, estão sujeitas a perder o financiamento.

Portanto, há aqui alguns cuidados que deviam ser tomados em consideração.

Tratando-se de um Projeto de Resolução cabe ao proponente acautelar esses perigos, cabe ao proponente acautelar esses perigos.

Sra. Presidente, para já nesta primeira intervenção fico-me por aqui.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos às 16 horas e 10 minutos.

*Eram 15 horas e 55 minutos.*

**Presidente:** Vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 20 minutos.*

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu acompanho o PSD nalgumas das considerações que são tecidas na abertura deste Projeto de Resolução, a saber, no reconhecimento da importância dos cursos profissionais no processo da redução do insucesso e do abandono escolares; no contributo para a inserção dos jovens no mercado de trabalho; ainda no estímulo à fixação da população nas periferias.

Em matéria de funcionamento de cursos profissionais o REGAPA determina a existência de um mínimo de 20 matriculados, com exceção daqueles concelhos em que haja apenas uma escola pública que pode abri-los somente com 15 alunos, com exceção também de Santa Maria, de S. Jorge, da Graciosa, do Pico, das Flores e do Corvo, as ditas ilhas da coesão que podem abri-los somente com 10 alunos.

De resto excecionalmente, nas escolas públicas do sistema educativo regional, admitimos cursos profissionais com um número de estudantes ainda mais reduzido, como acontece agora na Escola Básica e Secundária da Povoação, com um curso de técnico de turismo ambiental e rural com apenas sete inscritos, fazemo-lo para conferir a tais estudantes soluções que permitam a conclusão de percursos escolares, beneficiando igualmente da existência de recursos humanos próprios que não motivam o acréscimo das despesas de funcionamento.

Neste contexto possuímos uma prática diferenciada do continente onde se definem turmas com o mínimo de 24 e com o máximo de 3º alunos.

Porém nas escolas profissionais privadas mais determinante do que as regras do funcionamento prescritas no REGAPA, são as regras do financiamento associadas à gestão do Fundo Social Europeu, sob tutela da Direção Regional do Emprego e da Qualificação Profissional, com exceção das ilhas da coesão e dos concelhos com somente uma escola pública, não se admita financiamento comunitário cursos com menos de 20 matriculados, até porque com turmas abaixo de 18 alunos, o financiamento é proporcionalmente reduzido e é de todo cortado em turmas com menos de 8 alunos, razão pela qual mesmo nas ilhas da coesão as escolas profissionais se batem pela abertura de cursos com um número confortável de estudantes que as coloque a coberto do risco do decréscimo ou da extinção de financiamento, episodicamente em certas disciplinas até se constituem turmas com alunos de dois cursos diferenciados para garantir o financiamento indispensável.

Com este Projeto de Resolução pretende o PSD que à luz do REGAPA seja possível nos concelhos do Nordeste e da Povoação proceder à abertura de cursos profissionais com o mínimo de 10 alunos.

Na aparência, a pretensão, é no mínimo inócua.

Importa, entretanto, relembrar que a alteração das regras do REGAPA não implica a alteração do modelo de financiamento comunitário, aplicado do mesmo modo em todas as ilhas da Região.

Na prática a pretensão acarreta um risco elevado para a viabilidade financeira das escolas porque em virtude da expetável percentagem de desistências, arriscam tais instituições muito naturalmente a perda de financiamento comunitário indispensável.

A terminar sempre direi que nos Açores um ótimo sinal seria a saída de ilhas da denominada coesão porque seria um sinal do progresso que almejamos. Um péssimo sinal seria a inclusão de S. Miguel na denominada coesão porque seria um sinal do retrocesso que rejeitamos.

De resto, já ninguém crê que o Nordeste seja efetivamente a décima ilha dos Açores ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É a Povoação!

**O Orador:** .. quando fruto de um avultado investimento se tornou possível percorrer o longo caminho até Ponta Delgado, nuns escassos 40 minutos.

Muito obrigado.

**Deputadas Benilde Oliveira e Catarina Moniz furtado (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Uma nota prévia para lembrar a circunstância de que 99% das propostas legislativas que o PSD faz são chumbadas pelo PS, portanto esta não fugiu a esse desígnio.

**Deputado José Contente (PS):** É pelo seu mérito!

**O Orador:** Mas há algo em comum que esta tem com as demais, é que esse chumbo não é pela inoportunidade da proposta, não é pela sua inconsistência técnica, não é por outra razão que não seja a sua origem e o seu proponente.

Dito isto, quero também dizer que o PS não encontrou mais argumentos para a discussão desta nossa recomendação feita ao Governo Regional, que não fosse dois aspetos: um que peca por ser inconsistente e o outro por revelar desrespeito para com as instituições que dispõem de escolas de formação profissional nos concelhos do Nordeste e da Povoação.

Comecemos pelo que não tem consistência.

O que não tem consistência é aquele que refere que os concelhos da Povoação e do Nordeste nada têm de semelhante, que não têm afinidades com as ilhas da coesão, para aquilo que aqui mais importa que é procurar fixar as populações mais jovens; procurar qualificar os seus recursos humanos.

Infelizmente temos a constatar que os concelhos do Nordeste e da povoação, são em muito semelhantes às demais ilhas da coesão e nalguns casos até como poderei comprovar estão em pior situação do que as ilhas da coesão.

Atentemos na natalidade: a taxa de natalidade do concelho do Nordeste só não é a mais baixa do arquipélago, com exceção naturalmente para a ilha do Corvo, porque na ilha Graciosa registam-se menos nascimentos por mil habitantes.

Portanto, em termos de taxa de natalidade o concelho do Nordeste quando comparado com as demais ilhas fica em segundo lugar e a Povoação tem uma taxa de natalidade inferior às ilhas de S. Jorge, Flores e Santa Maria e tem uma décima a mais do que a taxa de natalidade registada na ilha do Pico.

Mas consideremos ainda um outro fator que é o de habitantes entre os 15 e os 19 anos, exatamente naquela faixa etária onde as escolas profissionais recrutam os seus alunos. Pois eu tenho que dizer que o concelho do Nordeste em termos nominais, portanto já não é uma questão percentual, em termos nominais

absolutos, só tem mais jovens entre os 15 e os 19 anos do que as Flores e a Graciosa, portanto é batido por Santa Maria, por S. Jorge e pelo Pico.

O concelho da Povoação tem menos habitantes entre os 15 e os 19 anos do que S. Jorge e Pico.

Portanto, naquilo que mais releva para efeitos da nossa proposta, que é de saber das condições existentes em termos populacionais, em termos de potenciais alunos das escolas profissionais, nós verificamos por estes dados que são irrefutáveis de que os concelhos do Nordeste e da Povoação são em tudo semelhantes e nalguns casos até vivem situações mais frágeis do ponto de vista demográfico do que as chamadas ilhas da coesão.

O outro argumento do PS é o tal argumento que raia o desrespeito pelas instituições que dispõem de escolas profissionais nos concelhos do Nordeste e da Povoação. Quando o PS sustenta a sua renúncia a este diploma, o seu voto contra este diploma, na circunstância de que nas ilhas da coesão o número de alunos que está previsto e que permite a abertura de cursos, que é de 10, é utilizado de forma, eu vou usar as palavras do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, de forma cautelosa e responsável.

Portanto, esta argumentação insinua que as escolas profissionais do Nordeste e da Povoação, dispondo da mesma liberdade de poderem abrir cursos com 10 alunos, não teriam a cautela e a responsabilidade para gerirem muito bem essa circunstância.

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Deputado, paciência!

**O Orador:** O Sr. Deputado do Partido Comunista fez uma referência aos perigos que esta Resolução comporta para as escolas profissionais que ficassem abrangidas no Nordeste e na Povoação pelos mesmos critérios que existem nas ilhas da coesão.

Também devo dizer que é uma falsa questão porque não há mais perigos. Os perigos são exatamente os mesmos, portanto não temos que acautelar nada. São

as mesmas circunstâncias que se verificam nas ilhas da coesão, portanto aquilo que não é perigoso em Santa Maria, na Graciosa, em S. Jorge, no Pico, nas Flores e eventualmente no Corvo se tivesse escola profissional, também não pode ser perigoso a verificar-se no Nordeste e na Povoação.

Dizendo isto doutra maneira: aquilo que é bom para as ilhas da coesão quando se lhes permite, às respetivas escolas profissionais abrirem cursos com 10 alunos, necessariamente tem que ser bom também para o concelho da Povoação e do Nordeste, até porque em última instância isto corresponde como eu disse a uma aspiração das escolas profissionais que há muitos anos fizeram esta proposta ao Governo Regional e nunca tiveram resposta, nunca tiveram resposta positiva. É isso que o PSD faz através desta figura que é de uma Resolução, recomendando ao Governo Regional porque tratando-se de matéria de natureza estritamente executiva que o Governo Regional até sobre ela dispõe através de uma Portaria, o único instrumento que o Parlamento tem para fazer esta alteração é exatamente propondo uma recomendação ao Governo Regional.

Quanto às razões aduzidas pelo Sr. Secretário Regional elas estão também mais ou menos respondidas.

Portanto, a questão do financiamento comunitário é exatamente a mesma circunstância que se passa em Santa Maria, na Graciosa, em S. Jorge, no Pico e nas Flores e se isso não é problema nessas ilhas, não pode ser problema no Nordeste e na Povoação e permita-me Sr. Secretário Regional, mas tenho de refutar em absoluto a sua expressão de dizer que esta pretensão do PSD é inócua. Ela não é inócua e o senhor sabe bem e só não se rende a ela porque ela tem origem num partido da oposição, porque a diferença reside exatamente naquilo que eu vou dizer: as escolas profissionais do Nordeste e da Povoação, podendo dispor de uma norma que lhes permite a abertura de cursos com 10 alunos, a diferença está na liberdade de poderem assumir a sua responsabilidade

relativamente às implicações que eventualmente o financiamento comunitário possa ter com esta matéria.

**Deputada Judite Parreira e Deputado João Bruto da Costa (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM irá votar favoravelmente o projeto de resolução apresentado pelo PSD, em relação à abertura de cursos nas escolas profissionais da Povoação e Nordeste.

Como aqui já foi aduzido a verdade é que alguns concelhos, nomeadamente estes dois, Nordeste e Povoação, apresentam índices de desenvolvimento e dificuldades que se aproximam muito, ou algumas vezes até superam algumas dificuldades que se enfrentam nas chamadas ilhas da coesão.

A verdade é esta, se nós queremos resolver este problema temos que olhar já não para a unidade ilha exclusivamente, mas olhar também para as diferenças e para as assimetrias que existem no interior das ilhas e entre os diversos concelhos. É de facto não ter o conhecimento da realidade dizer que ao aplicar as mesmas condições em Ponta Delgada ou no concelho do Nordeste, é não ter a menor perceção da realidade que se vive atualmente nos Açores.

Eu diria até que no que diz respeito exclusivamente à questão do parque escolar, a ilha de S. Miguel, como o próprio Secretário Regional da Educação e Cultura já reconheceu e está registado, o parque escolar da ilha de S. Miguel, tem um nível de qualidade e de modernidade muito inferior ao que se regista na maior parte das ilhas.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não têm piscinas como Nordeste e a Povoação, fechadas!

**O Orador:** Isto pode parecer uma afirmação surpreendente, eu fiz esta avaliação e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, reafirmou isso mesmo, que de facto reconhece que existe um atraso muito significativo no âmbito do parque escolar da ilha de S. Miguel...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Mas estamos a falar do parque escolar?

**O Orador:** ... e dentro de S. Miguel temos também assimetrias profundas.

Portanto, temos de tratar de forma diferente aquilo que de facto é diferente.

Por isto esta pretensão do PSD em relação a estes dois concelhos de forma específico eu penso que faz todo o sentido.

É evidente que o Governo aqui acena com o papão dos financiamentos.

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Se soubesse fazer contas pensava diferente!

**O Orador:** Ora, nós sabemos que essa é uma questão perfeitamente ultrapassável e que não é essa a questão essencial. A questão essencial aqui é política. É reconhecer! E ao Governo Regional custa reconhecer isto. Reconhecer que na unidade ilha, na unidade que nós podemos analisar a vários níveis, mas agora estamos a falar do parque escolar, estamos a falar de escolas profissionais e estamos a falar da abertura de cursos profissionais, nestas áreas é evidente que existem assimetrias enormes e isto está a afetar o desenvolvimento de forma desigual, neste momento está a decorrer de forma desigual, aprofundando as assimetrias entre os diversos concelhos da ilha de S. Miguel.

Portanto, se se reconhecesse isso e se se reconhecer que este fenómeno de aumento das assimetrias entre os concelhos da Ilha de S. Miguel é algo que é crescente e que é bastante significativo, seria uma derrota significativa para o Governo Regional. Seria reconhecer que não temos apenas enormes problemas

nas ilhas de coesão, mas que temos problemas crescentes em ilhas que até há bem pouco tempo tinham outros patamares de desenvolvimento.

Portanto, nesse sentido eu compreendo a vossa dificuldade política e por isso a votação que nós aqui fazemos e que vamos aqui realizar, tem a ver com a nossa prioridade política, a prioridade política e a observação que fazemos na realidade.

Em primeiro lugar. Sim! Sim! Sim! Reconhecemos que existe neste momento uma assimetria entre o desenvolvimento dos concelhos de ilha de S. Miguel e que estes dois, Nordeste e Povoação, estão largamente afetados.

Sim! Sim! Consideramos que este é um mecanismo absolutamente essencial para permitir que estes concelhos, tal como acontece com as ilhas da coesão possam aceder e possam ter um maior número e uma maior diversidade de cursos de formação profissional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É uma sugestão ou um alerta, enfim, como se queira entender, por parte da Representação Parlamentar do PCP relativamente ao proponente, já todos ouvimos a resposta. Não queria adjetivá-la mas a verdade é que a Representação Parlamentar do PCP quando o fez, fez no sentido de contribuir para que houvesse efetivamente não só o acautelar de uma situação mas também que houvesse uma distinção entre aquilo que são as ilhas de coesão e esses dois concelhos da ilha de S. Miguel, que certamente e como eu disse na primeira intervenção, sofrem dos problemas que sofrem e não vou aqui voltar a repetir. Entende o proponente que isto não é um problema, mas eu já agora passaria a concretizar.

É sabido que as escolas profissionais das ilhas de coesão não formam turmas com 10 alunos, acrescentam sempre alguns, à volta dos 15.

Portanto, eu sempre pensei que as qualidades do Deputado que apresentou esta proposta percebessem o alcance da sugestão. Não percebeu, não quis perceber, mas julgo eu que se ganhavam aqui duas questões, Sr. Deputado: primeiro, a salvaguarda e segundo, a distinção entre dois concelhos da ilha de S. Miguel e as ilhas de coesão e eventualmente isso teria vantagem.

Se isto se tratasse de um Projeto de Decreto Legislativo Regional eu apresentaria uma proposta nesse sentido. Não se tratando de um Projeto de Decreto Legislativo Regional, não o posso fazer, quis apenas contribuir com a minha opinião para se procurar um entendimento relativamente a estas questões, mesmo sem entrar em discussões profundas sobre a questão do ensino profissional que não vem ao caso, embora seja importante fazer uma discussão profunda sobre a oferta, a qualidade, a resposta que o ensino profissional na Região dá aos nossos jovens e os efeitos que o ensino profissional tem em termos de reflexos económicos da nossa Região. É uma excelente discussão, mas isso ficará para outro dia.

O PSD entende que deve manter o seu Projeto de Resolução assim e a Representação Parlamentar do PCP, mantendo-se a forma como está, vai abster-se.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por algumas vezes eu tenho tido oportunidade de caracterizar a maioria absoluta do PS como uma maioria positiva, reformista e dialogante e há provas disto.

Há pouco o Sr. Deputado Joaquim Machado afirmou, lamentando-se que o Grupo Parlamentar do PS chumbava 90% ...

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** 99!

**O Orador:** 99% da iniciativas do PSD.

Ora bem, fez mal as contas.

Eu gostava de informar à câmara que das 51 iniciativas que o PSD apresentou aqui neste parlamento, até hoje ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Tantas!

**O Orador:** ... o PS aprovou 24, portanto o PS aprovou 47% do total das propostas apresentadas pelo maior partido da oposição, ou seja, praticamente metade.

Vamos a contas: propostas de resolução, os senhores apresentaram 39, nós aprovamos 22, o que significa que aprovamos 56% das vossas propostas de resolução; os vossos decretos legislativos regionais, apresentaram 12, nós aprovamos 2, o que significa que aprovamos 17% dos vossos decretos legislativos regionais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto tem a ver com o diploma?

**O Orador:** Mas se tomarmos o total das vossas iniciativas como inicialmente referi, elas são 39 resoluções e 12 decretos legislativos regionais, um total de 51 iniciativas, nós aprovamos 24 e portanto o PS viabilizou praticamente metade das vossas iniciativas.

Sr. Deputado Joaquim Machado, o problema não é a maioria absoluta do PS, é a falta de mérito das vossas propostas.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Saúde)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(\*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tinha-lhe feito uma pergunta, mas o Sr. Secretário ainda não me respondeu, de qualquer forma do discurso da sua primeira intervenção ...

*(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS, PSD e PCP)*

**Presidente:** Srs. Deputados, a Sra. Deputada Ana Espínola está no uso da palavra.

**A Oradora:** ... por aquilo que eu percebi, embora tenha dito que as alterações do REGAPA não introduziam alterações nas regras dos fundos comunitários.

Portanto, aquilo que aparentemente poderia ser um benefício para as ilhas de coesão, acaba por não ser, acaba por ser uma faca de dois gumes, que é que cabe às instituições ponderar a sua sustentabilidade, face às penalizações decorrentes do financiamento comunitário. Benefício, benefício, seria se pudessem abrir as turmas com dez alunos e conseguir garantir o financiamento total por fundos comunitários para essas turmas.

Portanto, o que acaba por ser é entregar a essas instituições a capacidade de assumirem o risco decorrentes da abertura de cursos com 10 alunos e com a perda de financiamento que a isso está associado.

Como bem referiu o Sr. Secretário, a preocupação dessas instituições, dessas escolas profissionais existentes é garantir um mínimo de alunos para ter um número confortável de alunos que garantam o financiamento comunitário desses cursos.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Tenho naturalmente de dirigir as primeiras palavras ao Sr. Deputado do Partido Comunista para dizer que o PSD tomou em boa consideração e percebeu bem o objetivo das alusões feitas à perigosidade dos termos em que está redigida Resolução e ao facto de se tratando de uma Resolução só o proponente a poder alterar.

Efetivamente nós entendemos que nesta matéria, pela evidência que foi feita nomeadamente pela taxa de natalidade, pelo número de potenciais alunos que cada um destes dois concelhos têm e das várias ilhas chamadas da coesão, não faz sentido deixar o concelho do Nordeste e o concelho da Povoação numa situação diferente das ilhas chamadas da coesão, além de que acresce a tudo isso o facto de essa ser uma pretensão das escolas profissionais, nomeadamente da Escola Profissional do Nordeste, que há mais de seis anos solicitou este princípio ao Governo Regional, ao então Diretor Regional do Emprego e Qualificação Profissional, creio que era essa a designação de então, Dr. Rui Bettencourt, que nós até, alguns, já nos esquecemos dele e das funções que desempenhou.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** O senhor bem gostava que esquecêssemos!

**O Orador:** Portanto, esta é uma velha pretensão das escolas profissionais.

Portanto, nós consideramos que nos termos em que está redigido isto não impede, bem pelo contrário, acho que incentivará as escolas do Nordeste e da Povoação a abrirem cursos sempre com mais de 20 alunos para garantir absoluto financiamento comunitário, agora cria-lhes é a liberdade, a possibilidade de elas próprias poderem abrir cursos com menos alunos, como acontece nas ilhas da coesão porque aquilo que foi definido como uma vantagem para as ilhas da coesão, afinal chegamos à conclusão pela

argumentação do Governo Regional e do PS de que não é vantagem nenhuma, porque afinal é um perigo enorme essas entidades perderem o financiamento. Os senhores entendam-se!

Para as ilhas da coesão dizem que isso é uma vantagem. Para a Povoação e para o Nordeste é um perigo. Eu fico sem saber em qual das opiniões emitidas sempre pela mesma entidade, devo acreditar.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu não tenho nada que explicar!

**O Orador:** Finalmente, revelou-se aqui um preciosismo que só a superioridade académica da primeira fila da bancada do PS podia trazer, que é este preciosismo de que não são 99% das iniciativas do PSD chumbadas.

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Ora muito bem, ainda bem que não são 99! Ainda bem que não são 99%!

Se os Srs. Deputados quiserem eu sou capaz de pôr uma corda como Egas Moniz para me sentenciar perante Vs. Exas. de que me enganei.

**Deputado José Ávila (PS):** Não faça isso!

**O Orador:** Pois, enganei-me! Sim senhor enganei-me! Mas eu acho que os senhores se têm enganado mais vezes, tem-se enganado mais vezes e mais vezes têm enganado os açorianos. Eu explico.

Enganam-se quando dizem que o PSD é um partido que não faz propostas. Bom, afinal verificamos que fazemos propostas e muitas e muitas!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** São só inteligentes os açorianos que votam no PSD, não é?

**O Orador:** Depois também enganam-se quando dizem que chumbam as outras propostas todas por falta de mérito. Bom! O PSD não tem mérito mas afinal aprovaram até quase metade das propostas do PSD!

**Deputado Berto Messias (PS):** Nós já explicamos porquê!

**O Orador:** Mas vamos ver ainda mais dois pormenorzinhos, mais dois pormenores que são estes: quanto a decretos legislativos aprovaram só 17%, aí a coisa já começa a piar mais fino, porque os decretos legislativos obrigam mais à execução daquilo que aqui se aprova.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Deputado, sente-se!

**O Orador:** E nas Resoluções? Por que é que aprovaram muitas resoluções? Nalguns casos porque não tinham mais remédio! Não tinham outro remédio!

Nalguns casos algumas Resoluções eram até para mandar o Governo Regional fazer aquilo que se tinha comprometido neste Parlamento. Querem exemplos? Até dou alguns. Um deles é sobre a segurança nas escolas, legislação desde 2005 que em 2014 os senhores aprovaram a nossa proposta, recomendando ao governo regional que cumprisse a legislação que tinha 9 anos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** Os senhores acham que fizeram um favor ao PSD? Não fizeram! Não tiveram outro remédio! Foi um ato de contrição e foi a prova evidente de que os senhores assumem responsabilidades, compromissos neste Parlamento que depois nunca cumprem.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Sr. Deputado José San-Bento, Srs. Deputados do PS, já aprovam 47% das iniciativas do PSD, imagine-se depois de outubro quando nós formos Governo!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Aí aprovam os senhores! Será uma tragédia grega!

**Presidente:** Obrigada, sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(\*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começava esta segunda intervenção recordando em aparte aquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado disse quando o Sr. Secretário alegava que o Nordeste já não era a 10.<sup>a</sup> ilha. O Sr. Deputado se me permite utilizar o seu aparte dizia que agora é a Povoação.

Eu, ao contrário de si, que não tenho tão longevidade política como o senhor, sempre ouvi falar no Nordeste como a 10.<sup>a</sup> ilha, agora como o Nordeste já não é, passou a ser a Povoação.

Gostava de lhe dizer Sr. Deputado, que nesta lógica pré eleitoralista tudo vale! Tudo vale! Mas o Sr. Deputado José San-Bento apresentou aqui alguns números que mostram a abertura que o PS tem, não ao número de propostas, não à quantidade de propostas, mas sim à qualidade.

O PS aprova aquilo que acha que tem efetivamente razão de ser aprovado.

Ora vejamos: o Sr. Deputado do PCP apresentou aqui uma avaliação muito mais coerente do que aquilo que o PSD fez e depois o Sr. Deputado alega que da parte do PSD há um desrespeito nessa lógica que o senhor faz, num registo sempre de que o senhor faz a pergunta e dá a própria resposta, penso que só o senhor é que percebe realmente a pergunta e a própria resposta, o senhor alega que o PS desrespeita essas instituições.

Oh, Sr. Deputado, vamos lá a ter coerência naquilo que dizemos aqui dentro.

O PS não tem desrespeito por nenhuma IPSS, nenhuma Santa Casa da Misericórdia, nenhuma escola profissional. Os números que eu já apresentei são a prova de que o investimento feito nas escolas profissionais aumentou consideravelmente a qualidade do ensino profissional e o número de matriculados assim o define e depois chega-se ao limite de comparar ...

**Deputado José Ávila** (PS): Por que é que fechou? O senhor devia saber por que é que fechou! O senhor é da Associação de Pais!

**O Orador:** ... a ilha de s. Miguel com as ilhas de coesão.

Eu não sei se é por acaso mas o concelho do Nordeste e o concelho da Povoação, já foram autarquias do PSD e como sabe e teve em Comissão dois Presidentes de Câmara, ...

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Srs. Deputados ...

**O Orador:** Retomando, e vou repetir-me, mas para que fique bem registado as autarquias do Nordeste e da Povoação num passado recente eram autarquias do PSD.

Nós tivemos oportunidade em Comissão de ouvir o Presidente de Câmara do Nordeste e o Presidente de Câmara do concelho da Povoação que em bom rigor assumiram o apoio que davam às suas escolas profissionais.

Eu agora deixo-lhe aqui esta questão: se o senhor tem conhecimento realmente dos Açores e fez aí algumas analogias, o senhor tem conhecimento de alguma ilha dessas ilhas da coesão que tenha uma piscina, neste caso duas piscinas ...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... feitas pelas autarquias, com investimentos de milhões de euros fechadas, Sr. Deputado?

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É isto que os senhores quem comparar? Os senhores querem comparar as ilhas de coesão aos concelhos do Nordeste e da Povoação onde a descontinuidade territorial é evidente.

Sr. Deputado, aqui temos que ter coerência. Na casa do povo dos açorianos, e não fazendo referência às habilitações académicas ou não de cada um, gostava de lhe dizer o seguinte: nós estamos aqui com a legitimidade de quem foi eleito, de quem foi eleito.

Nós fomos eleitos, temos orgulho em ter sido eleitos e temos o dever de defender os interesses de quem votou em nós e em democracia, Sr. Deputado, é assim que funciona e a coerência deve ser algo que devemos ter sempre presente neste Parlamento. Não devemos usar de tudo para fazer política!

*(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**(\*) Deputado José San-Bento (PS):** Muito rapidamente queria só registar que o Sr. Deputado Joaquim Machado não contestou os números que eu apresentei e de facto não tem razões para o fazer porque eles são absolutamente rigorosos.

Sr. Deputado, há aqui todavia, e é por isso que eu usei da palavra novamente, uma questão de rigor.

Eu sei que o senhor é um político experiente, aliás é um político da década de 80 e é uma pessoa que tem uma atuação rigorosa e que procura debates de uma forma esclarecedora.

Portanto, Sr. Deputado, é uma questão de rigor que nós devemos também considerar. Quando o senhor fala em chumbarmos 99%, isso não é, desculpe que lhe diga, uma força de expressão da sua parte, é uma ilusão que o senhor tenta fazer passar para os açorianos.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, quanto a enganar os açorianos, Sr. Deputado, estamos conversados.

Quanto a um outro diferencial que o senhor procurou explicar: o PS aprova muitas propostas de resolução do PSD, mas aprova poucos decretos legislativos regionais.

Isso significa, Sr. Deputado, que os senhores são muito bons a pedir aos outros para trabalharem e que têm muito pouco mérito a executar as vossas próprias ideias.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

*(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação e Cultura)*

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isto aqui pode-se falar de tudo! Se fosse eu!...

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente a Sra. Deputada Ana Espínola na sua primeira intervenção fez-me uma pergunta muito direta.

Na minha primeira intervenção respondi, implicitamente, mas tencionava voltar à questão e fez muito bem em lembrar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Temos finalmente uma intervenção do sistema solar!

**O Orador:** Para responder o mais diretamente possível à questão que me colocou dir-lhe-ei o seguinte: o funcionamento de cursos profissionais em escolas privadas é garantido essencialmente por fundos comunitários, concretamente 85% do Fundo Social Europeu; 15% do orçamento nacional da segurança social.

Claro que a Região tem a capacidade de discutir estes regulamentos de financiamento, não tem é a possibilidade de alterá-los de *per si*, terá de fazê-lo em negociação com a Inspeção Geral Finanças que tem um poder neste caso, superior.

Devo também acrescentar que neste momento em concreto e depois do que se passou em termos nacionais nos últimos anos, os valores em vigor na Região são valores que no conspecto comparativo nos são favoráveis: o número mínimo de alunos é inferior ao do continente e nós beneficiamos de um valor de custo unitário superior ao valor do continente.

À margem disto gostaria de acrescentar o seguinte: este Projeto de Resolução do PSD visa beneficiar as escolas profissionais dos concelhos da Povoação e do Nordeste.

Todavia, os pretensos beneficiários, a saber os presidentes de câmaras municipais e os presidentes de escolas profissionais não reconhecem o benefício, como facilmente se depreende da leitura do relatório produzido pela Comissão de Assuntos Sociais.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é falso!

**O Orador:** No Nordeste o Presidente da Escola Profissional evidencia a preocupação da abertura de cursos com uma média de 23 inscritos, uma preocupação, aliás, permanente já que persistirá mesmo no caso da possibilidade legal da abertura de cursos com apenas 10 inscritos. Segundo ele, é preciso prevenir a perda de financiamento, dada a incapacidade financeira da escola para garantir por si própria o funcionamento de um curso de formação.

Eu diria que são declarações clarividentes, responsáveis, estas do Dr. Eduardo Medeiros, a contrastar com os termos da proposta do PSD, perigosamente próxima da falta de clarividência e de responsabilidade.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não senhor!

**O Orador:** Sobre o mesmo assunto, o Presidente da Câmara Municipal da Povoação reconheceu igualmente o risco da abertura de cursos com 10 alunos, se considerada neste caso, a normal percentagem de desistências.

Por seu turno o Presidente da Câmara Municipal do Nordeste entende aquilo que só p PSD não entende, ou seja, que as regras de financiamento do Fundo Social Europeu não são como eu disse atrás propriamente regionais, isto é, passíveis de alteração por nossa livre vontade.

Também ao invés do PSD que puxa para baixo os concelhos da Povoação e Nordeste incluindo-os à força na diferenciada realidade da coesão os autarcas rejeitam uma tal possibilidade puxando e bem os seus concelhos para cima, reconhecendo a diferenciação em relação à coesão onde o isolamento é muito mais penalizador.

**Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Em suma esta proposta do PSD é escusada, mesmo perigosa, certamente consequência de uma vontade frenética de mostrar serviço em ano eleitoral, ...

**Deputado José Ávila (PS):** Exatamente!

**O Orador:** ... mesmo que de tal serviço não resulte vantagem, mesmo que de tal serviço até resulte desvantagem.

Muito obrigado.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

*(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Tenho forçosamente que começar pelo fim.

Esta Proposta de Resolução apresentada pelo PSD corresponde ao pedido que nos foi feito pelo Diretor da Escola Profissional do Nordeste, Dr. Eduardo Medeiros.

Mas, isso não basta!

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Mas isso não basta! E não é segredo, como aliás ficou provado na Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Secretário Regional, eu admito que o senhor não esteja em presença da informação toda, mas isso não lhe dá o direito de fazer afirmações que são absolutamente falsas!

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** O Dr. Eduardo Medeiros disse na Comissão e estão aqui presentes os Srs. Deputados que fazem parte dessa Comissão para confirmar ou desmentir aquilo que vou dizer.

O Dr. Eduardo Medeiros disse na Comissão de Assuntos Sociais que isto era uma pretensão antiga da Escola Profissional do Nordeste, apresentado ao Dr. Rui Bettencourt, Diretor Regional do Emprego e Qualificação Profissional em 2010.

Portanto, é absolutamente mentira, falso, aquilo que o senhor acabou de dizer aqui!

**Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, entendamo-nos e não vale a pena fazer leituras parciais ou enviesadas daquilo que afirmaram os Presidentes da Câmara do Nordeste e da Povoação...

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** O que é que ele disse?

**O Orador:** ... porque designadamente o Sr. Presidente da Câmara do Nordeste disse a determinada altura que se esta proposta for para fixar mais jovens, e é, se for para dar mais qualidade à formação profissional do Nordeste, e é, estarei ao lado desta Resolução.

Afirmou ou não afirmou isto? Desmintam os Srs. Deputados do PS ou dos outros partidos que integram esta Comissão. Se disse ou não disse o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Nordeste?

Também disse, e o Nuno Botelho, tenho aqui um Deputado: “Não vejo mal nenhum que a Escola Profissional do Nordeste possa arrancar cursos com este número de alunos”, naturalmente assumindo os riscos de baixar os 10 alunos e das implicações que decorrem daí ao nível do financiamento dos fundos comunitários. Mas isso já acontece com as escolas de Santa Maria, da Graciosa, de S. Jorge, do Pico e das Flores.

Bom, a da Graciosa não corre esse risco porque os senhores encarregaram-se de fechá-la.

**Deputado José Ávila (PS):** Mas porquê? Diga lá!

**O Orador:** Porquê?

O senhor lá saberá!

Portanto, é absolutamente falso e isto não corresponde a uma vontade frenética de apresentar trabalho em ano de eleições.

Os senhores é que não têm trabalhado todos os anos como era vossa responsabilidade!

*(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

Os senhores até se dão ao deslante porque não pode ser adjetivado doutra maneira de levar anos para responder a requerimentos e agora até estão a responder aos requerimentos todos. Sabe-se lá porquê! Mas certamente vamos discutir isso noutra altura.

**Deputado José Ávila (PS):** Isso é bom ou é mau? Não percebi!

**O Orador:** Sr. Deputado José San-Bento, o rigor, ainda bem que esteve esse rigor!

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Bom rigor!

**O Orador:** Mas convenhamos que não sendo propriamente uma iniciativa legislativa, há iniciativas do PSD nesta Casa que o senhor não quis contabilizar nessa sua aritmeticazinha ...

**Deputado José Ávila (PS):** Quais?

**O Orador:** ... e eu vou dizer-lhe o que é que ficou de fora. Ficaram nomeadamente os votos! Ficaram os votos! Esse o senhor também não quis contabilizar!

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Os votos têm capacidade legislativa!!!

**Deputado Berto Messias (PS):** Mas mesmo assim não dava 99%!

**O Orador:** E era o que faltava.

Já na sessão anterior tivemos um Sr. Deputado da sua bancada a culpar o PSD por não ter arranjado os médicos de família para a Região. Era o que faltava o PSD ser responsável por aquilo que o PS não faz.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Finalmente, Sr. Deputado, eu sou um político como sou, como o senhor disse e bem, aí foi rigoroso, atividade política muito novo, no fim da década de 80.

Mas isso não é nem um defeito e também não é uma virtude, é uma circunstância, como diria um filósofo e a sua própria circunstância, é uma questão do tempo.

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor está a dizer isso a mim?

**O Orador:** Agora vou dizer-lhe uma coisa: eu quando iniciei funções nessa altura, apesar de ser bastante novo tinha uma licenciatura ...

**Deputado José Ávila (PS):** Mas o que é que isso tem a ver?

**O Orador:** ... tinha emprego e tinha profissão. Não sei se o senhor estará em condições de dizer o mesmo.

Digo-lhe mais uma, ...

**Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado ...

**O Orador:** ... é que apesar de ter iniciado funções nessa altura ...

**Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado, parece-me que as considerações que está a tecer não são as mais adequadas para um Parlamento.

Peço desculpa, as considerações pessoais sobre cada um ...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, acho que o debate político nesta Casa tem limites e acho que as considerações pessoais também devem ser contextualizadas dentro do debate político.

Por isso, Sr. Deputado, peço-lhe que acate esta minha ...

**O Orador:** Sra. Presidente, tomo em boa conta o que V. Exa. acaba de dizer, mas eu limitei-me a fazer um registo daquilo que é a minha biografia, portanto julgo que isso não tem nada de ofensivo e também limitei-me a fazer uma

constatação a partir das observações e da insinuação que estava por detrás das declarações do Sr. Deputado José San-Bento, que dizendo que eu era um político da década de 80, estaria a insinuar que eu sou um profissional da política. Não sou!

Portanto, queria sublinhar isto e creio que isto não é ofensivo para ninguém, mesmo para aqueles que possam entender que a política pode ser um modo de vida.

Portanto, termino já, dizendo que ainda que sendo um político da década de 80,

...

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** E continua!

**O Orador:** ... terminarei no fim desta Legislatura com 14 anos de atividade política, o Sr. Deputado José San-Bento sendo um Deputado ou um político da década de 2000, terminará essa legislatura com 16 anos de atividade política.

Muito obrigado.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não! Mais!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Aníbal Pires, pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, apenas para que pudesse esclarecer, porque já por várias vezes aqui se colocou esta questão e eu gostaria que esta situação ficasse devidamente esclarecida perante o povo açoriano.

Perguntaria a V. Exa. se nos poderia dizer se para o exercício do cargo de Deputado ou de Membro do Governo ...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** ... é necessário ter algum grau académico superior?

Muito obrigado, Sra. Presidente e agradecia o esclarecimento.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, fica registada a sua interpelação.

Naturalmente que a resposta é conhecida ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Que é...

**Presidente:** O senhor vai aguardar que eu lhe possa dar a resposta. Tenha clama!

A sua interpelação fica registada.

Apesar de não estar relacionada com a condução dos trabalhos, eu vou dar a latitude que é habitual e como todos nós sabemos não há requisito especial para integrar uma lista de Deputados, nem para ser eleito.

Mas eu então vou aproveitar a sua interpelação porque me coibi de fazer mais comentários sobre esta situação, mas agora naturalmente também terei de fazer. Sras. e Srs. Deputados, hoje é o último dia de trabalhos, como sabem há um acordo da Conferência de Líderes que os trabalhos parlamentares terminarão hoje devido ao Dia da Região que se celebra na próxima segunda feira, mas naturalmente tenho que vos advertir que o debate deverá continuar dentro daquilo que são as condições que temos para que o trabalho e o debate político decorram dentro da normalidade.

Eu já tive oportunidade de chamar a atenção sobre questões que não têm nada a ver com aquilo que hoje está a ser aqui discutido. Permiti inclusivamente, quer ao Sr. Deputado Joaquim Machado, quer ao Sr. Deputado José San-Bento que dentro e no âmbito do debate político fizessem considerações sobre as questões de aprovação, não aprovação e propositura porque entendo que se integra no âmbito do debate político, mas naturalmente penso que todas as outras considerações são desnecessárias e não são respeitadores nem de nós próprios enquanto colegas, que acima de tudo somos colegas aqui dentro e muito menos para quem nos elegeu e naturalmente também quando o fez elegeu livremente e em consciência.

Vamos continuar o nosso debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputado Ana Espínola tem a palavra.

(\*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço a explicação dada pelo Sr. Secretário relativamente ao financiamento dos cursos profissionais.

Segundo percebi, 85% são feitos através de fundos comunitários e 15% através do Orçamento nacional.

Também explicou que apesar das alterações que se possam fazer no RGAPA, não são alteradas as regras de financiamento comunitário. Então eu perguntava-lhe se uma escola profissional, numa ilha de coesão, abrir um curso com 10 anos, mas se sofre as penalizações das regras ao financiamento comunitário, assumindo as instituições os riscos daí decorrentes, qual a vantagem em ser considerada uma ilha de coesão?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A propósito da última intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, gostaria de dizer o seguinte:

A propósito deste assunto eu fui ouvido na Comissão de Assuntos Sociais. Porém, não passei na Comissão de Assuntos Sociais o tempo todo.

Da Comissão de Assuntos Sociais e a propósito deste assunto, eu conheço o relatório.

Não tenho conhecimento de que esse relatório tenha sido contestado.

Se esse relatório não foi contestado, esse relatório é, portanto, verdadeiro, legalmente verdadeiro. Sendo ele legalmente verdadeiro, as minhas ilações são por consequência legítimas por mais que isso lhe custe ou não.

Quanto à questão levantada pela Sra. Deputada Ana Espínola, tive oportunidade de dizer logo na minha primeira intervenção, que mesmo nas ilhas da coesão, por força das regras do financiamento comunitário, as escolas profissionais defendem-se, e defendem-se abrindo curso com um número de alunos substancialmente superior aos mínimos que estamos falando.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão?

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Encerrámos assim este ponto. Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma interpelação.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

É regimental. Regressamos às 17H40.

*Eram 17 horas e 23 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 51 minutos.*

Entramos agora no oitavo da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 151/X – “Criação de um grupo de trabalho para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho, nos órgãos da administração pública autónoma e autarquias”**.

Este Projeto de Resolução é apresentado pelo BE. Foi também entregue à Mesa uma proposta de substituição integral, a qual já foi distribuída por todos. É sobre ela que vamos debater e também será ela que será votada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Os diversos programas de incentivo à empregabilidade são instrumentos criados para combater o desemprego. Por um lado, procuram garantir a manutenção – e até mesmo a criação, o incremento e o aperfeiçoamento – de competências da população desempregada, incluindo desempregados de longa duração.

Por outro lado, proporcionam uma oportunidade para as entidades de acolhimento estabelecerem, a curto e a médio prazo, vínculos laborais com os

beneficiários de tais programas, com vista à estabilização e enriquecimento das carreiras profissionais dos seus beneficiários.

Portanto, o recurso sistemático, por parte das autarquias e dos Órgãos da Administração Pública Autónoma, aos programas regionais de incentivo à empregabilidade para preenchimento de necessidades de trabalho permanentes, sem que daí resulte um vínculo laboral estável, atenta contra a política subjacente à criação destes programas, com a agravante de tal deturpação de objetivos ter o poder público como autor.

A presente resolução pretende tornar célere as respostas às queixas da abusiva aplicação destes programas por via da criação de um grupo de trabalho constituído pelas centrais sindicais e pela Inspeção Regional da Administração Pública.

Os programas de incentivo à empregabilidade criados pelo Governo da Região não podem, sob pena de serem desvirtuados nos seus objetivos, ser encarados ou perspetivados como soluções definitivas, com recurso à rotatividade de beneficiários para preenchimento de necessidades permanentes das autarquias e dos Órgãos da Administração Pública Autónoma.

A defesa da população mais vulnerável e fragilizada feita por medidas de incentivo à sua empregabilidade é, não só uma política de enorme justiça social, como também uma demonstração de humanidade e de civilidade.

No entanto, o recurso abusivo a estas medidas que possuem um caráter transitório e que servem, inclusivamente, para facilitar a integração do beneficiário na entidade acolhedora, dará origem a uma completa deturpação dos seus objetivos e princípios, convertendo-as em medidas de precarização e abuso laboral.

O abuso consubstancia-se na utilização destes programas para fazer face a necessidades permanentes de Recursos Humanos, por parte das entidades de acolhimento. Um abuso tão mais grave, quando ocorre em entidades públicas,

como são os casos da Administração Pública Autónoma, as autarquias e seus serviços dependentes.

As notícias que dão conta da existência de centenas de beneficiários destes programas nas autarquias e outras instituições não podem ser desconsideradas como indicadores demonstrativos de que, pelo menos, parte destes beneficiários se encontram a desempenhar funções de carácter permanente.

Considerando, por isso, que as centrais sindicais, na Região, têm tido conhecimento do abuso ao recurso a programas regionais de incentivo à empregabilidade;

Considerando também as competências de fiscalização e sindicância da Inspeção Regional da Administração Pública.

O Bloco de Esquerda propõe a esta Assembleia que recomende ao Governo Regional o seguinte:

1 - A criação de um grupo de trabalho constituído pelas duas centrais sindicais com atividade na Região Autónoma dos Açores e a Inspeção Regional da Administração Pública para análise dos programas de incentivo à empregabilidade, sua aplicação e análise de eventuais queixas dos trabalhadores e da aplicação abusiva destes programas.

2 - Que este grupo de trabalho encaminhe para a respetiva entidade inspetiva as eventuais queixas e abusos na aplicação dos programas de incentivo à empregabilidade.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar a abordagem específica desta iniciativa do Bloco de Esquerda quero aqui referenciar uma matéria que está ligada a este tema.

Tem a ver com uma questão de humanismo, uma questão também de preocupação com os nossos semelhantes e com as pessoas que se encontram nesta situação, porque as pessoas que se encontram nesta situação estão a receber rendimentos muito baixos e encontram-se numa situação económica e familiar difícil, grande parte destas pessoas, para não dizer a sua totalidade.

Portanto, penso que o Governo deveria ter acautelado, ou solicito que o Governo realmente se preocupe com este assunto e ainda vá a tempo de poder processar o pagamento das pessoas que se encontram no programa RECUPERAR, porque o pagamento é efetuado até ao dia 15.

O que acontece é que este pagamento apenas será processado depois das festas do Espírito Santo. Até lá, as pessoas estão numa situação económica difícil, não recebem o quantitativo a que têm direito e obviamente só vão receber, pelas minhas contas (por exemplo, as pessoas aqui do triângulo), no dia 18.

Vai registar-se um atraso muito significativo no pagamento, ainda por cima num período de festas.

Portanto, esta é uma situação que acho plausível que o Governo possa resolver com celeridade. Daqui faço essa solicitação.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(\*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Esta questão que nos é trazida aqui e que pretende (tem como objeto) a criação de um grupo de trabalho para fazer a avaliação da utilização dos diferentes programas ocupacionais, tem sido trazida e discutida aqui, designadamente, para além de outros, pelo PCP.

Lembro que no plenário de fevereiro de 2015, o objeto da nossa declaração política foi exatamente sobre as questões da utilização abusiva dos programas ocupacionais.

Já durante este ano fizemos aqui uma interpelação ao Governo sobre as políticas públicas de emprego e também sobre a questão dos programas ocupacionais. Portanto, esta é uma matéria que nos é cara.

Aliás, no passado mês de março, tivemos oportunidade de tecer um conjunto de críticas e de fazer a demonstração de que não há propriamente uma política pública de emprego. Aquilo que há é uma política pública de ocupação e de exploração de cidadãos que se encontram numa situação de fragilidade, porque perderam o seu emprego, entretanto lhes é proporcionado um conjunto de programas, designadamente com uma componente formativa com a qual nós concordamos, mas que efetivamente isso não está a acontecer.

Não existe na generalidade das situações essa formação, designadamente no Programa RECUPERAR e aquilo que está a acontecer é efetivamente uma situação que equivale informalmente a um trabalho que corresponde a uma necessidade permanente de trabalho, é um posto de trabalho permanente, e que o cidadão não tem nenhum vínculo contratual e não recebe um salário, recebe um subsídio e que, pelos vistos, segundo aquilo que ouvimos agora dizer, nem esse subsídio é pago de forma atempada.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O Sr. Deputado Aníbal Pires está a dizer a mesma coisa!

**O Orador:** Portanto, esta questão é-nos profundamente cara e julgo que é importante que, designadamente através da constituição de um grupo de trabalho, se aprofunde o conhecimento sobre esta realidade, porque há aí situações de facto dramáticas, de grandes abusos, designadamente por parte da Administração Pública Regional.

Eu lembraria, apenas a título de exemplo, que na sequência de um anúncio do Governo Regional de contratação de pessoal para a Administração Pública, da abertura de um conjunto de vagas, alguns departamentos públicos e algumas entidades públicas, alguns entes públicos, foram autorizados, devidamente autorizados pelo Governo Regional, designadamente pelo Sr. Vice-Presidente, para abrirem concursos, e abriram concursos e fizeram processos de seleção.

Posso até especificar: o hospital de Ponta Delgada abriu concurso para 49 vagas, fez a seriação dos 49 candidatos, apenas contratou 20, deixando 29 de fora. Mas entretanto, ao abrigo do Programa Recuperar, tem ao seu serviço mais 49 cidadãos que estão a desempenhar funções que equivalem a necessidades permanentes de trabalho.

Mais. São obrigados... É evidente que ninguém os obriga a assinar uma declaração, mas também sabem perfeitamente que se não a assinarem ficam sujeitos à discricionariedade das administrações e dos poderes.

A verdade é que nessa declaração abdicam do recebimento de salário correspondente a trabalho noturno, a trabalho de fim de semana, etc., etc., quando o próprio Programa nem sequer permite isso.

Portanto, há aqui efetivamente situações de abuso. Eu estou apenas a dar um exemplo. Há muitas outras situações de abuso e é fundamental que este assunto seja devidamente estudado.

No entanto, e relativamente ao Projeto que estamos aqui a avaliar, fiquei aqui com algumas dúvidas.

Desde logo, eu ao ler (não faço parte da Comissão de Política Geral) o relatório verifiquei que não houve propriamente audições, a não ser do proponente.

Julgo que deveria ter havido, uma vez que, na minha opinião, uma matéria deste tipo, até porque depois envolve terceiros na constituição do grupo de trabalho, deveria ter sido objeto de algumas audições. Não foi feito, não feito. Não é por

isso que o PCP não vai deixar de votar favoravelmente a iniciativa, para descanso da Sra. Deputada.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Estou descansadíssima!

**O Orador:** Exatamente!

Depois, há aqui uma outra questão relativamente ao projeto de substituição integral. O que nos propõe aqui é a constituição de um grupo onde se propõe que seja integrado pelas duas centrais sindicais, representativas nos Açores e com atividade nos Açores. Não tenho nada contra, uma vez que devem intervir nestas matérias.

Julgo que tendo competências para fiscalizar estes programas, por exemplo, a Direção Regional do Emprego e o Fundo Regional do Emprego, eventualmente poderiam ser consideradas, mas sobretudo um outro organismo, porque embora sejam efetivamente programas ocupacionais, a verdade é que isto tem a ver com empregabilidade, com políticas supostamente de emprego e de fomento do emprego e conhecendo-se situações, como se conhecem, de abuso, eu julgo que (e fica apenas uma sugestão) a Inspeção Regional do Trabalho deveria ficar incluída neste grupo de trabalho, julgamos nós, uma vez que pelos mesmos motivos que as duas centrais sindicais estão indicadas para a constituição do grupo de trabalho, a Inspeção Regional do Trabalho deveria também constituir este grupo de trabalho.

Para já, Sra. Presidente, ficar-me-ia por aqui.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

Começaria por registrar, porque é uma nota positiva, que é o próprio Projeto de Resolução que, logo no seu primeiro parágrafo, reconhece a importância que estes programas revestem. Julgo que esse é um dado inquestionável.

Tratando-se de programas com o objetivo claro de inserção social e profissional de cidadãos em situação de desemprego não subsidiados, parecem-nos claras as vantagens que a existência destes programas tem trazido para o conjunto de cidadãos que, em situação de desemprego, puderam ter acesso a uma atividade e a um rendimento por via destes programas.

A Sra. Deputada Zuraida Soares (lê-se isso no relatório), informou a Comissão que não propôs ouvir ninguém, nem realizar nenhuma diligência, por considerar que a decisão em causa, relativamente a esta sua iniciativa é estritamente política (julgo que estou a citar bem o relatório).

É entendimento do Governo que qualquer decisão política tem que atender ao contexto da legalidade com vista à sua implementação, sob pena de tomarmos no plano político decisões que depois não podemos executar porque não cumprem com a legalidade.

Há aqui uma questão que o Governo reputa de particularmente grave, contida na parte resolutiva desta proposta do Bloco de Esquerda.

Já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Aníbal Pires que existe um conjunto de entidades que têm competências de fiscalização nesta matéria. Os regulamentos destes programas indicam claramente quem são as entidades competentes para essa fiscalização. As próprias orgânicas das diversas entidades da Administração Pública Regional também atribuem essas competências.

Aquilo a que assistimos aqui é que o Bloco de Esquerda se propõe a criar uma entidade (não percebi, se uma espécie de Provedor) que, à margem da lei, e de qualquer regulamento, terá poderes para analisar eventuais queixas de trabalhadores.

Sra. Deputada, parece-nos que além de se estar na presença de uma apropriação absolutamente indevida daquelas que são competências de diversos órgãos de natureza inspetiva, ou com competências inspetivas (para citar alguns: a Inspeção Regional da Administração Pública, a Direção Regional dos Serviços de Emprego, a Inspeção Regional do Trabalho), verifica-se a circunstância gravíssima de estarmos na presença daquilo que seria uma análise feita à margem de qualquer sistema de garantias para as partes envolvidas no processo, seja o queixoso, seja o eventual infrator.

E um sistema de garantias das partes é algo de que nós não podemos, à luz dos princípios do Estado de Direito, prescindir.

Parece-nos, por isso, que neste aspeto, a iniciativa do Bloco de Esquerda viola de forma flagrante princípios elementares do Direito e do Estado de Direito Democrático.

Resta-me ainda uma pergunta, Sra. Deputada, porque não consigo perceber. Na sua proposta pretende-se que a Assembleia recomende a constituição deste grupo, constituído por duas centrais sindicais, integrando uma inspeção, ela própria com as competências de análise destas queixas que se lhes pretende atribuir. Mas esta recomendação é dirigida a quem?

Onde é que este grupo vai funcionar?

Como é que este grupo iria funcionar?

Eu penso que de qualquer forma, pela explanação que fiz, quanto aos aspetos que não estão acautelados, quanto à apropriação absolutamente indevida, o que é importante que aqui fique sublinhado é que existem entidades com competências inspetivas, e, sempre que situações abusivas são reportadas a essas entidades, elas atuam. Sendo essas situações confirmadas, são aplicadas as devidas penalizações.

Portanto, há aqui, Sra. Deputada, uma apropriação indevida, mas pior do que isso há a pretensão de instalar um processo que não conhecerá regras, não

conhecerá limites, não estabelece garantias para nenhuma das partes e parecidos, por isso, que não pode de forma nenhuma ser apoiado.

Muito obrigada.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No final de setembro de 2015, numa conferência de imprensa, o Sr. Vice-Presidente revelou que “a empregabilidade dos jovens, após concluírem os seus estágios através do Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T, têm tido igualmente muito sucesso. Tem sido muito elevado o número de contratações”.

Ficámos surpresos com esta afirmação do Sr. Vice-Presidente, porque não são de facto estes os testemunhos que nos chegam dos jovens que se encontram a fazer o Estagiário L e T, que sistematicamente dizem que quando acaba o seu estágio a empresa recebe outro estagiário e que se anda neste ciclo de estagiários e que as empresas acabam por não empregar.

**Deputado Francisco César (PS):** Ciclo de estagiários?!

**A Oradora:** Calma! Calma, Sr. Deputado!

**Deputado Francisco César (PS):** Mas não há ciclo de estagiários!

**A Oradora:** Vem um estagiário e acaba o seu período; vem outro estagiário e acaba aquele período; vem outro estagiário... E em vez de, como de resto deveria acontecer, pelo menos 50% dos estagiários ficarem na empresa, isso não está a acontecer. Pelo menos é isso que é dito.

Nós fizemos o nosso trabalho parlamentar. Fizemos um requerimento em que perguntámos os números.

Curiosamente esse requerimento foi respondido sexta-feira passada, imediatamente antes do plenário.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** E isso incomoda!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Mas a senhora queria a resposta ou não queria a resposta?

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Queremos respostas no prazo estipulado, não é 3 nem 4 anos!

**A Oradora:** Nada! Não nos incomoda rigorosamente nada. Só achámos curioso.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Incomoda!...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O que incomoda é a resposta atrasada!

**A Oradora:** Sra. Secretária, o que incomoda verdadeiramente é a resposta não ser esclarecedora, porque a única pergunta que verdadeiramente nos interessava, em que perguntava “o número de jovens, por ilha, que foram efetivamente contratados pelas empresas após completarem um ano ao serviço da mesma, ao abrigo do Programa de Incentivo de Inserção nas Empresas”, foi a única pergunta em relação à qual não obtivemos resposta.

Mas tentei fazer umas continhas com os dados que nos foram fornecidos e pude perceber que do total dos jovens que integraram o Estagiar L e T, em 2013 apenas 38% estiveram num Programa de Incentivo de Inserção à Empregabilidade.

Em 2014 esse valor decresceu para 22% e em 2015 apenas 15%...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Acabou de cair mesmo no sítio certo!

**A Oradora:** Sr. Vice-Presidente, parece que o senhor dá respostas aos Deputados nesta Casa, para os Srs. Deputados caírem como patinhos. Mas o que é isto?

Nós fazemos o nosso trabalho sério, colocamos perguntas sérias, às quais o senhor tem que responder com valores sérios. Ou o senhor anda a dar respostas para induzir em erro os Srs. Deputados?

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Já vai ver!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**A Oradora:** Eu até posso ter feito mal as contas,...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não!... Fez bem! Fez bem!

**A Oradora:** ... mas pelo valor total,...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Só se esqueceu de uma coisa que é essencial na resposta!

**A Oradora:** Mas o senhor vai ter oportunidade de nos explicar.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Eu já sabia que ia reduzir!

**A Oradora:** É óbvio que acha que eu ia dizer isto, porque foram os valores que o senhor nos forneceu.

Portanto, se estes valores não estão corretos ou induzem-nos em erro, o Sr. Vice-Presidente vai ter oportunidade de nos esclarecer.

Mais!... Em 2013, aquando da apresentação no *site* oficial do *Facebook* da Vice-Presidência, do Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T, há um jovem que diz isto (passo a ler, é público, Tânia Gomes):

“Esta era de facto uma boa medida se o Governo Regional não permitisse a uma empresa a entrada de dois estagiários, ou seja, eu sou estagiária, entrei em outubro de 2011. Agora, em janeiro de 2013, entrou uma nova estagiária para a empresa.

Resumindo, se essa estagiária não tivesse entrado, possivelmente a empresa tinha ficado comigo. Agora, assim não! E porquê? Porque eles pensam, e bem, se temos uma estagiária, para quê gastar dinheiro com outra, se faz exatamente as mesmas funções”.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): O que é que isso tem a ver?

**A Oradora**: “Pois bem, eu agora vou embora da empresa”.

O Sr. Vice-Presidente respondeu e respondeu assim:

“Cara Tânia, agradeço a sua observação. Com efeito não é isso que se pretende e as empresas são obrigadas a ficar com 50% dos estagiários para se poderem candidatar a novos estágios. Vou averiguar a situação em concreto”. E depois informa.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Mas o que é que isto tem a ver com o diploma?

**A Oradora**: Ponto um: parece que afinal as tais entidades fiscalizadoras não estão a cumprir com a sua função, porque isto é uma declaração pública de uma situação que se estava a passar em relação à qual o Sr. Vice-Presidente disse que ia averiguar e eu agradecia que nos esclarecesse qual foi o resultado da sua averiguação em relação pelo menos a este caso concreto que se tornou público? Muito obrigada.

**Deputado André Bradford** (*PS*): Isso não tem nada a ver com o diploma!

**Deputado Francisco César** (*PS*): Ou seja, o Sr. Vice-Presidente vai explicar uma denúncia de uma estagiária!

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Quer dizer, estamos aqui para analisar uma resposta do Sr. Vice-Presidente a uma estagiária!

**Presidente**: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O PSD vai votar favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda sem prejuízo das dúvidas que em devido tempo colocará e das considerações que sobre a redação que neste momento estamos a discutir nos suscitam.

Nesta primeira intervenção gostava também de dizer que os programas ocupacionais, para o PSD, são necessários, são para continuar e são para melhorar.

São necessários, porque a economia açoriana, mercê das políticas empreendidas pelo Governo Socialista, não gera o emprego necessário para o rendimento que as nossas famílias e os nossos concidadãos tanto esperam e necessitam.

São para continuar quando formos governo, com o propósito de tudo fazer em termos de um modelo económico que seja capaz de gerar o emprego e não a necessidade de ocupação de cidadãos em trabalho.

E são para melhorar na medida em que podem e devem ser introduzidas alterações, nomeadamente para consagrar alguns direitos que ainda não estão disponíveis para os trabalhadores ocupados.

O número de açorianos envolvidos em programas ocupacionais não é do conhecimento desta Assembleia, e não é, por falta de resposta do Governo Regional aos requerimentos que sobre esta matéria foram feitos, tendo ultrapassado o prazo legal. Mais uma prova evidente do desrespeito que sistematicamente o Governo Regional vota a este Parlamento

Portanto, isto também condiciona de algum modo a análise do que aqui estamos a fazer.

Mas tomando como referência as publicações do Instituto de Emprego e Formação Profissional, verificamos que de março de 2015 a março de 2016, segundo esses registos, o número de açorianos envolvidos em programas ocupacionais aumentou 30,5%.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Também deve ter feito mal as contas, Sr. Deputado!

**O Orador:** E fazendo fé nesses números, que certamente terão a colaboração institucional do Governo Regional por intermédio do Serviço Regional de Estatística dos Açores, isso diz bem da dificuldade e até da inversão que se verifica em termos da criação de emprego, porque só assim se explica esse crescimento significativo do número de cidadãos ocupados, repito, segundo aqueles registos.

Mas vamos dar apoio a esta iniciativa do Bloco de Esquerda, porque também se torna importante aferir se há ou não há abusos.

Ainda há sensivelmente três semanas, quem lê os jornais, quem está a par das notícias, foi confrontado com a declaração de um representante de uma instituição, portanto, de um dirigente de uma instituição representativa do empresariado, que denunciou publicamente o abuso destes programas ocupacionais para fins divergentes daqueles que em princípio se deviam destinar, dizendo que, e vou citar, “os ocupados fazem obras que deviam ser adjudicadas a empresas de construção civil”. Não foi o PSD, não foi um dirigente do PSD, não foi um autarca do PSD. Foi o Sr. Presidente da AICOPA que o disse publicamente.

Portanto, se há aqui alguma carga política que incomode o Governo Regional e o Partido Socialista, podem ficar descansados que não é da autoria do PSD nem de ninguém que lhe seja próximo.

Mas consideramos que para além da verificação dos abusos, também se torna necessário verificar a aplicação do que está disposto na lei para o funcionamento e os objetivos deste programa.

De facto, há algumas matérias que do nosso ponto de vista estão arredadas dos direitos, do usufruto que os nossos concidadãos, integrados nestes programas, deles ficam privados. A saber: subsídio de refeição, sem direito a férias, nem sequer sujeito a um regime de faltas e licenças previsto para a maioria dos trabalhadores, não são remunerados de forma acrescida quando exercem

trabalho noturno e por turnos, o que nos parece ser algo que está distante dos objetivos e daquilo que foi fixado em resolução do Conselho de Governo para funcionamento destes programas, além de que em muitas situações (e para isso não é sequer necessário constituir este grupo de trabalho) se constata que a integração de cidadãos nestes programas não se traduz depois numa efetiva experiência profissional, nem num ganho curricular, nem tão pouco num acréscimo de competências profissionais que os habilite de forma mais sustentada a integrarem o mercado de trabalho que tem as debilidades que todos nós conhecemos e que é cada vez mais competitivo.

Dito isto, gostava de dizer uma outra coisa. Esta redação que agora temos em presença difere da proposta inicial do Bloco de Esquerda.

*(Pausa)*

E eu, como queria interpelar a Sra. Deputada autora do projeto, naturalmente que tenho que fazer este compasso de espera.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Peço desculpa!

**O Orador:** Agradeço.

Eu estava a dizer que esta redação difere da proposta inicial do Bloco de Esquerda e constatamos, entre outras coisas que se reduzem alguns objetivos que estavam nos propósitos da versão inicial. A saber: a identificação do número de beneficiários, portanto, o número de pessoas envolvidas, as entidades participantes ou promotoras da ocupação, a inventariação das necessidades permanentes ao nível da Administração Pública Regional e deixa de recomendar medidas à Administração Pública.

Quanto a nós, parece-nos que há aqui uma falha, uma mudança significativamente para pior ao não fixar um prazo para o trabalho e elaboração do relatório, o que significa que esta recomendação ao Governo Regional, se for

para ser levada em conta, como são a maioria das recomendações que este Parlamento lhe faz, vai-se arrastar pelo tempo fora, vai caducar com a própria legislatura. Portanto, é mais uma bondade ficcionada, mesmo que o Partido Socialista esteja na disposição de aprovar esta resolução.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não está, não!

**O Orador:** Não está!

Portanto, a fixação do prazo e do relatório parece-nos matéria importante, além de que se tornava também importante, ao nível da sua composição e funcionamento, estabelecer muito claramente quem coordena e ao nível da composição entendemos que não faz sentido, pela sua natureza, decorrente daí, pela tipologia de trabalho que desenvolve, estar aqui envolvida a Inspeção Regional da Administração Pública. Nem faz sentido, conforme também foi aqui sugerido pelo Partido Comunista, a integração da Inspeção Regional do Trabalho,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ah, faz, faz!

**Deputado Francisco César (PS):** Não faz sentido?

**O Orador:** ... pela natureza destes organismos que deviam ter um carácter independente, verdadeiramente independente e, portanto, isentos de qualquer tipo de tutela.

Portanto, do nosso ponto de vista não faz sentido.

Fazia sentido, isso sim, a proposta inicial deste grupo de trabalho estar exclusivamente no âmbito do Parlamento e da Comissão de Política Geral,...

**Deputado Francisco César (PS):** Tem que ser uma Comissão do PSD!

**O Orador:** ... porque só assim se entende e teria consequência a realização deste trabalho que, sendo um trabalho de verificação de aspetos administrativos e de aspetos legais, naturalmente não pode deixar de ter uma vertente também política que só pode ser dada através de uma corresponsabilização do Parlamento.

Dito isto, feitas as sugestões, as considerações e as dúvidas, mesmo assim, consideramos que a redação tal qual está merece ainda a nossa concordância, considerando os objetivos que ela pretende.

Disse.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeira questão, sobre umas questões colocadas. Começava pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão em relação à questão do dia 15.

Efetivamente este mês temos aqui um problema de coincidência de calendário. O dia 15 é um domingo. Depois, soma-se uma segunda-feira que também é feriado...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Está muito mais pobre!

**O Orador:** ... a que acresce um problema, é que na terça-feira é feriado em algumas outras ilhas.

Estamos a fazer um enorme esforço para tentar, através do sistema informático, antecipar os processamentos...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... para que chegue às contas das pessoas antes do dia previsto, mas não posso neste momento... Sei que as pessoas estão a trabalhar com toda a objetividade, e não é no sentido literal, de dia e de noite, para ser possível isso acontecer. De qualquer maneira depois tem a ver com transferências bancárias entre bancos.

Eu não posso, com toda a segurança, garantir que isso aconteça. Estamos a fazer nesse sentido. O prazo de pagamento é no dia 15. O dia 15 coincide com o domingo. É um fim-de-semana a que se soma um conjunto...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Quanto tempo está em atraso, Paulo?

**O Orador:** Não está em atraso nenhum, Sra. Deputada.

O pagamento é no dia 15, só que no dia 15 é um domingo e tem um outro problema adicional, é que na segunda-feira é feriado e na terça-feira também é feriado em algumas ilhas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Qual é a regra que existe quando coincide com o sábado?

**O Orador:** Portanto, o que estamos a tentar é antecipar para tentar chegar antes do dia que estava previsto chegar, tendo em conta que é um fim-de-semana. Não sei se objetivamente se conseguirá para todos, mas está-se a fazer um esforço nesse sentido.

Outra questão. Ao contrário do que foi dito, e gostaria de deixar ficar aqui esta informação, a utilização dos programas ocupacionais não visa substituir necessidades permanentes, pelo menos da Administração Pública Regional.

Como se lembram, há dois anos, assumimos aqui um compromisso, e abrimos (aquilo que fizemos foi a inventariação de funcionários para necessidades permanentes da Administração Regional) mais de 500 concursos.

Posso dizer, de acordo com os dados que são públicos do Sistema Integrado da Administração, que hoje existe na Administração Regional, a trabalhar, mais 519 funcionários públicos do que no final de 2014. Ou seja, o número de funcionários públicos neste momento, no final de março, que estão na Administração Pública Regional é mais 519 do que no final de 2014.

Este dado objetivo e real demonstra e comprova claramente que aquilo que alguns Srs. Deputados tentaram dizer não é verdade.

Os programas ocupacionais, os programas de emprego, não visam substituir, porque, e voltando aos dados oficiais, havia na Administração Pública, no total, no final de 2014, 17.303 funcionários; no final de março de 2016, um ano e três

meses depois, passou para 17.822, ou seja, mais 519 funcionários, o que, em termos práticos desmonta a questão que aqui foi referida.

Segundo aspeto, também citando o Instituto de Emprego e Formação Profissional, de acordo com aquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado disse, no final de 2013, de acordo com essa fonte, o número de pessoas que estavam em programas de emprego eram 5.086 (estou a citar o Instituto de Emprego e Formação Profissional), no final de 2014, 4.929, e no final de 2015. 4.460. Portanto, esse número não aumentou, até muito pelo contrário.

Respondendo à questão da Sra. Deputada Graça Silveira, o Programa Estagiar tem uma regulamentação muito específica. Uma empresa que absorva estagiários, que não fique com 50% dos estagiários, fica penalizada, sendo que na fase seguinte não pode recorrer ao Estagiar – primeira questão.

Segunda questão: nós tínhamos consciência que entre um processo de estagiar onde a empresa não tinha encargos e o processo em que pagava a totalidade do encargo, havia aqui uma discrepância muito grande. Daí que criámos o programa de inserção e integração de estagiários, que visa continuar, durante um ano, as empresas que contratam os ex-estagiários, a ter um apoio financeiro. Esse programa tem tido um enorme sucesso, de acordo com os dados que a Sra. Deputada tem.

O erro que a senhora fez na sua análise, foram dois erros. Não pode fazer essa percentagem: primeiro, porque está a comparar estagiários num total de entidades que acolhem estagiários, com o PIE, que é apenas para empresas e apenas pode aceder uma parte desses estagiários.

Portanto, não pode chegar à conclusão, no âmbito do PIE, da percentagem correspondente aos estagiários.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Isso é para as empresas privadas!

**O Orador:** Mas o segundo engano que teve...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Então está a dizer-me que a percentagem é baixa, porque afinal não temos empresas! Só temos emprego público!

**O Orador:** Se me deixar explicar, com certeza irá perceber.

Segundo equívoco, que é o grande erro que a Sra. Deputada fez de contas.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas o senhor também fez, porque sabia que eu ia chegar a estes valores!

**O Orador:** Se me deixar explicar, eu terei todo o gosto em lhe explicar.

O segundo, é que comparou, em relação aos anos, as pessoas que estavam em estágio com aqueles que estavam no programa de inserção de estagiários e esqueceu-se que muitos dos que estavam em estágios continuam ainda em estágio e quando diz que reduziu aqueles que foram inseridos, esqueceu-se do aspeto essencial, é que se o ano passado se aumentou o período de estágio, quer dizer que essas pessoas ainda estão em estágio. Portanto, não pode comparar o PIE desse ano em relação ao outro.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas eu fiz com a décalage de um ano, com a décalage de dois, e com o próprio ano e deu sempre 15%, Sr. Vice-Presidente!

**O Orador:** Aí é que está o erro!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Portanto, não foi um grande erro! Faça as continhas e depois venha a debate.

**O Orador:** Não é por essa parte que devemos ir.

O outro é em relação ao que foi afirmado, que não tinham direito ao descanso.

Tem direito a descanso, a um mês de descanso. De acordo com a regulamentação em vigor as pessoas têm direito a um mês de descanso, têm descontos para a Segurança Social e têm uma eficácia desse aspeto de reinserção no próprio sistema da Segurança Social.

Para concluir, eu sei que os dados que têm vindo a ser publicados por todas as entidades, em relação à redução do desemprego, em relação ao aumento do emprego, contrariam as expetativas de narrativa que alguns teriam.

Portanto, agora vale tudo.

**Deputado José San-Bento (PS):** Esse é que é o problema!

**O Orador:** Vale tudo comparar com há cinco anos, com há dez anos, até vão comparar se calhar na altura dos Descobrimentos. Tudo isso é permitido.

Agora o que não é permitido é faltar absolutamente à verdade.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Eu tenho que denunciar isto.

Ainda hoje o Sr. Deputado Joaquim Machado, sobre esta matéria, fez um artigo de opinião e que para além, como é habitual, de me chamar um conjunto de nomes,...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** São elogios! São elogios!

**O Orador:** ... diz isto que está aqui: “com exatidão devia dizer que nos últimos três anos, pela primeira vez na história da Autonomia, registámos uma taxa de desemprego superior à média nacional”.

**Deputado José San-Bento (PS):** É mentira!

**O Orador:** Sr. Deputado, isto é completamente falso. Só nos últimos 10 anos de Governo do PSD houve 26 trimestres onde a taxa de desemprego nos Açores foi superior à média nacional.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O senhor é esperto, mas eu também sou!

**O Orador:** O senhor não faltou à verdade uma vez. Só no período em que o senhor era Governo, essa realidade desmente-o 26 vezes.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

É profundamente lamentável que para desmerecer este esforço dos açorianos, das empresas açorianas e esse trabalho conjunto dos trabalhadores que têm vindo a conseguir, progressivamente, combater o desemprego e aumentar o emprego, se tente desmerecer este esforço.

Aqui reafirmo: este esforço não é do Governo! O Governo fez a sua obrigação. Este esforço é dos açorianos!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Agora para esse desespero de falta de argumento, dizer que pela primeira vez na história da Autonomia registámos uma taxa de desemprego superior à média nacional é de uma irresponsabilidade, no mínimo, desconhecimento ou ignorância, que é profundamente lamentável e que não abona na credibilidade deste debate.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas porque o que é mais importante nesta matéria são efetivamente os açorianos, o que é essencial neste processo é que este conjunto de políticas de apoio à criação de emprego, ao estímulo da economia, tenha efetivamente dado os seus frutos.

Ainda hoje foi dado a conhecer, é do conhecimento, foi revelado pelas entidades estatísticas, o índice de atividade económica do último mês de março.

No último mês de março, nos Açores, registámos o maior incremento da atividade económica dos últimos quatro anos, tendo um índice de crescimento de 4,53%, o que demonstra também que a criação de emprego é gerada pelas empresas.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas mais importante do que estar a destruir toda esta narrativa que visa desmerecer o trabalho que não é do Governo, é dos açorianos, é dizer que

para nós reafirmamos que enquanto houver um açoriano desempregado é um desafio que temos que vencer e esse sim será da nossa responsabilidade.

Nós assumimos a responsabilidade dos problemas que ainda faltam resolver e deixamos aos açorianos o mérito dos problemas que já foram resolvidos.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, permita-me começar por si.

Só houve uma coisa que o senhor não fez para finalmente responder àquilo que o nosso Projeto de Resolução pretende. Só não fez o pino, Sr. Vice-Presidente, aqui no plenário. De resto fez tudo.

Eu vou dizer-lhe o que é que o Sr. Vice-Presidente fez. Começou por afirmar que daquela tribuna eu tinha dito que o objetivo destes programas ocupacionais era cobrir necessidades permanentes de trabalho.

Sr. Vice-Presidente, o que eu disse foi exatamente o contrário. Os programas ocupacionais não são para cobrir necessidades permanentes, postos de trabalho permanentes, mas é o que está a acontecer na Região Autónoma dos Açores.

**Deputado José Ávila (PS):** É a mesma coisa!

**O Orador:** Não uma, não duas, não três, mas de uma forma escandalosa e abusiva, mas deu-lhe jeito, Sr. Vice-Presidente, ter entendido ao contrário.

Depois, o Sr. Vice-Presidente responde a toda a gente. Faz o périplo do plenário, resposta a todos os/as Srs./as Deputados que intervieram. Continua por responder àquilo que toda a gente nesta Região lhe pergunta. São as centrais

sindicais, é a UGT, é a CGTP. Imagino que perguntam ao Governo todas as maneiras e sobretudo a si, Sr. Vice-Presidente.

Afinal qual é a taxa dos programas ocupacionais, de beneficiários, que estão a responder a necessidades permanentes de trabalho?

O Sr. Vice-Presidente nunca abriu a boca para responder, mas não está sozinho. Já lá vamos, porque está bem acompanhado nesta incapacidade.

Depois, o Sr. Vice-Presidente, como não quer responder àquilo que é importante que se responda e que os açorianos e açorianas têm o direito de saber, vem para aqui ajustar contas antigas e modernas, com o Sr. Deputado Joaquim Machado, contas essas, escrito para ali, escrito para lá, um artigo para ali...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Falta de argumentos!

**A Oradora:** Sr. Vice-Presidente, nada disso está em causa com este Projeto de Resolução.

Depois, disse o Sr. Vice-Presidente ainda que enquanto (não sei quantas vezes nesta Casa, aliás os diários devem ter isso bastas vezes) houver um açoriano desempregado o Governo Regional não descansa.

Mas, Sr. Vice-Presidente, nós temos um problema. É que não sabemos ao certo quantos açorianos desempregados é que na realidade existem.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** É público!

**A Oradora:** Não!... Não!...

Porque desse número dos desempregados não consta todos aqueles e aquelas que estão nestes programas de ocupação infindáveis, e que estão a responder a necessidades permanentes e, portanto, a postos de trabalho permanentes.

Isto é tão verdade, Sr. Vice-Presidente, que até ainda há poucos dias atrás (o senhor trouxe um artigo de opinião e eu trago um jornal), e trago uma entrevista de duas páginas dada pela Sra. Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Deixe-a em paz!

**A Oradora:** Desculpe... Desculpe, Sr. Vice- Presidente!

Diga! Diga alto!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Deixe-a em paz!

**A Oradora:** Não! Diga alto o que está a dizer, Sr. Vice-Presidente.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas qual é a gravidade democrática?

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Pedi para não falar no nome!

**A Oradora:** Eu não falei em nome! Eu disse Diretora Regional e vou continuar a falar. Não falei em nome nenhum.

Essa senhora deu uma entrevista no dia 9 de maio onde o jornalista (o jornalista posso dizer, não posso?)...

Sr. Vice-Presidente, se tem alguma coisa para partilhar com esta câmara faça-o. Faça-o!...

Se não tem, eu vou continuar a minha intervenção e o senhor não me vai mandar calar.

O Sr. Jornalista Luís Pedro Silva pergunta à Sra. Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional:

“Qual a importância dos programas de estágios para a integração profissional dos jovens?”

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É sempre baixa!

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas parlamentares e o Vice-Presidente do Governo Regional)*

**A Oradora:** Sra. Presidente, peço desculpa. Enquanto não for esclarecido o que é que se está aqui a passar e o que é que o Sr. Vice-Presidente quer dizer e não diz, eu não continuo a intervenção.

Muito obrigada.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Eu vou dizer!

(\*) **Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares, naturalmente a Mesa não se apercebeu de nenhuma situação irregular, Sra. Deputada.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** É incrível, Sra. Presidente! Toda a gente se apercebeu!

**Deputado André Bradford (PS):** Eu não me apercebi e estava aqui atrás!

(\*) **Presidente:** Sra. Deputada, é o que eu estava a dizer. Eu não me apercebi de nada. A senhora estava a fazer a sua intervenção e o Sr. Vice-Presidente eventualmente estaria a fazer apartes, mas não me apercebi.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** A Sra. Presidente não se apercebeu, mas eu dei-lhe a conhecer uma agitação e um recado para aqui e para ali, de várias bancadas. E obviamente tenho o direito de saber o que é que se passa.

Tenho aqui a resposta. Não a vou partilhar com a câmara. Vou apenas dizer ao Sr. Vice-Presidente o seguinte: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Estamos a falar de política, Sr. Vice-Presidente...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Aliás, não devia trazer essas coisas para aqui!

**A Oradora:** ... com todo o respeito que a situação me merece. Ok? Estamos a falar de política e vamos continuar.

Estava eu a dizer, Sr. Vice-Presidente, que perguntada à Sra. Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional qual a importância dos programas de estágios para a integração profissional dos jovens, a Sra. Diretora responde que “o Governo tem dado o seu contributo estimulando o processo de contratação destes jovens através da atribuição de apoios subsequentes...”, ou seja, resposta à pergunta, nada!

“Como deve agir um desempregado para regressar ao mercado de trabalho?”

Resposta:

“Deve procurá-lo ativamente”, em resumo.

Pergunta:

“Como avalia o impacto dos programas criados para reintegrar e apoiar os desempregados nos Açores?”

Resumindo, a resposta:

“Os desempregados têm que fazer alguma coisa por eles”.

Portanto, se estão desempregados, alguma culpa hão de ter neste processo. Têm que se qualificar, têm que aceitar os programas ocupacionais, têm que procurar ativamente emprego, porque ele está por aí em cada esquina. Há postos de trabalho na nossa Região em cada esquina!!!

Finalmente, para não continuar a repetir as perguntas, a tal perguntinha fatal, que é a seguinte:

“Quantos açorianos estão a frequentar programas ocupacionais ou estágios profissionais?”

Sr. Vice-Presidente, a Sra. Diretora Regional faz exatamente aquilo que o Sr. Vice-Presidente fez, dá a volta (não faz o pino, mas dá a volta!) e não responde à pergunta.

Depois dizia também a Sra. Secretária Regional que quando há problemas, quando há abusos, eles são investigados, eles são fiscalizados.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Cite-me com rigor!

**A Oradora:** Sra. Secretária Regional, eu, que não sou da fiscalização de coisa nenhuma, venho trazer ao seu conhecimento o seguinte, e repare que eu não sou nem da Inspeção Regional do Trabalho, nem de nenhuma Inspeção:

Trabalhadores que recebem o subsídio de desemprego, ou melhor, trabalhadores que para receberem o subsídio de desemprego as Agências para a Qualificação e Emprego obrigam-nos a aderir ao Programa SEI. E no final do programa, que pode ser prorrogado por um ano, continuam sem direito a subsídio de desemprego.

Mulheres grávidas que se encontram a trabalhar, a preencher aqueles que deveriam ser postos de trabalho permanentes e que não têm acesso aos direitos na gravidez e maternidade, tal como estão previstos no Código do Trabalho, por muito que o Sr. Vice-Presidente dali, da sua bancada, diga o contrário.

Açorianos e Açorianas que trabalham ao abrigo destes programas e que não têm acesso às condições básicas de higiene e de segurança no trabalho. Não têm, apesar dos programas o obrigarem, mas também na realidade não faz diferença nenhuma, porque estas pessoas não são ninguém, não são trabalhadores,...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): A senhora é que o está a dizer!

**A Oradora:** ... não são empregados, não são desempregados. São um não estatuto. Não são nada! Por isso são a presa fácil de todo o tipo de exploração e de todo o tipo de abuso.

**Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Estão ocupados!

**O Orador:** Estão ocupados, mas isso não quer dizer rigorosamente nada.

Mas há mais, Sra. Secretária Regional!

Por exemplo, uma aluna grávida (vamos imaginar do Programa Reativar), ou uma mulher grávida, tem necessariamente consultas a fazer. Mas se frequentar um programa de formação, por exemplo, numa escola profissional, esta mesma mulher tem que frequentar 90% da formação.

Se não frequentar 90% da formação não consegue obter o seu diploma no fim.

Pergunto à Sra. Secretária Regional:

As faltas, mesmo justificadas, contam para descontar nos tais 90%. Não têm direito a tempo nenhum para aleitamento. O que é que a senhora chama, no seu vocabulário, a uma mulher que está sujeita a estas condições? Escrava?

É que já não é ocupação. É escravatura? Isto é escravatura?

Por muito boa intenção que o Governo Regional tenha na ocupação isto só tem um nome, Sra. Secretária Regional. Chama-se escravatura!

Mas vamos continuar. Programa Recuperar:

**Deputado André Bradford (PS):** Mas isto não é sobre o grupo de trabalho?

**Deputada Luís Garcia (PSD):** Não tentem condicionar os trabalhos!

**A Oradora:** É, é! É sobre o grupo de trabalho! Tal e qual!

**Deputado André Bradford (PS):** Quem diria!

**A Oradora:** Uma psicóloga do grupo Recuperar é obrigada, pela Segurança Social, a tirar 40 dias de licença, licença esta que não lhe é paga, e não tem subsídio de maternidade.

Volto a perguntar-lhe (aliás, a política de natalidade que hoje está tão em voga, quer a nível da República, quer aqui também, porque a desertificação humana é um problema da nossa Região também, não é só do país): qual é a política de natalidade quando se trata assim uma mulher, uma jovem, seja o que for, que está grávida?

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Há uma pergunta que se mantém e que os senhores não responderam, mas não é por causa das eventuais incompletudes, ou deficiências do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que os senhores vão deixar de dizer aos açorianos e açorianas, de preferência antes do próximo ato eleitoral, quantas são as pessoas (não é ocupadas, é a maioria delas) exploradas nesta Região em nome dos programas ocupacionais?

Nesse sentido, Sra. Presidente, o Bloco de Esquerda vai fazer chegar à Mesa um requerimento para que este Projeto de Resolução desça novamente à Comissão.

Muito obrigada.

**Presidente:** Ainda não chegou.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Mas vai chegar.

**Presidente:** Sr. Deputado José San-Bento, tem então a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para referir, em primeiro lugar, a posição do Partido Socialista...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** A Sra. Deputada não requereu a baixa à Comissão?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Fiz oralmente!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** A Sra. Deputada pode fazer um requerimento oralmente!

**Deputado António Marinho (PSD):** A Sra. Deputada solicitou a baixa à Comissão!

**O Orador:** Sra. Presidente, não sei se a minha intervenção incomoda os apertes da oposição.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados... O Sr. Deputado José San-Bento está no uso da palavra.

**O Orador:** Só para referir que o Partido Socialista não irá viabilizar esta iniciativa de acordo com as reservas que manifestou na Comissão e que constam no relatório da iniciativa, e que não foram ultrapassadas com a proposta de substituição integral.

Agora, Sra. Presidente, o que achamos é que também a discussão desta proposta não pode transformar-se numa sessão de perguntas ao Governo sobre as matérias relacionadas com as políticas de promoção de emprego. Isso não seria razoável.

Queria a este propósito, face àquilo que foi aqui dito, salientar aspetos que foram, na minha opinião, desvirtuados neste debate.

Desde logo, salientar a enorme importância dos programas de empregabilidade, sobretudo para os jovens, e também os programas direcionados para o desemprego de longo prazo, de longa duração, que é o caso dos programas ocupacionais.

Esses é que são objetivos centrais de uma política que é estruturada, pensada e planeada. Aliás, não é à toa. Convido todos a ler, ou quem ainda não conhece,

os objetivos do eixo 9 do programa Açores 2020, que atestam precisamente que aquilo que estamos hoje a assistir na Região no domínio da recuperação de emprego e na dinamização do emprego privado, são aspetos que correspondem a um planeamento e não ocorrem por acaso.

Queria também referir que não é verdade que estes programas, nomeadamente os programas de estágios remunerados, que são imensamente apreciados pelos jovens e que são raros já no nosso país, eu não sei mesmo se a Região não será a única Região do país a ter esse tipo de estágios remunerados, têm permitido modernizar, qualificar a nossa administração pública, aliás, de acordo com dados que o Sr. Vice-Presidente já aqui referiu.

Portanto, esses programas funcionam, esses programas não servem para abusar nem explorar os jovens. Como é evidente servem para qualificar ainda mais os jovens, dar-lhes uma oportunidade de estágio e muitos deles têm uma possibilidade de emprego no setor público e também no setor privado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** 15% em 2015!

**O Orador:** Infelizmente nas autarquias locais isso não é possível porque, como sabem, estão proibidas de contratar os funcionários.

Portanto, queria que isto ficasse bem sublinhado e também salientar um aspeto que a Sra. Secretária disse, e muito bem. É não esquecer que os regulamentos destes programas conferem aos seus beneficiários mecanismos e direitos para poderem fazer valer os seus direitos como é evidente.

Portanto, a Sra. Deputada Zuraida Soares passou aqui uma ideia de um caso, ou outro exemplo, que eu não vou negar, mas dessas exceções fez uma generalização que, Sra. Deputada, não corresponde à verdade e que é abusivo da sua parte retirar as conclusões que retira.

E queria também aproveitar para saudar o Sr. Deputado Joaquim Machado pela forma efusiva como salientou a importância dos programas ocupacionais para o PSD.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Eu dou-lhe os parabéns! Parece que os TSD conseguiram convencer o PSD de alguma coisa, mas sou daqueles que me lembro do tempo em que o Sr. Deputado Duarte Freitas dizia que os programas ocupacionais inventados pelo Governo Regional...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não são inventados pelo Governo Regional! Nem nisso tem autoria!

**O Orador:** ... só servem para esconder o desemprego.

**Deputado António Marinho (PSD):** Nunca disse isso!

**O Orador:** Disse! Desculpa, Sr. Deputado Marinho, disse em 2014!

Agora com o avançar do ano de 2016, o PSD não só sempre foi a favor, como está profundamente a favor, como até já se compromete a melhorar, a avançar, a aprofundar e até mesmo já vem a este Parlamento dar lições ao PS sobre os programas ocupacionais.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós estamos, Sr. Deputado, muito comovidos...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Quer um lenço de papel?

**O Orador:** ... consigo e temos a certeza que o facto de haver eleições regionais em outubro nada tem a ver com essa sua convicção e com esta evolução do PSD. Temos a certeza disso, certamente.

Queria, por último, Sras. e Srs. Deputados, deixar claro um aspeto.

Nós temos muito orgulho e atribuímos uma enorme importância, como referiu, a esses programas destinados à empregabilidade dos jovens (saliento isso aqui), fazendo aqui uma sistematização em dois grandes grupos: os programas direcionados para os jovens e os programas direcionados para os desempregados de longa duração.

São programas muito importantes que estão a ter um resultado muito positivo e que nos agradam muito, mas não são programas perfeitos. Nós temos

consciência disso. Há insuficiências, há alguns problemas, há algumas lacunas. Com certeza! Estamos aqui para trabalhar, para tentar melhorar. O Governo sempre manifestou essa abertura,...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Há 2 anos!

**O Orador:** ... procurando ajudar quem precisa de ajuda, afinar aquilo que deve ser corrigido. É esta a nossa atitude, despreconceituosa. Não temos o dom da infalibilidade. Portanto, o que nos interessa aqui é proporcionar mais oportunidades aos açorianos e ter um governo que governe melhor.

Agora o que nos parece é que o debate em torno de todos esses programas resulta, nesta altura do ano, porque os partidos da oposição – e o Sr. Vice-Presidente disse isso, e muito bem – tinham outros planos.

Não acreditavam que a Região chegasse a esta altura e a tão perto das eleições com números de crescimento económico, atividade económica, geração de emprego e de diminuição do desemprego,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Aonde senhor? Onde é que o senhor está?

**O Orador:** ... tão relevantes, tão robustos e tão fortes como estão a ser.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Esse é que é o vosso problema!

Uma redução de 20% do desemprego face ao período homólogo, um crescimento de 31% do emprego face ao período homólogo e uma taxa de 12,4% em decréscimo constante e consistente.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Onde é que o senhor está? Os senhores não vivem neste mundo!

**O Orador:** Esse é que é o vosso problema,

E nos finais de 2015 a maior redução do desemprego dos últimos 10 anos. Este é que é o vosso grande problema.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas nós estamos aqui para dizer aos açorianos que queremos ser julgados nas urnas...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Os senhores não tem que dizer, têm que fazer!

**O Orador:** ... pelos resultados das políticas de emprego nos Açores.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, vai perdoar-me mas vou ter que lhe fazer uma pergunta.

O debate não pode continuar?

(\*) **Presidente:** Sra. Deputada, quando referiu que ia entregar o requerimento escrito eu, para não estar a corrigir de imediato, preparava-me (até já lhe disse pelo telefone) para lhe dizer que as Representações Parlamentares não têm a prerrogativa do artigo 134.º, que é um artigo específico do processo legislativo comum que requer a baixa à Comissão. Só pode ser feito por um grupo parlamentar ou cinco deputados.

Por isso, sugeri-lhe que utilizasse a figura do artigo 87.º, que lhe permite fazer, agora, um requerimento de baixa à Comissão, que logo a seguir terá que ser votado.

Se for chumbado o debate continua. Se for aprovado baixa de imediato à Comissão e o debate acaba.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, muito obrigada pelo esclarecimento.

Então, ao abrigo do artigo 87.º, o Bloco de Esquerda pede que este Projeto de Resolução baixe novamente à Comissão.

**Presidente:** Sendo admitido o requerimento... Uma interpelação à Mesa? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, atendendo a que, se a figura é de um requerimento oral e já tinha sido feito pela Deputada Zuraida, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento que estava inscrito...

**Presidente:** Não senhora!

**A Oradora:** Foi!

**Deputado José Ávila (PS):** Não, não! Disse que ia apresentar!

**Deputado André Bradford (PS):** Foi um requerimento oral!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**A Oradora:** O Sr. Deputado José San-Bento falou depois da Sra. Deputada Zuraida.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados... Sra. Deputada...

**A Oradora:** Eu também estava inscrita e não falei.

(\*) **Presidente:** Sra. Deputada Graça Silveira, precisamente antevendo esta situação é que eu justifiquei pelo telefone à Sra. Deputada, e agora a toda a câmara, que efetivamente quando a Sra. Deputada Zuraida Soares disse que ia apresentar um requerimento escrito, naturalmente que percebi a sua confusão e não querendo de imediato fazer esse reparo, disse-o pelo telefone. A Sra. Deputada Zuraida Soares percebeu e voltou a pedir a palavra para uma interpelação.

Sra. Deputada Graça Silveira, eu não posso, porque o Regimento também é muito claro... Nós temos que imediatamente fazer esta votação.

Já lhe dei a palavra, porque percebo que é uma situação anormal, mas não posso voltar a dar.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas quando a Sra. Deputada acabou de falar, esse esclarecimento devia ter sido feito imediatamente a seguir à intervenção da Sra. Deputada! Ninguém podia ter falado!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer a votação do requerimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**Presidente:** Srs. Deputados estamos a votar... Srs. Deputado, estamos a votar.

As Sras. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de sentar.

**Secretária:** O requerimento oral de baixa à Comissão foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, tendo sido aprovado o requerimento, baixa novamente à Comissão de Política Geral o diploma para nova apreciação.

Vamos continuar os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 10 da nossa Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X – “Estabelece o aumento da Remuneração Complementar Regional”.**

Este pedido de urgência é apresentado pelo PCP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Como disse a Sra. Presidente é apenas um pedido de urgência.

Tem a ver com a atualização da Remuneração Complementar para a Administração Pública Regional. Resulta do facto desta remuneração não ser objeto de qualquer valorização desde o ano de 2009, e corresponde não só a uma reivindicação dos trabalhadores da Administração Pública, como a uma questão de justiça.

A urgência desta iniciativa justifica-se pelo facto de ser necessário dar uma resposta em tempo útil de modo a que ela possa depois produzir efeitos no ano de 2017.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista considera que as matérias que estão aqui em discussão carecem de algum trabalho parlamentar...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Por isso é pedida a urgência!

**O Orador:** ... que não necessitam de urgência.

Portanto, o objeto deste projeto de diploma não é afetado pelo facto da Comissão poder realizar os seus trabalhos normalmente. Por esse motivo o Partido Socialista irá votar contra a urgência.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede agora a palavra. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa pela minha antecipação em relação... É que reparei que não estava ninguém inscrito.

A questão aqui é a seguinte:

Eu não percebi sinceramente, Sr. Deputado, a sua posição.

**Deputado José Ávila (PS):** Explique a sua posição!

**O Orador:** Achava que não era urgente, mas vota contra a urgência. Realmente não consigo perceber.

A questão aqui fundamental é explicar a posição do PPM.

A nossa posição é acompanhar o pedido de urgência do PCP nesta matéria e votar favoravelmente.

Trata-se de facto de uma questão urgente. O procedimento normal pode comprometer a execução, no caso do Projeto de Decreto Legislativo Regional vir a ser adotado.

Portanto, nesse sentido acompanhamos. Vamos votar favoravelmente a urgência.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O PSD vai votar favoravelmente esta urgência, por considerar que a matéria assim se justifica e também por mais duas circunstâncias:

Uma, na medida em que está neste Parlamento uma Petição promovida por um sindicato da função pública dos Açores que reclama exatamente pela atualização da remuneração complementar.

Quando nos fixamos no calendário político que temos pela frente, nomeadamente das sessões deste nosso Parlamento a realizar até às próximas eleições, verificamos que o tempo vai escasseando significativamente.

Portanto, se há alguma decisão a tomar sobre esta matéria, seja a favor ou contra, não é isso que agora importa aqui avaliar, naturalmente que há matérias que têm que ser revestidas de urgência processual sob pena de não termos tempo útil para as apreciar.

A outra circunstância é de que já percebemos que o Partido Socialista não toma este assunto como prioritário e daí não lhe querer conferir urgência, fazendo com que processualmente esta matéria fique prejudicada com a realização das eleições, sem qualquer decisão do Parlamento.

Portanto, percebemos a intenção do Partido Socialista e fica também expresso qual é a vontade do PSD relativamente à definição ou não da urgência do assunto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** A iniciativa vai baixar à Comissão.

Vamos agora passar para o ponto 11: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 159/X – “Pagamento Único aos Produtores Açorianos de Leite”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste momento o que acontece é que existe um enorme excedente de produtos lácteos que levou a que as indústrias na Região começassem a impor uma redução à produção.

Isto criou várias desigualdades, porque os produtores que entregam em fábricas, com a imposição de redução, estão a ser penalizados por vender menos e depois são penalizados duplamente com o pagamento das ajudas ao POSEI.

Neste momento estão a ser auscultados todos os intervenientes no setor, e pessoas com responsabilidade, no sentido de conseguirmos encontrar uma solução consensual, porque muito em breve vai ter que se fazer o novo desenho do POSEI, do pagamento às ajudas no setor do leite.

Neste sentido, o CDS-PP apresentou uma proposta de que se passasse a fazer um pagamento único, desindexado à produção, em que este valor era calculado individualmente para cada produtor em função do melhor três últimos anos, colocando assim todos os produtores em igualdade de circunstâncias e, se assim o entendessem, poder reduzir em 20% a sua produção.

A urgência prede-se com o facto de que neste momento todas as propostas estão a ser analisadas, estão em cima da mesa, estão a decorrer reuniões com o setor e muito em breve vai ser redesenhado o POSEI.

Portanto, esta proposta para ser válida tem que entrar agora no desenho próximo do POSEI, caso contrário perde qualquer validade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

*(Pausa)*

Nós já estamos a votar, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu sei, Sra. Presidente, mas eu já tinha a mão levantada e a Sra. Presidente não observou. Não?

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Não estava!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Pronto! Os meus colegas dizem que não! Devem ter razão.

**Secretária:** O pedido de urgência anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Nós já estávamos, inclusivamente, Sr. Deputado, na fase de anúncio da votação quando o senhor se levantou, mas acho que ficou esclarecido.

Tendo sido aprovada a urgência, baixa também à Comissão para a sua tramitação processual e avançamos nos nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Uma interpelação, Sra. Presidente.

Um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental, por isso voltamos daqui a 15 minutos.

*Eram 19 horas e 19 minutos.*

**Presidente:** Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 19 horas e 42 minutos.*

Passamos agora ao ponto 12: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 69/X – “Eleva a povoação de Porto Judeu à categoria de vila”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O nosso pedido de urgência resulta de duas circunstâncias:

Por um lado, o cumprimento de um compromisso assumido pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda com a população de Porto Judeu e também um compromisso assumido em sede de Comissão Parlamentar de Política Geral. Segunda circunstância, no nosso entendimento, todos os trâmites legais a que esta Casa estaria obrigada no sentido de alcançar este desiderato, elevar a freguesia de Porto Judeu a vila, já foram percorridos, pelo que, no nosso

entendimento não haverá mais nada a fazer senão votar em conformidade com a avaliação e a vontade de cada partido.

**Presidente:** Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver. Não há inscrições, pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovado, então vou dar novamente a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentar a iniciativa.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um conjunto de cidadãos eleitores dirigiu à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Petição n.º 32/X, que pedia a elevação da povoação de Porto Judeu a vila.

Consciente da justiça da petição, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores promoveu a elaboração de um Projeto de Decreto Legislativo Regional visando a elevação da povoação de Porto Judeu à categoria de vila, abrindo esse texto à subscrição de todas as restantes forças políticas com assento nesta Assembleia

Legislativa, as quais o vieram a subscrever, originando o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 448/X.

A análise da Petição n.º 32/X e do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 448/X vieram a ocorrer conjuntamente na Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa, dando lugar à emissão de Parecer pela dita Comissão.

De tal parecer resultaram dúvidas quanto às condições legais para a elevação da povoação de Porto Judeu à categoria de vila. Por tal motivo, entenderam alguns dos partidos subscritores do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 448/X retirar a iniciativa, tendo a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda concordado por entender não ser curial deixar os proponentes amarrados a uma iniciativa com a qual passaram a discordar, reservando-se, no entanto, no direito, que em boa verdade é, para o Bloco de Esquerda, um dever, de apresentar, quanto antes, iniciativa legislativa de igual teor.

Isto porque a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda insiste em que a povoação de Porto Judeu tem condições para ser elevada à categoria de vila, entendendo mesmo que é uma flagrante injustiça que tal não venha a ocorrer. Por isso, entendeu ser seu dever apresentar iniciativa legislativa de igual teor ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 448/X, permitindo uma clarificação deste processo e que, ainda na presente legislatura se possa fazer justiça à população de Porto Judeu, ficando bem clara a posição de cada força política com assento nesta Assembleia Legislativa.

A presente pretensão é também o culminar da vontade da Assembleia de Freguesia de Porto Judeu que aprovou, por unanimidade, um voto de recomendação à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para que se procedesse à elevação da freguesia a vila.

Na atualidade, a freguesia de Porto Judeu é reconhecida pelo seu dinamismo desportivo, cultural e recreativo, comprovado através da atividade dos seus dois clubes de futebol de onze (Sporting Club “Os Leões” e o Sport Club Barreiro),

uma equipa de futsal, um clube de tiro, um agrupamento de, a Sociedade Recreativa 'Brianda Pereira' e a Associação Cultural do Porto Judeu e da Casa do Povo.

Porto Judeu possui uma atividade económica diversificada. No setor primário, destaca-se a agropecuária (que se desenvolve em parte da bacia leiteira dos Cinco Picos, a maior zona desta atividade, na ilha Terceira). Neste setor, continua a ter um peso relevante a fruticultura, a horticultura e a pesca, com destaque especial para a cultura da bananeira, com uma grande importância para o mercado interno. O setor secundário e terciário é o que emprega a maior parte da sua população residente ativa.

O dinamismo da atividade comercial e industrial da freguesia de Porto Judeu, cujo sentido empreendedor ultrapassa as fronteiras da freguesia, foi reconhecido, recentemente, quando a freguesia foi escolhida para acolher a feira comercial da ilha.

Apesar das dúvidas suscitadas, o Professor Doutor António Manuel Hespanha foi muito claro quanto à existência de Porto Judeu enquanto concelho, em duto parecer elaborado por solicitação desta Assembleia Legislativa (e passo a citá-lo):

*“Se a questão fosse posta a um tribunal, este interpretaria o diploma régio como uma carta de extinção de um concelho e de criação de outro. Ou de mudança da cabeça de um concelho, que se manteria. Em qualquer dos casos, com efeitos apenas ex nunc, ou seja, sem afetar a situação anterior à carta de março de 1503. Hoje, não sabemos se a validade de atos dos oficiais de Porto do Judeu, no ínterim entre fevereiro de 1502 e março de 1503, foi efetivamente reclamada. Mas não se pode duvidar de que, se a questão chegasse a um tribunal, seria decidida pelo direito no sentido de que o concelho existira, que os seus oficiais tinham tido jurisdição e que os atos praticados por eles eram*

válidos. Neste sentido, a carta de 1503 estabelece algo que o direito não poderia ratificar.”

E continua ainda o Professor António Manuel de Hespanha.

*“Em suma, o concelho de S. Sebastião/Porto do Judeu existira e o rei não podia cancelar retrospectivamente esse facto, por muito enfáticos que fosse a sua declaração de que primeira carta era nula. O rei poderia fazer tuso, mas o que não podia era, como diziam os juristas “fazer quadrados redondos”. E violar direitos adquiridos era uma destas impossibilidades. Embora este princípio da intangibilidade dos direitos colocasse – neste caso e em muitos outros – a coroa em risco de ter de indemnizar os oficiais de Porto do Judeu lesados com a transferência da cabeça do concelho.”* Fim de citação.

Já o parecer elaborado pelo Professor Doutor Artur Teodoro de Matos, igualmente a solicitação desta Assembleia Legislativa, acaba por não justificar cabalmente a não execução da Carta Régia de 12 de fevereiro de 1502, apenas argumentando com conjeturas fácticas, que não permitem por si corroborar de forma inequívoca o seu parecer como, pior ainda, não afastam os efeitos jurídicos formais de tal Carta Régia, a que tão bem o Professor Doutor António Manuel Hespanha alude.

Toda esta questão suscitada em sede de Comissão em volta da interpretação dos pareceres mais não é do que uma justificação de ordem formal para a ausência de vontade política de reconhecimento de um direito ao Povo de Porto Judeu, a saber: ver a sua povoação elevada à categoria de vila.

Em sede de apreciação na Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa da Petição n.º 32/X e do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 448/X foram recolhidos diversos pareceres a saber: ao Conselho de Ilha da Ilha Terceira, que deu parecer favorável, à Associação Agrícola da Ilha Terceira, que deu parecer favorável, manifestando reservas quanto aos argumentos

históricos, mas demonstrando a justeza da petição e a bondade da iniciativa legislativa.

Feito este enquadramento, Sras. e Srs. Deputados, entendemos que se mantêm os pressupostos que presidiram à elaboração do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 448/X, pelo que a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda volta a apresentar este Projeto de Decreto Legislativo Regional que propõe que a freguesia de Porto Judeu, no Município de Angra do Heroísmo seja elevada à categoria de Vila.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Não sei se há inscrições para a participação no debate.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

A questão do Porto Judeu e da sua elevação a vila já foi, como se sabe, amplamente discutida neste Parlamento, quer aqui no plenário no âmbito de uma Petição apresentada por vários concidadãos nossos, quer também no âmbito da Comissão Parlamentar de Política Geral onde esta questão foi também várias vezes abordada.

Portanto, sobre esta matéria devo dizer que esta matéria foi já amplamente debatida no Parlamento, mas também devo dizer, com toda a justiça, que nos parece que desde que este processo se iniciou dentro da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, até hoje, que a Comissão de Política Geral e que os Deputados que a compõem fizeram aquilo que deveriam ter feito e deram o tratamento adequado a esta matéria, num trabalho sério de auscultação daqueles que apresentaram a Petição, de recolha de informação, de recurso a pareceres externos ao Parlamento através de individualidades e de personalidades com reconhecidíssima competência nesta matéria.

Portanto, reitero que a Comissão Parlamentar de Política Geral e os Deputados que a compõem fizeram aquilo que deveriam ter feito num trabalho sério e aturado sobre este assunto.

A verdade é que, como se sabe, surgiu por iniciativa inicial, passe o pleonismo, do Bloco de Esquerda, a intenção de elevar o Porto Judeu a vila, admitindo que haveria um conjunto de pressupostos, do ponto de vista histórico, que permitia fazer essa avaliação.

De facto, isso aconteceu.

O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta inicial, conversou com todos os partidos e, no caso, o Partido Socialista associou-se com gosto a essa iniciativa, sendo que para nós era absolutamente fundamental que a própria Comissão Parlamentar de Política Geral desenvolvesse esse trabalho de forma a que pudéssemos reunir um conjunto de informação importante sobre esta matéria.

A verdade é que esse trabalho foi feito e no final de todas as diligências entenderam, os vários partidos subscritores da proposta, retirar essa proposta enquanto uma proposta de todos, porque haveriam ainda, na perspetiva de alguns partidos subscritores, algumas dúvidas que não lhes permitiriam avançar com o processo em conjunto.

A verdade é que, a partir do momento em que todos entendem e decidem, enfim, terminar, com esse acordo entre os seis partidos políticos, cada partido é livre de fazer aquilo que muito bem entender, mas também é certo, permitam-me dizer-vos, que o trabalho que foi elaborado pela Comissão Parlamentar não pode, nem deve ser esquecido, porque é também, na nossa perspetiva, e foi, um trabalho muito útil.

Depois da retirada do diploma subscrito por todos os partidos e depois também de ter sido discutida aqui a Petição, a própria Junta de Freguesia, e julgo que um conjunto de cidadãos peticionários, voltaram a remeter ao Parlamento uma comunicação em que invocavam vários argumentos para que este processo pudesse ser retomado no Parlamento e para que o Parlamento viabilizasse, digamos que, o seguimento deste processo para as instâncias seguintes.

Nós lemos com muita atenção aquilo que nos foi remetido.

Devo dizer também que tínhamos, e temos aliás ainda, um encontro marcado com a Junta de Freguesia do Porto Judeu e com os peticionários na próxima semana precisamente para discutir esta questão e devo dizer, confessá-lo, que fomos, digamos que surpreendidos, pela proposta do Bloco de Esquerda, não pela proposta enquanto tal, mas pela utilização da figura regimental de pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Devo dizer também, Sra. Presidente permita-me, que até temos algumas dúvidas que uma proposta de elevação a vila possa ser admitida com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Foi entendimento da Mesa que poderia ser aceite através desta figura regimental.

Portanto, a proposta aqui está. Foi aceite como tal e, portanto, aqui estamos a discuti-la e não há problema absolutamente nenhum acerca disso, porque parece-me também importante dizer que nesta questão não nos interessa qualquer tipo de “camisola amarela” ou de liderança do processo, nem acho

sequer que uma matéria como esta deva ser enquadrada pelos partidos políticos desta forma.

Até devo dizer, numa análise pessoal, nem sequer me parece que esta busca da “camisola amarela” tenha qualquer tipo de impacto eleitoral positivo ou permita a quem chega supostamente primeiro retirar daí qualquer tipo de dividendos eleitorais.

Também devo dizer, na análise legítima que todos podem e devem fazer deste processo, que não me parece correto que transformemos a elevação de uma freguesia a vila em qualquer espécie de querela partidária.

Todos os partidos fizeram o que entenderam, abordaram como entenderam o assunto, disseram o que tinham para dizer na Comissão, apresentaram as diligências que muito bem entenderam, chegaram a acordo em muitas matérias, o que resultou na subscrição de uma proposta conjunta de todos.

Esse acordo não foi possível manter pelas razões que já expliquei, mas a proposta está aqui a ser discutida, a ser debatida e julgo que, tendo em conta todo o processo que tivemos, tendo em conta o trabalho que a Comissão desenvolveu, um trabalho que nos parece muito relevante, muito sério e muito pertinente, tendo em conta também (já não invoco o encontro que teremos na próxima semana com a Junta de Freguesia, porque surgiu entretanto este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, que aliás, apesar de nós não concordarmos com o tratamento de uma matéria destas com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, é perfeitamente legítimo pela parte de quem o apresenta) aquilo que o Partido Socialista teve oportunidade de transmitir aos peticionários quando estiveram na Comissão Parlamentar a ser ouvidos, e tendo em contra também aquilo que o Partido Socialista disse no último plenário quando foi aqui discutida a Petição, aliás na altura defendida pelo meu colega António Toste Parreira em que disse e afirmou que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está disponível para avançar com o processo

de elevação da freguesia de Porto Judeu a vila e que este processo, quanto a nós, não está encerrado mas sim interrompido, neste momento julgo estarem reunidas as condições para que a proposta aqui apresentada possa seguir para as instâncias seguintes, até respondendo positivamente à reivindicação de alguns setores e de alguns cidadãos da freguesia de Porto Judeu, também da sua Junta de Freguesia.

Portanto, julgo estarem reunidas as condições (e é isso também que abordaremos na próxima semana com a Junta de Freguesia e com quem enviou a todos os partidos políticos uma nova informação e a informação sobre a necessidade, na perspetiva deles, de que este processo deveria avançar) para que este Parlamento possa viabilizar o seguimento deste processo e deste diploma para as instâncias seguintes.

Portanto, o Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta que é aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

Sras. e Srs. Deputados, a conferência deliberou continuarmos os nossos trabalhos, a partir de agora, uma vez que atingimos o nosso horário regimental.

Sendo assim, a Mesa continua com inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que perante a dúvida na realidade resta a vontade.

Foi vontade, é vontade do Bloco de Esquerda e agora também do Partido Socialista, que na realidade a freguesia do Porto Judeu suba à categoria de vila, mas não posso deixar de responder à admiração e à surpresa do Sr. Deputado Berto Messias, relativamente à figura utilizada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, no pedido, na apresentação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, com carácter de urgência.

Eu bem sei, Sr. Deputado, que a memória é seletiva, mas talvez não tanto.

Eu gostava de lembrar ao Sr. Deputado Berto Messias que em maio de 2003 o Partido Socialista apresentou neste Parlamento, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, um Projeto de Decreto Legislativo Regional que propunha a subida a vila de Água-de-Pau, Praia, Capelas, São Sebastião e Topo.

**Deputado Berto Messias (PS):** Dois mil e?

**A Oradora:** Dois mil e três!

E apresentou com carácter de urgência e dispensa de exame, não tendo havido nenhuma indagação, nenhuma auscultação, nenhuma entidade foi ouvida (pedido de urgência, volto a repetir, Sr. Deputado Berto Messias). E mais. Não só o fez com pedido de urgência, urgência mesmo porque não tinha para trás o passado de um ano de trabalho como agora este Projeto de Decreto Legislativo Regional do Bloco de Esquerda tem, em sede de Comissão de Política Geral, mas não só isso, ainda lhe acrescentou um ponto: alterou os critérios segundo os quais uma freguesia pode subir a vila.

Tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, feito com a máxima urgência e sem descida a Comissão.

Perguntar-me-ão: o Bloco de Esquerda estranha?

Não! Há sempre razões que a razão desconhece. Mas há uma coisa que o Bloco de Esquerda estranha, é que o Sr. Deputado Berto Messias tenha feito questão de endereçar à Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda uma crítica, quando ela é de uma imensa injustiça,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não é não!

**A Oradora:** ... porque o Partido Socialista, em maio de 2003, fez exatamente o mesmo, para pior. Não tinha um ano de trabalho em sede de Comissão e com urgência alterou, volto a repetir, os critérios pelos quais uma freguesia sobe a vila.

Portanto, para utilizar um ditado popular comum: “os meninos que têm telhados de vidro não atiram pedras às outras meninas”.

Muito obrigada.

**Deputado Berto Messias (PS):** Não acho que seja o ditado adequado, mas entendo isso como um elogio!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há momentos que nos definem enquanto políticos, enquanto homens e enquanto mulheres.

Eu tenho a perfeita consciência que as posições que os partidos aqui vão tomar serão lembradas pelos habitantes da freguesia, futura vila, nos próximos 10 anos, 20 anos, 30 anos, 40 anos, 50 anos. Tenho essa consciência.

Mas também tenho a consciência da palavra dada e vou cumpri-la. O que eu disse no âmbito da discussão da petição foi que esse trabalho foi um trabalho realizado pela Comissão, que chegou a um conjunto de conclusões e foi levantado um conjunto de obstáculos e de dúvidas.

Mantemos a convicção e não há nada, não há nada a acrescentar em relação ao processo que foi debatido no âmbito da Comissão. Não há nenhuma outra causalidade, não há nenhum outro facto.

Portanto, percebemos perfeitamente que é uma conjuntura eleitoral. Ninguém quer, a seis meses das eleições, perder votos, um único voto que seja, mas eu não cedo a chantagens eleitorais, nem cedo ao populismo, nem cedo em relação às posições que tomei anteriormente. Foi apenas há dois meses que este Parlamento decidiu, que os outros partidos decidiram, retirar a proposta. Foi apenas há dois meses!

Eu não caio em fantochadas deste tipo.

**Deputado André Bradford (PS):** Como?

**O Orador:** Sim! Fantochada!...

Em relação a esta matéria, a minha posição continua a ser a mesma, não há nenhum facto novo.

Portanto, independentemente das consequências, que as assumo desde já, a minha posição continua a ser a mesma e votarei contra este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma brevíssima referência relativamente àquilo que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Confesso humildemente que não sei e não conheço de todo o processo a que a Sra. Deputada se refere sobre o que aconteceu em 2003...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Está aqui!

**O Orador:** ... e os motivos que levaram a que isso fosse apresentado da forma como foi.

Também não sei se V. Exa. estará eventualmente a descontextualizar e a não se referir aos motivos que levaram a que isso acontecesse. Confesso que não sei, por isso não posso dizer que nessa altura eu não teria feito isso, mas hoje, com os dados que tenho presentes, tendo em conta aquilo que está em causa, julgo que esta matéria não deveria ser tratada com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

É legítima esta minha visão...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Com certeza!

**O Orador:** ... da mesma forma que é legítimo que a Sra. Deputada apresente com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Portanto apenas para reiterar aquilo que tinha dito relativamente à figura regimental que nos permitiu discutir este diploma agora.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para constatar que mudar de opinião é um sinal de inteligência e de maturidade e provavelmente de conhecimento. É assim que interpreto a

diferente avaliação feita pelo Sr. Deputado Berto Messias, na circunstância em que o Partido Socialista apresentou (está aqui, não é uma invenção do Bloco de Esquerda)...

**Deputado Berto Messias (PS):** Eu não disse que estava a inventar nada!

**A Oradora:** ... um Projeto de Decreto Legislativo Regional nesta Casa com pedido de urgência sob exatamente a mesma matéria e mais, e agora, legitimamente, acabou por dizer que se fosse agora provavelmente não o faria,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Dessa forma!

**A Oradora:** ... já que tem uma apreciação do assunto diferente.

Portanto, é legítimo e até é (volto a repetir) sinal de inteligência mudar de opinião e as pessoas retratarem-se quando concluem que erraram, o que é normal.

Sra. Presidente, se me permite, também aproveito a circunstância de estar a intervir para pedir à Mesa que a primeira versão, dado que foi entregue uma proposta de substituição integral, seja retirada e, portanto, não tenha que ser votada.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada. Assim será então.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Está assim concluído este ponto da Agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. O ponto catorze é um **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 160/X – “Criação de Comissão Científica para elaboração dos objetivos e competências do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Presidente acabou de referir a epígrafe e a intenção do nosso Projeto...

**Presidente:** Sra. Deputada, peço imensa desculpa de a interromper, mas a Sra. Secretária da Mesa, e muito bem, chamou-me a atenção de que sendo este um DLR, tem que ser feita a votação na especialidade. Eu só fiz a votação na generalidade.

Portanto, peço imensa desculpa de a interromper, mas naturalmente temos que fazer a votação completa. Obrigada, Sra. Secretária por estar atenta, mas já é o adiantado da hora e peço desculpa à câmara por isso.

Tendo sido então votado na generalidade o Projeto de DLR, vamos então votar na especialidade. São apenas dois artigos, penso que não há problema em votarmos em conjunto.

Portanto, está à votação os artigos 1.º e 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

**Secretária:** Em votação final global o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Agora, sim, dou novamente a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar a urgência, dizendo que o objetivo fundamental deste Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda é pedir a esta câmara que recomende ao Governo Regional a “criação de uma Comissão Científica para elaboração dos objetivos e competências do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar”.

Ora, sendo este o objetivo, porque entendemos que o objetivo em si é de interesse público e que requer que seja debatida, votada e implementada, concretizada tão rápido quanto possível, propomos a urgência não na discussão deste debate, mas nos trabalhos da respetiva comissão, no sentido de garantir que no próximo plenário do mês de junho este Projeto de Resolução venha ao debate e à votação neste plenário.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Justificada que está a urgência pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos entrar agora no último ponto da nossa Agenda: **perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento.**

Este requerimento foi feito pelo PSD e corresponde a dois requerimentos em particular, o 493 e o 492.

Relativamente ao 493, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro para efetuar a primeira pergunta.

**Deputado André Bradford (PS):** Eh, pá! Sim senhor!

(\*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A admiração é, se é necessário usar esse recurso, eu ter que fazer uma pergunta oral.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Agora é moda!

**O Orador:** Como é sabido de todos, no dia 14 de dezembro, os nefastos efeitos climatéricos que surgiram na nossa Região danificaram muitas produções agrícolas, assim como as suas estruturas.

Considera-se que é preciso minimizar as consequências resultantes destas intempéries o quanto antes e de uma forma urgente.

Considerando que na altura foram para o terreno equipas de avaliação e quantificação de prejuízos e uma vez que o Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014/2020, PRORURAL +, reflete a estratégia da Região para a agricultura e para o desenvolvimento rural, pretendendo ser um instrumento financeiro que contribuiu para o aumento da autossuficiência do setor, é que neste programa contém a medida 5, “restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos, e a introdução de medidas de prevenção adequadas com ações preventivas de restauração”, em que nas medidas de ação preventiva, a 5.1 tem uma dotação elegível de 80% das despesas, e nas ações de restauração (que é a medida 5.2) é concedida uma taxa de 100% das medidas elegíveis, em que a medida 5.2 é, independente do calendário do PRORURAL, ou seja, é ativada aquando da ocorrência de uma catástrofe.

Tinha uma primeira pergunta que era se o Governo considerava ativar esta medida, a 5.2? Pelo tempo que se passou pelo tempo que levaram a responder, a data deste requerimento é de 14 de janeiro, já sabemos a resposta, é que não ativou.

Então eu passava automaticamente para a segunda pergunta, transformada numa pergunta só:

Em que condições agravantes é que existia um cenário em que se pudesse preencher os critérios de ativação da medida 5.2, uma vez que o que foi feito foi a 11 de janeiro, por resolução do Conselho do Governo, uma medida que abrangia no máximo 75% dos danos do temporal.

De 75 para 100%, acho que faz uma diferença enorme, como bem todos aqui concordam.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Apenas para todos nos situarmos no contexto do requerimento, o senhor, já sabendo a resposta à pergunta n.º 1, apenas pergunta quais as razões para a não ativação.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

De facto tem razão, Sr. Deputado. Existem grandes diferenças e o senhor, como conhecedor que é certamente desta medida 5.2 do PRORURAL +, compreenderá com certeza e não poderá deixar de concordar com a decisão tomada pelo Governo.

Vejamos:

Aquilo que o Governo considera é que não estiveram reunidas as condições para ativar esta medida.

Se o Sr. Deputado se detiver no artigo 18.º do Regulamento da União Europeia, publicado no Jornal Oficial 347, de 20 de dezembro de 2013, verá que este regulamento exige dois requisitos para que esta medida possa ser acionada.

Desde logo, remete para o conceito de catástrofe natural constante do preâmbulo desse regulamento.

Mas exige dois requisitos. E que requisitos são esses?

O primeiro é, a aplicação desta medida está condicionada à declaração de catástrofe natural pelas autoridades públicas competentes dos Estados Membros ou das Regiões que pretendam aplicar essa medida.

Mas além da necessidade dessa catástrofe natural é necessário que essa catástrofe que dá origem à declaração tenha implicado a afetação de pelo menos 30% do potencial agrícola, o que é óbvio que não se verificou no conjunto da Região.

Mas há mais aspetos a ter em conta e que dão plena razão à opção tomada pelo Governo dos Açores.

Esta medida não apoia a perda de rendimento decorrente de catástrofe natural, e como o Sr. Deputado muito bem sabe, essa foi uma das questões que se suscitou com a intempérie, foi a perda de rendimento dos agricultores na consequência das intempéries. Portanto, essa perda de rendimento não pode ser apoiada por esta medida.

Mas mais ainda. Esta medida não apoia culturas anuais.

Ora, isto significa que a solução que o Governo dos Açores veio a adotar permitiu beneficiar um conjunto de produtores, e se tivéssemos feito aquilo que o PSD pensa que se deveria ter feito, esses produtores nunca poderiam ter sido apoiados por estas razões que eu referi e que resultam do regime que está espelhado no artigo 18.º deste regulamento.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** É verdade. O Governo aprovou, porque não acionou esta medida por não haver condições objetivas para o fazer e porque ela não responderia às efetivas necessidades de apoio que os agricultores sentiam, mas o Governo agiu e agiu, aliás, Sr. Deputado, antes do seu requerimento.

O carimbo que tenho aqui no seu requerimento tem a data de 15 de janeiro. A Resolução do Conselho de Governo foi publicada no dia 11, portanto quatro dias antes do seu requerimento.

Através dessa Resolução foi aprovado um regime excecional de apoio a conceder aos agricultores afetados pela ocorrência das intempéries de 14 de dezembro de 2015.

Na sequência dessa Resolução resultou o seguinte: candidataram-se 295 agricultores das ilhas afetadas, sendo 164 da Ilha de São Miguel, 109 da Ilha Terceira, 6 da Ilha Graciosa, 3 da Ilha de São Jorge, 13 da Ilha do Faial, no

montante global de prejuízos que ascende a pouco menos de 1 milhão de euros (993.589,85 euros).

Como também deve ser do seu conhecimento tem decorrido o período de apreciação das candidaturas. Aliás, o seu requerimento também refere...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Secretária.

**A Oradora:** ... a presença no terreno dos técnicos que foram fazer o levantamento e a avaliação. Destas candidaturas estão já aprovadas 106.

Termino já, Sra. Presidente. Queria deixar só esta nota:

É que os produtores não ficaram em nenhuma circunstância prejudicados pela opção do Governo, pelo contrário. Foram apoiados de uma forma que nunca poderiam ter sido apoiados se tivéssemos feito aquilo que é a ideia que o PSD espelha no seu requerimento de acionar esta medida por razões que penso que ficaram bem claras.

Obrigada, Sra. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(\*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, o meu requerimento aparece a 15 de janeiro, porque vi que foi acionada uma medida que prejudicava a produção.

Disse que não foi afetado 30%, mas não foi essa a impressão que eu tive.

A impressão que ficou, não só minha, mas também fora desta câmara, foi talvez alguma falta de vontade e alguma má gestão do Quadro Comunitário. É isso que transparece.

**Deputados João Bruto da Costa e Paulo Ribeiro (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado, uma má gestão seria acionar uma medida que depois não seria apoiada, porque tinha sido acionada sem estarem preenchidos os seus requisitos.

**Deputados Berto Messias e Francisco César** (*PS*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Isso é que seria uma má gestão.

Agora, a medida não pode ser acionada por razões... Recomendo-lhe vivamente a leitura do regulamento e em especial do artigo 18.º, mas a verdade é que o Governo não ficou parado e como eu disse, os produtores foram beneficiados com a resolução publicada pelo Governo dos Açores, porque apoiámos atividades que de outro modo não podiam ser. Apoiámos perda de rendimento e apoiámos culturas anuais,...

**Deputada Benilde Oliveira** (*PS*): Muito bem!

**A Oradora:** ... duas realidades que ao abrigo desta medida do PRORURAL não poderiam ser apoiadas.

Má gestão é aquilo que o senhor concebeu, não o que o Governo fez.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Muito bem!

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): E por que é que o Governo não respondeu ao requerimento no prazo estipulado? Essa é que é a questão! Arrogância! Prepotência!

(\*) **Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

*(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)*

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, os trabalhos ainda não acabaram.

Passamos agora ao próximo requerimento, o requerimento 492: informação sobre programas de emprego.

Deste requerimento apenas foi admitida a primeira pergunta, uma vez que a segunda era um pedido de documentos.

Para tal dou a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado para fazer a primeira pergunta do requerimento.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sra. Presidente, esta pergunta só acontece porque o Governo Regional desrespeita o Parlamento, não cumpre o que está na lei.

Se o tivesse feito estaríamos dispensados deste momento.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O que nós tão simplesmente requeremos ao Governo Regional foi a informação relativa aos Programas de Emprego.

Fizemo-lo porque o Governo Regional sucessivamente neste Parlamento, em sucessivos debates, se negou a prestar esta informação.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E tendo negado aos Deputados, legítimos representantes do povo dos Açores, também se negou a prestar esta informação aos sindicatos quando ao abrigo das normas legais aplicáveis solicitaram a mesma informação ao Governo Regional.

Portanto, este é um mecanismo alternativo, a contornar o desrespeito e o incumprimento do Governo Regional sobre aquilo a que está obrigado pelas determinações legais.

Portanto, pretendemos saber qual é o número de cidadãos açorianos que, em 31 de dezembro de 2015, estavam integrados nos programas ou medidas de emprego e a sua desagregação por programa e entidade de acolhimento.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Já está incluída a segunda pergunta aqui!

(\*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O âmbito da pergunta naturalmente é apenas ao nível do n.º 1, porque como expliquei no início, é impossível fazer esta desagregação e foi considerado pela Mesa como um pedido de documentação.

Conforme já tinha sido esclarecido no último plenário, este tipo de pergunta não é admitido no âmbito do artigo 182.º, por isso, Sr. Vice-Presidente, terá que responder apenas à primeira pergunta.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à matéria gostaria de dizer que a resposta a esta pergunta está expressa, aliás como fiz na minha intervenção anterior no âmbito de outro debate, no relatório do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que aliás é do conhecimento público. É, mensalmente, do conhecimento público e publicado por essa entidade.

Portanto, o número correspondente à pergunta, que é o número de cidadãos a 31 de dezembro de 2015, é exatamente aquele que é do conhecimento público e que está no Boletim do Instituto de Emprego e Formação Profissional, ou seja, 4.460.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Deputado Joaquim Machado tinha pedido a palavra era para a réplica ou para...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para um protesto.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Como?

**Presidente:** Um protesto a, Sr. Deputado?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** À resposta do Sr. Vice-Presidente e vai permitir-me, porque eu vou explicar e enquadrar o protesto.

(\*) **Presidente:** Sr. Deputado, o senhor terá que especificar é que afirmações foram proferidas pelo Sr. Vice-Presidente que conduzam a um protesto.

Um protesto à resposta... O senhor ainda tem tempo no âmbito da réplica para contestar, se entender, uma vez que não proferidas afirmações.

Um protesto à resposta, naturalmente não pode fazer. Pode é, no âmbito da réplica, contestar aquilo que foi respondido.

Pretende usar da palavra então. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, com todo o respeito, julgo que era possível fazer o protesto, mas então, tomando como boa a sua interpretação, tenho que dizer que este Governo Regional e o Vice-Presidente do Governo Regional são incorrigíveis na prepotência e na arrogância,...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** E logo o senhor é que vinha corrigir! (*Risos*)

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Ouçam!

**O Orador:** ... porque não só não respeitou o prazo de 60 dias, que a lei determina para resposta, como transformando esse requerimento em pergunta oral, o Sr. Vice-Presidente continua a não responder ao que lhe foi pedido.

Eu vou ler novamente o n.º 1 do requerimento:

“Número de cidadãos que em 31 de dezembro de 2015 estavam integrados nos diversos programas ou medidas de emprego a saber, Recuperar (quantos são?), Prosa (quantos são?), Fios (quantos são?),...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não é isso que está na pergunta!

**O Orador:** ... Reativar (quantos são?), Reativar Tecnológico (quantos são?), colocação temporária de desempregados subsidiários (CTTS, quantos são?)”

O Sr. Vice-Presidente não disse. Não disse!

Aliás, Sra. Presidente, permita-me que diga que a segunda questão não é uma documentação. A segunda questão não é um pedido de documentação. É esses números desagregados pelas entidades de acolhimento ou promotoras.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, está em condições de dizer que a autarquia *x* tem tantos ocupados,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Claro! É desagregação!

**O Orador:** ... entidade IPSS, nomeadamente Entidades de Direito Público ou Privado tem tantos ocupados.

Portanto, só não responde porque não quer...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É verdade!

**O Orador:** ... e não quer por teimosia ou por outros inconfessáveis interesses ou então, em última instância, pela arrogância e pela prepotência que continua a manifestar.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(\*) **Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado, antes de passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente, naturalmente quero só esclarecer que em relação à segunda pergunta não é o Sr. Vice-Presidente que não quer responder.

A Mesa não permitiu que fosse respondida, porque tal como foi feito no plenário passado, entendemos, até porque esta figura regimental tem limite de tempo, e naturalmente que uma solicitação de informação desta natureza, desagregada a este pormenor, a Mesa entendeu, e aliás isto foi explicado de forma muito clara na Conferência de Líderes e aceite por todos...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Deputado António Marinho (PSD):** Não, não!

**A Oradora:** Foi explicado na Conferência de Líderes qual era a interpretação que eu fazia da norma.

**Deputado António Marinho (PSD):** Na outra conferência!

**A Oradora:** Muito bem! Portanto, penso que neste sentido estamos esclarecidos.

Portanto, neste caso em particular da segunda pergunta... Sras. e Srs. Deputados, sou eu que estou a esclarecer o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Portanto, em relação a esta segunda pergunta, só para que fique claro, que foi a Mesa que não admitiu esta pergunta.

Eu vou dar então a palavra ao Sr. Vice-Presidente...

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sra. Presidente, passaram 119 dias dos 60 que a lei permitia para o Governo Regional responder.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Que o obrigava!

**O Orador:** Que o obrigava a responder.

Portanto, não se trata aqui de uma teimosia do PSD.

O PSD solicitou uma informação, que nem sequer era documental, e, portanto, do nosso ponto de vista podia ser traduzida em pergunta e o Sr. Vice-Presidente, ou quem o Governo entendesse, responderia.

Portanto, não há aqui um problema de limitação de tempo. Há, sim, um problema de ultrapassagem do tempo que o Governo Regional fez.

E a interpelação, Sra. Presidente, porque é essa a figura regimental que estou a usar, é para saber de V. Exa. se considera que a segunda pergunta continua ou não respondida por parte do Governo Regional ao requerimento que apresentámos no dia 13 de janeiro?

**Presidente:** A pergunta que me faz é se eu considero respondida?

Pois, se eu não admiti a pergunta, naturalmente também não há resposta.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Então posso presumir, e interpretar bem, que o que V. Exa. acaba de determinar, é que o Governo Regional continua em atraso relativamente a este requerimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para responder, Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos falar muito claro.

Qual é a pergunta que está aqui feita?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Tem é que responder à pergunta, Sra. Presidente!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Chico expertise!

**O Orador:** Número de cidadãos que em 31 de dezembro de 2015 estavam integrados nos diversos programas ou medidas de emprego, a saber, Recuperar, Prosa, Fios, Reativar, Reativar Tecnológico, colocação...”

Número de cidadãos que estavam integrados nestes programas!

Eu dei a resposta: 4.460. Aliás, não é novidade nenhuma. Está publicado desde janeiro no Boletim do Instituto de Emprego e Formação Profissional. É essa a pergunta, foi esta a resposta que eu dei exatamente à pergunta, que não é nada de novidade, porque já era público e é público todos os meses no relatório do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O que se pode dizer é outra coisa:

O Sr. Deputado se calhar queria fazer outra pergunta, mas não a soube fazer.

Não está aqui escrito, mas disse agora no segundo aparte para dizer que não se respondeu, quando não era a pergunta que estava, mas eu respondo.

O senhor fez uma pergunta. Queria fazer outra. Paciência!

Mas eu respondo-lhe à segunda que fez agora, que não é a que está aqui, que é por programa, porque na forma como fez a pergunta não pergunta por

programa, pergunta número de cidadãos que estão na globalidade dos programas.

Ultrapassando essa questão, “não é por aí que vai o gato às filoses”. **Deputado Luís Garcia (PSD)**: É sempre uma “sergice”!

**Deputado Joaquim Machado (PSD)**: O senhor não cumpre a lei e ainda me vem acusar! É preciso ter um descaramento desmedido!

**Presidente**: Sras. e Srs. Deputados...

**O Orador**: Nós vamos responder.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP)**: O gato ou a gatinha?

**Presidente**: Sras. e Srs. Deputados, afinal queríamos todos a resposta e ela terá que ser dado, mas é se houver silêncio para que o Sr. Vice-Presidente possa responder.

**Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Era o que mais me faltava! O senhor não cumpre a lei e o problema é nosso! Cresça politicamente!

**Deputado Berto Messias (PS)**: Mas quer a resposta ou não quer?

**Presidente**: Srs. Deputados, o Sr. Vice-Presidente quer responder, mas precisa que estejam reunidas as condições.

Sr. Vice-Presidente...

**O Orador**: Ou seja, como foi referido, e fazendo o desconto habitual aos apartes do Sr. Deputado Joaquim Machado,...

**Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Não, não são apartes!

**O Orador**: ... porque sobre os mesmos nem vale a pena falar, porque as questões têm, todas elas, a importância e a relevância que têm, como disse, a pergunta era sobre o número de açorianos que estavam nestes programas. E o número de açorianos são 4.460, de acordo com aquilo que está no Boletim do Instituto de Emprego e Formação Profissional desde janeiro, divididos por (se é essa a questão que querem saber, não era o que estava na pergunta):

Recuperar: 2.478

Prosa: 608

Reativar: 346

Fios: 235

CTTS: 793.

É tão simples quanto isso.

**Deputado António Marinho (PSD):** Por que é que não respondeu logo? O senhor comete ilegalidade!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Então por que é que não cumpriu o prazo estipulado pelo Regimento para resposta?

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O senhor tem a obrigação de respeitar este Parlamento! Se não entende isso, não devia estar aí sentado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)*

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados,...

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)*

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados,

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)*

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, eu peço-vos alguma calma. O ponto está encerrado. Vamos passar a ler a Deliberação final.

Srs. Deputados, agora quem vai ler a Deliberação Final sou eu.

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de maio de 2016.”

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A Proposta de Deliberação final foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada a todos.

Uma boa noite e um bom regresso a casa.

*Eram 20 horas e 44 minutos.*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

(\*) Texto não revisto pelo orador

### **Documento entrado**

**Listagem da correspondência:**

**1 – Projetos de Lei:**

**Assunto:** 12.<sup>a</sup> alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março - n.º 218/XIII/1.<sup>a</sup> (PSD) - n.º 267-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 05 – 13, “em querendo”;

**Assunto:** 9.<sup>a</sup> alteração ao Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, aprovado pela Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto - n.º 219/XIII/1.<sup>a</sup> (PSD) - n.º 268-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 05 – 13, “em querendo”;

**Assunto:** 6.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril (Controle Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos - n.º 220/XIII/1.<sup>a</sup> (PSD) - n.º 269-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 05 – 13, “em querendo”;

**Assunto:** Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses (“*LOBBYING*”)- n.º 225/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) - n.º 271-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 05 – 13, “em querendo”;

**Assunto:** Reforça a transparência do exercício de cargos Políticos e Altos Cargos Públicos - n.º 226/XIII/1.ª (CDS-PP) - n.º 272-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 05 – 13, “em querendo”.

## **2- Projetos de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Estabelece o aumento da Remuneração Complementar Regional](#) - n.º 68/X

**Proveniência:** PCP

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10

**Comissão:**

**Data Limite de Parecer:** Foi solicitado urgência;

**Assunto:** Eleva a povoação de Porto Judeu à categoria de vila - n.º 69/X

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 11

**Comissão:**

**Data Limite de Parecer:** Foi solicitado urgência e dispensa de exame em Comissão;

## **3- Projetos de Resolução:**

**Assunto:** [Pagamento Único aos Produtores Açorianos de Leite](#) - n.º 159/X

**Proveniência:** CDS-PP

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10

**Comissão:**

**Data Limite de Parecer:** Foi solicitado urgência na tramitação em Comissão;

**Assunto:** [Criação de Comissão Científica para elaboração dos objetivos e competências do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar](#) - n.º 160/X

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 11

**Comissão:**

**Data Limite de Parecer:** Foi solicitado urgência e redução do respetivo prazo em Comissão.

#### **4- Proposta de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores \(PGRIA\)](#) – n.º 72/X

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2016 – 06 – 13.

#### **5 – Requerimentos:**

**Assunto:** [Dispensa de medicamentos na ilha Graciosa](#)

**Autores:** João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 11

**Referência:** 54.03.04 – N.º 577/X.

**6 - Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Construção da Nova EBI de Capelas](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 06

**Referência:** 54.03.02 – N.º 500/X;

**Assunto:** [Avaliação da situação económico-social por concelho.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Referência:** 54.03.00 – N.º 128/X;

**Assunto:** [Instalação na Horta do sistema VTS](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Referência:** 54.03.07 – N.º 304/X;

**Assunto:** [Preço do Leite Pago ao Produtor](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Referência:** 54.03.00 – N.º 420/X;

**Assunto:** [Sata garante boa resposta nas ligações com o Faial?](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Referência:** 54.03.07 – N.º 435/X;

**Assunto:** [Certificação das Termas Regionais](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Referência:** 54.03.00 – N.º 444/X;

**Assunto:** [Construção das rampas para navios ro-ro e ferry no Porto das Pipas e no Porto da Calheta.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Referência:** 54.01.00 – N.º 445/X;

**Assunto:** [Situação do setor leiteiro açoriano](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Referência:** 54.03.00 – N.º 461/X;

**Assunto:** [Ponto de situação de assuntos pendentes com a República relativos ao Faial](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Referência:** 54.03.07 – N.º 494/X;

**Assunto:** [Voos de companhias \*low cost\* para a ilha Terceira](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09

**Referência:** 54.01.03 – N.º 504/X;

**Assunto:** [Diversificação tarifária e divulgação das tarifas sociais de eletricidade](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10

**Referência:** 54.06.00 – N.º 537/X;

**Assunto:** [Atuação do Governo nos empreendimentos termais dos Açores](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10

**Referência:** 54.03.00 – N.º 375/X;

**Assunto:** [Clube Náutico das Lajes do Pico](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10

**Referência:** 54.03.06 – N.º 538/X;

**Assunto:** [Processo de inquérito ao Diretor e Auditoria ao Museu de Angra do Heroísmo](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10

**Referência:** 54.03.03 – N.º 457/X;

**Assunto:** [Deslocação de Médicos Especialistas ao Hospital da Horta](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 11

**Referência:** 54.03.07 – N.ºs 364/X e 562/X;

**Assunto:** [YDREAMS](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 11

**Referência:** 54.03.00 – N.º 390/X.

### **7 - Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Ofício n.º 48 a cancelar perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da ALRAA

**Proveniência:** O Representante Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 09;

**Assunto:** Ofício a enviar um exemplar do Relatório Anual de Atividades 2015 e respetivos anexos

**Proveniência:** O Provedor de Justiça, José de Faria Costa

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10;

**Assunto:** Ofício a remeter o Relatório das atividades de investigação realizadas no Hospital do Divino Espírito Santo

**Proveniência:** Coordenadora do Gabinete Coordenador de Investigação, Luísa Mota Vieira

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10;

**Assunto:** Ofício a remeter o parecer do Conselho Económico e Social sobre o Programa Nacional de Reformas, aprovado na Sessão Plenária do CES, a 9 de maio de 2016

**Proveniência:** Diretora do Conselho Económico e Social, Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10.

## 8 - Relatórios:

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante-Período Legislativo de maio de 2016](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10;

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 19/XIII/1.ª \(ALRAM\) – Em defesa da Agricultura Familiar na Região Autónoma da Madeira – n.º 253-AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 10;

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante-Período Legislativo de maio de 2016](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 11;

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA - Ante-Período Legislativo de maio de 2016](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2016 – 05 – 11.

## 9 - Diários:

Considera-se aprovado nesta Sessão Plenária o Diário da Assembleia Legislativa da RAA n.º 132.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia Legislativa da RAA n.ºs 133, 134 e 135.

**P<sup>1</sup>la redatora:** Noélia Escobar

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco